

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

MARIA DO SOCORRO VIEIRA LOPES

**A COMPREENSÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS GESTORES DO
COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO – UM
ENFOQUE PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**FORTALEZA
2009**

MARIA DO SOCORRO VIEIRA LOPES

**A COMPREENSÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS GESTORES DO
COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO – UM
ENFOQUE PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem – FFOE, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Enfermagem.

Linha de Pesquisa: Enfermagem e educação em saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lorena Barbosa Ximenes

FORTALEZA
2009

L854c

Lopes, Maria do Socorro Vieira

A Compreensão de participação dos membros gestores do comitê da sub-bacia hidrográfica do rio salgado: um enfoque para a promoção da saúde / Maria do Socorro Vieira Lopes. – Fortaleza, 2009.

XXXf. : il.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lorena Barbosa Ximenes.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Fortaleza-Ce, 2009.

1. Recursos hídricos. 2. Gestão integrada de recursos naturais. 3. Promoção da saúde. 4. Participação social. 5. Enfermagem. I. Ximenes, Lorena Barbosa (Orient.) II. Título.

CDD T333.91

MARIA DO SOCORRO VIEIRA LOPES

**A COMPREENSÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS GESTORES DO
COMITÊ DA SUB BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO – UM
ENFOQUE PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem – FFOE, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Enfermagem.

Data da Aprovação: 28/07/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lorena Barbosa Ximenes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a. Dr.^a. Najila Rejane Alencar Julião Cabral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

Prof.^a. Dr.^a. Maria de Fátima Antero Sousa Machado
Universidade Regional do Cariri – URCA

Prof.^a Dr.^a Neiva Francenely Cunha Vieira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a. Dr.^a. Ana Karina Bezerra Pinheiro
Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos meus pais, Raimundo Lopes e Luiza, nossa história de vida contribui verdadeiramente com todas as minhas conquistas. E, esta é mais uma.

Ao Luiz Carlos que se dedicou integralmente para que eu conseguisse chegar até aqui, abraçando para si meus objetivos.

Às minhas filhas, Leuise e Luísa, que conseguiram compreender os motivos de abdicação de vários momentos de lazer. Vocês são a razão do meu enriquecimento pessoal e profissional.

À Sila Tavares, amiga, irmã, mãe, mesmo a distância você sempre está presente em minhas conquistas, verdadeiramente você contribuiu e contribui com todas as minhas realizações.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Prof^a. Dr^a. Lorena Barbosa Ximenes pelas sábias orientações na condução deste estudo, demonstrando compromisso, entusiasmo, confiança e acima de tudo provando que amizade e competência podem caminhar juntas no mundo acadêmico. Serei eternamente grata por todo o processo vivenciado que me proporcionou grande crescimento. Saiba que você é um exemplo.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo dom da vida e por me conceder mais essa realização.

Ao Francisco Elizaldo de Brito Junior (Naldo), por me inserir na temática ambiental.

Aos membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, sem os quais este estudo não teria sido realizado.

Ao presidente do Comitê (no período da pesquisa), José Patrício Pereira Melo, pela disponibilidade, receptividade e presteza com que me recebeu e me apresentou ao Comitê.

À Profª PhD Neiva Francenely Cunha Vieira, pelas precisas contribuições desde a defesa do projeto. Professora, seus ensinamentos foram primordiais na minha formação de mestre e agora doutora. Você é um exemplo para a Enfermagem.

À Profª. Drª. Najila Rejane Alencar Julião Cabral, pelas valiosas contribuições quando este projeto ainda estava sendo pensado.

À Profª. Drª. Fátima Antero, pela amizade e incentivo nesta jornada.

Às demais professoras membros da banca por aceitarem prontamente fazerem parte da minha banca.

À Universidade Regional do Cariri-URCA, por me liberar das minhas atividades docentes, tornando possível à obtenção desse título.

Às professoras Drª. Rita Moura, Drª. Miriam Pardo e Drª. Andréa Linard, do curso de Enfermagem da Universidade de Fortaleza-UNIFOR, pela compreensão e apoio dado no decorrer do curso.

Às Profªs. Drª. Ana Fátima Carvalho Fernandes, Drª. Ana Karina Bezerra Pinheiro que estiveram na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, nesse período, pela atenção e carinho a mim dispensados.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFC, pela contribuição conferida a minha formação de doutora.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, em especial, a Joelna sempre informando todos os eventos da Pós-graduação.

Aos funcionários da biblioteca pela realização da correção das referências.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP, pelo apoio dispensado a pesquisa.

Às estimadas colegas do doutorado, pela convivência e aprendizado.

Às amigas Adelane e Simone por compartilhar o aprendizado e experiências e dividirem comigo momentos de inseguranças e alegrias vivenciados durante este processo.

As colegas do Curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri – URCA e da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, pela solidariedade e amizade dispensadas nesta fase de minha vida, em especial a Eglídia Carla Figueiredo Vidal, que compartilhou comigo alguns momentos de reflexão durante esta caminhada.

A minha família e a família do Luiz Carlos, pelo apoio dispensado no cuidado com minhas filhas nos momentos de ausência. Sem vocês esta conquista não teria sido possível. Muito obrigada.

*O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, **participação**, solidariedade e liberdade.*

(Herbert de Sousa)

RESUMO

A água para consumo humano tem se apresentado como uma das preocupações crescentes do novo milênio. No que se refere a gestão das águas, a bacia hidrográfica foi adotada pelo Sistema Integrado de Recursos Hídricos como unidade de gestão sendo os comitês de bacia hidrográfica o seu elemento fundamental. Estes comitês são considerados como uma das instâncias mais importantes de participação e integração de planejamento e das ações na área dos recursos hídricos. Para tanto, é fundamental que seus membros entendam a relevância do processo participativo na tomada de decisão pelo melhor uso da água e pelos investimentos necessários em torno desta bacia. Assim este estudo objetivou compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado subsidiando a promoção da saúde para um ambiente sustentável no que se refere aos recursos hídricos. Realizamos um estudo qualitativo no período de março a outubro de 2008, no contexto da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado. Participaram do estudo os integrantes do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, com 18 informantes da micro bacia três que representam os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, e Caririçu no Ceará. Os dados foram coletados por meio de entrevista mediante questões norteadoras e analisados através do Discurso do Sujeito Coletivo. Procurando assegurar os procedimentos éticos, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará com número de protocolo 19/08. Os resultados revelaram que participação é compreendida pelo grupo como consciência social, como representação da coletividade, como encaminhamento de informações e questões locais para discussão coletiva, para o saber ouvir e o discernir o melhor. Foram apontadas como dificuldades a falta de infra-estrutura que garanta a locomoção dos integrantes, bem como dificuldades de comunicação, capacitação e informação. As facilidades apontadas foram: motivação pessoal, diálogo e liberdade para manifestar demandas o que demonstra várias formas de participar, ora discutindo ora silenciando para refletir e decidir o que seja melhor para a coletividade. Dessa forma, essas pessoas se empoderaram e podem cuidar do seu entorno, vislumbrando ações que visem à promoção da saúde das famílias que fazem parte da área de abrangência da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado.

DESCRITORES: recursos hídricos; participação social; enfermagem; promoção da saúde

THE PARTICIPATION UNDERSTANDING OF THE MANAGER MEMBERS OF THE SALGADO SUB-RIVER BASIN COMMITTEE – A FOCUS TO HEALTH PROMOTION

ABSTRACT

The water for human consumption it's becoming one of the growing concerns of the new millennium. When it comes to water administration, the river basin was adopted by Integrated System of Water Resources as management unit with the river basin committees as its fundamental element. These committees are considered one of the most important instances of participation and planning integration and of actions in water resources area. It is fundamental that their members understand the relevance of the participation process in the decision making for the best use of water and for the necessary investments around this basin. This study aimed to understand the meaning of participation for the Salgado Sub-River Basin Committee members supporting health promotion for a sustainable atmosphere when it comes to water resources. A qualitative study was carried out in the period from March to October 2008, in the context of the Salgado Sub-River Basin. The members of the Salgado Sub-River Basin Committee participated of the study together with 18 informers of the micro basin three that represent the municipal districts of Crato, Juazeiro do Norte and Caririaçu in Ceará. The data were collected through interview applying leading questions and were analyzed through the Collective Subjects Discourse. To assure the ethical procedures this research was submitted and approved for the Ethical Committee of the Federal University of Ceará, protocol number 19/08. The results revealed that participation is understood by the group as social conscience, collectivity representation, directing information and local subjects for collective discussion, to know to listen and discern the best. The difficulties pointed were: the lack of infrastructure that guarantees the members locomotion, as well as difficulties of communication, training and information. The facilities pointed were: personal motivation, dialogue and freedom to manifest demands, which demonstrates several forms of participation, some times discussing other times silencing to reflect and decide what is better for collectivity. These people can take hold of knowledge and take care of their surroundings, aiming actions that seek health promotion of the families that are part of the inclusion area of the Salgado Sub-River Basin.

DESCRIPTORS: Water Resources. Consumer Participation. Nursing. Health Promotion.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.....	32
FIGURA 2 – Graus de participação	34
FIGURA 3 - Mapa dos Municípios que compõem a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado.....	54
FIGURA 4 – A participação na gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica.....	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Idéias centrais síntese para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo referente à primeira questão.....	72
QUADRO 02 –Discurso do Sujeito Coletivo 1.....	72
QUADRO 03 –Discurso do Sujeito Coletivo 2.....	76
QUADRO 04 –Discurso do Sujeito Coletivo 3.....	80
QUADRO 05 - Idéias centrais síntese para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo referente à segunda questão.....	84
QUADRO 06 – Discurso do Sujeito Coletivo 1.....	84
QUADRO 07 – Discurso do Sujeito Coletivo 2.....	89
QUADRO 08 – Discurso do Sujeito Coletivo 3.....	94

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas
BH – Bacia Hidrográfica
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CSBHS – Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Salgado
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
DNAEE – Departamento Nacional de Agricultura e Energia
ECH – Expressões chave
IAD – Instrumento de Análise do Discurso
IC – Idéia Central
MA – Ministério da Agricultura
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não-governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos
PROGERIRH - Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SOHIDRA – Superintendência de Obras Hidráulicas do Ceará
SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará
VIGIÁGUA – Sistema de Vigilância da Qualidade da Água

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização e Justificativa do objeto de estudo.....	17
1.2 Objetivos.....	27
1.2.1 Objetivo geral.....	27
1.2.2 Objetivos específicos.....	27
2. REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1 A Política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos.....	28
2.2 Participação dos sujeitos.....	33
2.3 Promoção da saúde, sustentabilidade e abordagem ecossistêmica em saúde.....	37
3. CAMINHO METODOLÓGICO.....	52
3.1 Tipo de pesquisa.....	52
3.2 Contexto do campo de estudo.....	54
3.3 Sujeitos do estudo.....	59
3.4 Coleta de dados.....	60
3.5 Análise dos dados.....	62
3.6 Aspectos éticos da pesquisa.....	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	68
4.1 Caracterização dos sujeitos do estudo.....	68
4.2 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC.....	70
5 A INTERFACE DA ENFERMAGEM COM O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
7 REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES.....	122
ANEXOS.....	177

APRESENTAÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) apresenta como fundamentos o tripé integração, descentralização e participação na gestão dos recursos hídricos. A partir da Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que estabeleceu tal política, estamos vivenciando um processo de transformação nesse campo. Essa política visa organizar e sistematizar as formas de proteção dos recursos hídricos propondo diretrizes, metas e reconhecendo que a gestão dos recursos hídricos somente pode ser realizada de forma integrada e descentralizada mediante a participação da sociedade civil. No entanto, apesar dessa política garantir a participação, é necessário que todos os envolvidos compreendam o que de fato seja a participação.

Em 2004, inseri-me como pesquisadora e colaboradora da Fundação Araripe, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sediada na cidade do Crato-CE que em convênio com o Ministério da Saúde foi desenvolvido um trabalho intitulado “Vigilância à saúde numa abordagem ecossistêmica na região do Araripe”, na qual a inserção maior se deu especificamente no subprojeto “Águas do Araripe e Saúde”, possibilitando despertar para a importância da temática ambiental.

Esta investigação foi realizada no contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado com a finalidade de potencializar a consolidação da vigilância em saúde ambiental no que se refere ao componente da vigilância hídrica, tinha como estratégia a implantação de Comissões Municipais de Vigilância Hídrica que funcionassem de maneira interdisciplinar e integrada com o Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado - CSBHRS e o Sistema de Vigilância da Qualidade da Água - VIGIÁGUA (MELO e LOPES, 2005).

Esse estudo nos proporcionou traçar um diagnóstico dos principais problemas relacionados aos recursos hídricos nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte-CE, dentre os quais destacamos a falta de um sistema de informação sobre a quantidade e a qualidade da água, o desabastecimento, a interrupção do fornecimento de água à população e as ligações de águas clandestinas, entre outros problemas. A partir dos problemas identificados, este estudo buscou contribuir com as ações do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado,

auxiliando a implementação da gestão integrada dessa bacia com a finalidade de subsidiar a resolução dos problemas identificados (MELO e LOPES, 2005).

A partir da inserção nessa pesquisa, reconhecemos a relevância dos profissionais de saúde, particularmente da enfermagem, na apropriação dos conteúdos de saúde ambiental, posto ser a relação saúde e ambiente necessária e interdependente, principalmente, nesse momento de crise global, vivenciados por grandes tragédias com enchentes de um lado e seca de outro, pondo em risco a vida humana.

Assim, em 2005, ao ingressar no Doutorado em Enfermagem na Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem/FFOE da Universidade Federal do Ceará, vislumbramos trazer para o conhecimento em enfermagem a associação saúde e ambiente a partir do componente hídrico, no intuito de investigar a compreensão dos membros do comitê da Sub-Bacia Hidrográfica sobre participação, pois entendemos que a forma como as pessoas compreendem os conceitos pode influenciar em suas participações e nos processos de decisão, conseqüentemente, na promoção da saúde das famílias e do entorno da bacia.

Visualizamos com este estudo a possibilidade de tornar a participação uma ferramenta de transformação na política de recursos hídricos, principalmente, por entendermos a necessidade de inclusão dos profissionais de saúde nessa política que ainda se apresenta pouco divulgada e conhecida.

Almejamos que este estudo se torne um veículo de disseminação de idéias, trocas e debates entre população, técnicos, políticos e acadêmicos acerca das necessárias transformações na temática da participação de todos os segmentos na gestão dos recursos hídricos, para que possamos mudar a realidade em um cenário de diversidades, de modo a garantir o uso das águas às futuras gerações.

Nesse sentido, para fins de sistematização o estudo encontra-se dividido em capítulos.

No primeiro capítulo, trazemos a construção do nosso objeto de estudo tendo como âncora a sensibilização para a temática da água como um recurso necessário à vida.

No segundo capítulo, abordamos o quadro teórico da análise, a partir do enfoque de participação de Bordenave (2007), Demo (1993); das Conferências Internacionais de promoção da saúde e de vários autores que trabalham esta temática, entre eles Buss (2003), Czeresnia (2003), bem como trazemos a abordagem ecossistêmica em saúde. Utilizamos também a própria Política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos - PNRH.

No terceiro capítulo, tratamos do percurso metodológico e das bases conceituais do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC que nos permitiram construir a análise deste trabalho.

No quarto capítulo, apresentaremos os resultados e as discussões que foram divididas em dois momentos, a saber: Caracterização dos sujeitos do estudo e construção do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, neste último apresentaremos seis (6) discursos sistematizados a partir da fala dos atores sociais envolvidos na pesquisa.

No quinto capítulo, buscamos fazer a interface da enfermagem com o comitê de bacia hidrográfica para a promoção da saúde, demonstrando a importância da apreensão dessa temática para ampliar a perspectiva de cuidado em enfermagem.

Finalizando, trazemos as considerações finais, que para nós representa a perspectiva de ampliação do enfoque da participação no Comitê de Bacia, a partir da inclusão de outros atores sociais que ainda não se fazem presentes neste fórum de discussão, os profissionais de saúde que inicialmente sugerimos que sejam os profissionais da atenção básica.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e justificativa do objeto de estudo

A sensibilização global para as questões ambientais tem se apresentado como uma das preocupações crescentes das últimas décadas do século XX e dos primeiros anos do século XXI.

Os problemas ambientais, marcados pela intervenção humana sobre a natureza, pelo aumento populacional, destruição de ambientes silvestres e nível de poluição que se origina da concentração e extensão das atividades de produção e consumo influenciam sobre maneira a qualidade de vida da humanidade, pois a degradação ambiental significa uma ameaça aos sistemas de suporte a vida (FREITAS e PORTO, 2006).

Dentre os problemas ambientais que entraram no cenário mundial, podemos destacar a crescente poluição química e seus impactos sobre a qualidade da água, do ar, do solo e dos alimentos, bem como o reconhecimento dos riscos ecológicos globais resultantes dessa poluição, como é o caso do efeito estufa ocasionando o aquecimento do planeta, a redução da camada de ozônio, podendo aumentar o número de casos de câncer de pele (BRASIL, 2002b).

Podemos citar também como outros problemas ambientais a extinção de espécies, a destruição de florestas, a redução da biodiversidade e a previsão de escassez de recursos naturais básicos como é o caso da água para consumo humano, além do aumento da urbanização, que superpõe os efeitos da poluição industrial, do consumo e dos transportes dos países industrializados com os problemas de exclusão social e falta de infra-estrutura básica como acesso a água e esgoto nos países de industrialização recente e economia periférica, aumentando as fragilidades destas populações (FREITAS e PORTO, 2006; BRASIL, 2002b).

Assim, se faz necessário situarmos dentre a crise ambiental a água para consumo humano, posto que dentre os maiores problemas relacionados à água, podemos citar a contaminação de mananciais, o que acarreta cada vez mais sua diminuição para consumo humano no mundo, pois existe uma

pequena quantidade de água doce no planeta, quando comparada às águas salgadas e às geleiras.

De acordo com Shiklomanov (1998), 97,5% da água disponível na Terra são salgadas e 2,493% estão concentrados em geleiras ou regiões subterrâneas de difícil acesso, restando apenas 0,007% de água doce para o uso humano, disponível em rios, lagos e na atmosfera.

Apesar desse pequeno percentual de água destinado ao uso humano, durante muito tempo se considerou a água como um recurso infinito, no entanto com a poluição, a degradação ambiental, o crescimento da demanda por água no planeta e o desperdício, vivenciamos uma situação de crescente diminuição da disponibilidade de água limpa em todo o mundo, este fato vem preocupando especialistas e autoridades (JULIÃO, 2003).

O mau uso e a poluição das águas são considerados apenas um dos aspectos da crise ambiental mundial. Outros problemas como o desequilíbrio da produção de alimentos, a mudança gradual dos climas regionais e global como resultado das atividades urbanas e das técnicas agrícolas, proliferação de organismos transmissores de doenças e epidemias, poluição ambiental e exposição humana aos agentes nocivos que afetam a saúde, podem repercutir diretamente na qualidade da água para o consumo humano, que deve obedecer alguns critérios, tais como: turbidez, controle bacteriológico, nível de cloro residual, entre outros que são estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde – OMS e adotados pelo Ministério da Saúde – MS do Brasil (BRASIL, 2004; AUGUSTO, 2003).

Sendo assim, a água para consumo humano já se apresenta como um problema para a humanidade, tanto em decorrência da falta de acesso, como pelo uso de água contaminada, colocando esta temática na agenda das discussões mundiais, o que preocupa cientistas do mundo inteiro, pois há estimativas de crise da água prevista para o ano de 2020 (MORAES e JORDÃO, 2002).

Barreto (1998) relata que a relação saúde e ambiente já se apresentava nas civilizações antigas, demonstradas nos registros hipocráticos no século XIX, estes escritos foram primordiais para se pensar na necessidade de melhorias

ambientais nos grandes centros urbanos do mundo desenvolvido, pois há relatos entre os problemas de saúde e a vida da comunidade relacionados às questões voltadas para a obtenção de água e alimento.

O estudo de Freitas et al. (2001) analisando a qualidade da água comprova que esta é responsável por um grande número de doenças de veiculação hídrica, representando riscos à saúde das populações. Fato que também se confirma em estudos de Figueiredo et al. (1998); Valente et al. (1999); D'Águila et al. (2000); Amaral et al. (2003); Almeida (2005); Costa (2006), entre outros.

A água é considerada um elemento essencial à subsistência e às atividades humanas, sendo imprescindível à vida. Também se constitui um fator condicionante do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, o que a caracteriza como um elemento de inquestionável valor sanitário e social, e sua escassez ou o uso inadequado representa séria ameaça para o desenvolvimento sustentável e para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2001, 2002b; JULIÃO, 2003).

A crise da água associada a outros problemas, como a redução da camada de ozônio, catástrofes, aquecimento global, coloca a relação homem-ambiente-saúde como uma relação necessária a ser debatida e investigada em diversas áreas do conhecimento. Desde 1972 por ocasião da 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente realizada na Suécia, fica claro que os bens naturais são limitados e não se renovam com a mesma dinâmica de sua exploração. Esta Conferência estabeleceu parâmetros de preservação no sentido de garantir meios naturais às futuras gerações (BRASIL, 2002b).

Entretanto, somente nos anos 90, quando aconteceu a 2ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Rio-92, é que este debate se consolidou como questão social integrada às questões de saúde, economia e desenvolvimento humano (BRASIL, 2002b).

A Rio-92 apontou a eminente crise da disponibilidade da água no planeta, e, através da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, foi destacada a importância do Estado na preservação ambiental e na vivência da sustentabilidade, incentivando a participação social nas políticas ambientais, o que contribuiu através de pressões sociais, para que o Congresso Nacional Brasileiro aprovasse o Projeto de Lei Nacional de

Recursos Hídricos, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos e a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, através da Lei nº 9.433, sancionada em 8 de janeiro de 1997 (BRASIL, 2001; MACHADO, 2003).

Essa política apresenta como princípios fundamentais a compreensão da água como um bem de domínio público, dotado de valor econômico; a utilização prioritária dos recursos hídricos em situação de escassez é o consumo humano e dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos como meio de proporcionar o uso múltiplo das águas; o gerenciamento dos recursos hídricos como descentralizado, envolvendo a participação do governo, dos usuários e das comunidades locais; a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 2002b).

Entretanto, a experiência brasileira na construção dessa política mostra que os Estados da Federação saíram na frente do governo federal nesse processo, construindo suas políticas e criando condições institucionais para o funcionamento dos mesmos, é o caso do Estado do Ceará, por apresentar muitos problemas relacionados à água, em virtude da escassez de água, saiu na frente da Política Nacional, criando no ano de 1992 a Lei nº 11.996/92 que institucionalizou o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará, sendo o primeiro Estado da Federação a instituir o plano estadual de recursos hídricos (CEARÁ, 2002; MACHADO, 2003).

Dentre os objetivos dessa política estadual, pode-se destacar: assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente; assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará; e planejar e gerenciar de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos, adotando como princípios a

descentralização e a participação através dos Comitês de Bacia Hidrográfica - CBH (CEARÁ, 2002).

No Ceará, a Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH é responsável pela oferta, gestão e preservação dos recursos hídricos a partir de processos participativos e através da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH busca desenvolver sua política hídrica de forma sustentável (CEARÁ, 2002).

Para garantir a participação nos recursos hídricos, a COGERH vem desenvolvendo um trabalho educativo, com reuniões, cursos, oficinas junto às comunidades para a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, pois a bacia hidrográfica foi adotada pelo Sistema Integrado de Recursos Hídricos como unidade de gestão. A bacia hidrográfica é o elemento fundamental do gerenciamento dos recursos hídricos através dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CEARÁ, 1992, 2002).

O Estado do Ceará conta com onze bacias hidrográficas, sendo estas: a Bacia do Rio Coreaú, Acaraú, do Litoral, do Rio Curú, Metropolitana, Baixo Jaguaribe, Baixo Parnaíba, Rio Banabuiú, médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe e Bacia do Rio Salgado.

Dentre estas bacias, a sub-bacia hidrográfica do Rio Salgado é composta por 23 municípios do sul-leste do Ceará e apresenta importância singular por contemplar municípios da região de maior contingente populacional do Cariri cearense, como é o caso das cidades de população eminentemente urbana: Juazeiro do Norte e Crato.

A Bacia do Rio Salgado é drenada pelo rio homônimo que apresenta como um de seus principais afluentes o rio Batateiras, localizado na cidade do Crato. O rio Batateiras vem sofrendo com a contaminação, destruição de mata ciliar, acumulação de lixo no seu interior e nas encostas desmatadas e sujeitas à erosão, o que aponta o risco iminente de morte biológica do rio. Estes problemas de certa maneira foram influenciados pelo crescimento urbano desordenado, apontado como uma das principais causas de contaminação das encostas e interior dos rios, pela construção de conjuntos habitacionais e outras casas em suas proximidades (MELO e LOPES, 2005).

Com o crescimento urbano, rios foram canalizados, as suas margens foram ocupadas, contribuindo assim para o processo de contaminação, acarretando transtornos à saúde das famílias que moram no entorno desses rios, o que demonstra a inter-relação entre saúde e ambiente e a necessidade de consciência sócio-sanitária para a promoção da saúde e prevenção das doenças, o que torna primordial a participação da população no processo de gestão dos recursos hídricos da região.

A gestão das águas nessa região se dá através do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado que tem como função a gestão das águas de sua área territorial, o trabalho planejado e organizado com vistas à captação, abastecimento, distribuição, despejo e tratamento da água consumida a partir das deliberações do colegiado que deve participar de todas as decisões (COMITÊ DO RIO SALGADO, 2007).

O Comitê de Bacia Hidrográfica tem em sua essência a participação das diversas esferas públicas e privadas. Esta participação envolve os usuários, sociedade civil organizada e representante de governos municipais, estaduais e federal para discutir, refletir e buscar soluções para a problemática dos recursos hídricos. Para tanto, é necessário que todos os membros do comitê tenham consciência do seu papel, pois a participação de todos é decisiva para o planejamento e execução de ações em torno da bacia, assim todos devem compreender o que é melhor para a área de abrangência da bacia, tratando os problemas sobre meio ambiente e recursos hídricos de forma integrada, visando assegurar às atuais e futuras gerações água em quantidade e qualidade, com a finalidade de alcançar práticas conducentes com a promoção da saúde da população.

No entanto, percebemos que apesar da Política Nacional e Estadual garantir a participação de usuários e sociedade civil através do Comitê de Bacia Hidrográfica, essa atitude por si não garante esse processo participativo, posto que estudo desenvolvido por Melo e Lopes (2005) consideraram que a implementação das ações, após o diagnóstico realizado, encontrou como uma das dificuldades para continuidade do processo e efetividade das ações a participação dos envolvidos no processo de gestão das águas.

No Brasil, o estabelecimento de processos participativos foi assegurado após a constituição de 1988, garantindo a democracia participativa como governança do Estado brasileiro, prevendo e instituindo mecanismos concretos, por meio de referendos, plebiscito, consultas, conferências e comitês consultivos e deliberativos, como é o caso dos comitês de bacia hidrográfica. Estes instrumentos de participação se caracterizaram como forma de efetivação dos princípios constitucionais por parte do poder público que passa a atender demandas dos movimentos sociais organizados e a sociedade civil por meio de suas participações (GOHN, 2001).

Conforme postula Demo (1993), a participação é um processo que implica compromisso, envolvimento, presença em ações, é apontada por Bordenave (2007) como uma necessidade do ser humano e para Gohn (2001) uma associação à idéia de divisão de responsabilidades na construção coletiva de determinado processo, uma divisão de responsabilidades com outras pessoas, é o tornar-se co-responsável.

Em nosso entendimento, a participação deve ser efetiva, ou seja, participar significa entender o motivo de sua participação, enquanto inserção em um dado processo, defendendo interesses coletivos, indo além de “estar em uma reunião” é uma resposta com consciência crítica e reflexiva, buscando transformação social a partir do estabelecimento de metas concretas para melhorar a saúde e a qualidade dos recursos hídricos em um processo de aprendizagem contínuo.

Logo, compreender participação sob a ótica dos membros do comitê poderá ser o caminho para efetivar este processo na gestão dos recursos hídricos através do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado.

Diante do exposto, neste estudo fazemos os seguintes questionamentos: o que os membros do comitê entendem por participação? Como acontece o processo participativo no Comitê? Que importância atribui a sua participação? Que dificuldades ou facilidades envolvem o processo de participação no comitê de bacia?

Vislumbrando responder tais indagações que nos inquieta, buscamos compreender a percepção que os representantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado têm a respeito de sua participação na gestão dos

recursos hídricos, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades pessoais, empoderando-os e re-construindo com todos os envolvidos no processo um novo olhar sobre a participação.

Acreditamos que ao participar, compreendendo a importância do seu papel como ator, as pessoas que fazem parte do processo se envolvem e passam a desenvolver habilidades, empoderando-se para cuidar de si e do seu entorno, contribuindo com os dois campos da promoção da saúde: o desenvolvimento de habilidades pessoais e o reforço da ação comunitária.

Apontamos como indicador relevante que justifica nossa escolha para estudarmos a temática da participação e saúde ambiental no que se refere aos recursos hídricos, o levantamento realizado no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES, cujas pesquisas na pós-graduação brasileira nos anos de 2002 a 2007 demonstraram muitos trabalhos, sendo 1.115 dissertações e 339 teses. No entanto, a maioria destes trabalhos investigou as condições sanitárias de mananciais, enfocando o desenvolvimento urbano (Romeu, 2006); o impacto dos assentamentos nos recursos hídricos (Cerqueira, 2006); condições ambientais dos recursos hídricos e a produção de alimentos (Lobo Filho, 2005); um estudo bibliográfico e documental sobre os aspectos conceituais de saneamento básico (Perosa, 2002); saneamento urbano e qualidade da água (Perazzo, 2007); qualidade da água, como é o caso dos trabalhos de Libanio (2006), Souza (2006); Costa (2006); Rocha (2004); Oliveira (2004); Julião (2003); Barbosa (2003); Santos (2002); Silva (2002), entre outros.

Na tentativa de refinarmos nossa pesquisa, ainda utilizando o banco de dados da CAPES, cruzamos as palavras *recursos hídricos* e *participação* e encontramos 160 trabalhos, realizados por diversas áreas do conhecimento como engenharia ambiental, meio ambiente, economia doméstica, direito, sendo apenas dois deles desenvolvidos por enfermeiros: Costa (2006) e Julião (2003), que enfocaram em seus estudos diagnósticos de patógenos existentes na água para consumo humano. Estes 160 trabalhos com recursos hídricos enfatizaram a participação, como os trabalhos de Quermes (2006) que analisou o processo participativo dos membros do comitê; Ribeiro (2006) que estudou a participação na implementação do modelo de gestão dos recursos hídricos;

Almeida (2005) que estudou a questão hídrica no orçamento participativo; Santos (2004) que investigou os mitos da participação social na gestão dos recursos hídricos. Outros estudos se referiram a participação da população nos recursos hídricos, como é o caso dos trabalhos de Pereira (2005) e Leal (2004) que avalia o processo de gestão participativa dos membros do comitê de bacia nos recursos hídricos; Bonini (2002) que procurou avaliar a participação dos representantes atuais do setor saúde nos fóruns decisórios de recursos hídricos.

Evidenciamos que a participação tem sido investigada nos estudos que tratam de recursos hídricos, no entanto os estudos acima apontados não enfocaram a compreensão dos envolvidos, no caso deste estudo os membros do comitê, sobre o que é participação. Os estudos abordaram a política de recursos hídricos, fazendo uma avaliação dessa política, como é o caso do estudo de Marcon (2005); avaliação da qualidade da água, Missaglia (2006); Medeiros (2006); Almeida (2005); Ribeiro (2002) entre outros, o que nos mostra uma lacuna a investigar – a visão dos membros do comitê sobre o que é participação e o que isto representa para a gestão dos recursos hídricos.

Ainda, consideramos importante fazer um levantamento na literatura específica na enfermagem e na saúde através da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, realizamos pesquisa através do Portal Scientific Eletronic Library On Line – SCIELO, nos periódicos BDENF. Utilizamos as palavras “recursos hídricos, participação e enfermagem”, “recursos hídricos, participação e saúde”, “água, participação e enfermagem”, nenhum trabalho foi encontrado. Encontramos trabalhos quando utilizamos apenas recursos hídricos, somente no SCIELO, sendo estes relacionados à qualidade da água com os estudos de Libânio, Chernicharo e Nascimento (2005); Amaral, Nader Filho e Rossi Junior (2003); Toledo e Nicolela (2002) e Moraes e Jordão (2002) e apenas um artigo que discute a relação entre a gestão de recursos hídricos e o exercício da cidadania no Brasil, por Machado (2003) que destaca a importância da participação da população para a gestão descentralizada dos recursos hídricos. Mas, nenhum desses estudos foi realizado pela enfermagem.

Afirmamos nosso entendimento quanto à relevância de todos estes estudos relacionados à temática dos recursos hídricos e da água para consumo humano, porém percebemos uma lacuna que merece mais

aprofundamento que se relaciona à compreensão dos membros do comitê sobre a participação nos recursos hídricos, posto que tais compreensões são fundamentais para que estes sujeitos se reconheçam como co-participantes dos processos decisórios e efetivamente possam contribuir com a gestão dos recursos hídricos.

Entendemos que a compreensão dos membros do comitê sobre participação seja o ponto de partida para a construção de práticas de cuidados de promoção da saúde, de forma que possam atuar contribuindo com os eixos da promoção da saúde, quais sejam: criar ambientes favoráveis à saúde, reforçando a ação comunitária e o desenvolvimento de habilidades pessoais. E, conseqüentemente, contribuir com os demais eixos: construção de políticas públicas saudáveis e reorientação dos serviços de saúde.

Neste sentido apresentamos a seguinte tese deste estudo: a participação dos integrantes do Comitê da SubBacia Hidrográfica do Rio Salgado é resultante do seu reconhecimento como atores co-participantes dos processos decisórios, tornando-se capazes de cuidar do seu entorno, contribuindo, assim, para a promoção da saúde.

Dessa forma, nosso estudo tem por finalidade compreender o que os integrantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salgado pensam a respeito de sua participação nos recursos hídricos, bem como entendermos como se dá esse processo na perspectiva de utilizar estas informações para contribuir com a vigilância à saúde e ao ambiente, no que se refere à água para consumo humano.

Percebemos o quanto é indissociável a relação saúde ambiente, sendo a temática da água para consumo humano, tanto em quantidade como em qualidade, uma questão preponderante para se alcançar saúde, pensamos que a promoção da saúde seja um referencial relevante para nosso objeto, pois acreditamos que tais compreensões possam contribuir para o empoderamento das pessoas para que estas sejam sujeitos ativos do processo de transformação e possam assim efetivamente participar do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Dessa forma, acreditamos que este estudo possibilita a elaboração de formulações teóricas para que possamos compartilhar o conhecimento aqui produzido com as diversas áreas da saúde com ênfase na participação para a

promoção da saúde. Assim posto, colocamos na agenda da saúde as questões ambientais, como imperativo às práticas de enfermagem na promoção da saúde, posto ser as questões ambientais especificamente as relacionadas à água para consumo humano, indissociáveis da saúde e da qualidade de vida das populações.

Entendemos ser este estudo relevante, pois o processo participativo pode contribuir para mudanças na percepção dos agravos decorrentes da relação ambiente/ saúde humana/ recursos hídricos, ampliando a sensibilidade para enxergar a necessidade de mudança ao nível de políticas públicas de saúde, ambiente e desenvolvimento regional. Outrossim, enquanto enfermeira e professora da Universidade Regional do Cariri – URCA, atuando na área de Saúde Coletiva, acreditamos contribuir com o Sistema Único de Saúde - SUS e com a sociedade em geral através da divulgação dos resultados deste trabalho, visando o fortalecimento da participação social, a promoção da saúde e a melhor qualidade de vida a partir de um estudo no contexto da região do Cariri.

Passamos a apresentar os objetivos deste estudo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, subsidiando a promoção da saúde para um ambiente sustentável, no que se refere aos recursos hídricos.

1.2.2 Objetivos específicos

- Conhecer como ocorre a participação dos integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado na gestão dos recursos hídricos;
- Identificar as facilidades e/ou dificuldades enfrentadas pelos integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado no que se refere à participação no comitê;
- Conhecer a importância que os membros do Comitê da Sub- Bacia Hidrográfica do Rio Salgado atribuem a sua participação para a gestão dos recursos hídricos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos

O marco legal para os recursos hídricos no Brasil foi a criação do Código das Águas, estabelecido pela Lei nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que trata das atribuições e competências sobre recursos hídricos. A princípio, os recursos hídricos ficavam a cargo do Ministério da Agricultura (MA), pois apresentava vocação agrícola. No entanto, a partir da década de 1950, as competências encontraram lugar específico no âmbito do setor elétrico, no Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), órgão de administração direta do Ministério das Minas e Energia (MME) (PEREIRA, 2005; HORJA, 2005).

O Código das Águas é um instrumento legal que disciplina as atividades nesse setor e continua em vigor até hoje. Sendo que, a partir da década de 1970, quando aconteceu a Conferência Mundial de Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, cresceu no Brasil as discussões ecológicas, contribuindo para a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, mas somente nos anos 80 estas discussões se acentuaram, culminando com a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que estabeleceu a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o território brasileiro, em nove classes, segundo seus usos preponderantes (BORSONI e TORRES, 1997).

A partir de um processo participativo originário dos movimentos sociais na tentativa de resolver os problemas que vinham ocorrendo em função dos conflitos de usos dos recursos hídricos, foi sancionada a Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997 que estabeleceu a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH). Essa política é de longo prazo, pactuada entre o poder público, os usuários e a sociedade civil, visando fundamentar e orientar a implementação da política de recursos hídricos, propondo diretrizes e grandes metas, reconhecendo que o gerenciamento dos recursos hídricos só pode ser feito de forma integrada mediante a participação de grupos organizados (SOARES, 2003).

O Sistema Nacional para o Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH) atua com um conjunto de órgãos e entidades, públicas e privadas, adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e de gestão. O SNGRH é

composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Agência Nacional das Águas (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos de governo, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos, Agências de Bacias Hidrográficas (TUNDISI, 2005).

O SNGRH baseia-se em seis princípios fundamentais, que são: a água é um bem público; é um recurso finito que apresenta valor econômico; quando escassa, a prioridade é o abastecimento humano; o gerenciamento deve contemplar usos múltiplos; as bacias hidrográficas devem atuar como unidade básica de gestão; a gestão deve ser descentralizada, com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades (TUNDISI, 2005).

Os principais instrumentos da PNRH envolvem os Planos de Recursos Hídricos elaborados pela bacia hidrográfica e pelo Estado e compreendem: o enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo os usos preponderantes da água, que envolve avaliação inicial para balizar ações de recuperação e manutenção da qualidade da água disponível; a outorga de direito de uso que é a garantia de equidade para utilizar a água, tendo como base a afirmação da água enquanto bem público, relacionando sua disponibilidade em relação ao tempo e ao espaço; a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; compensação aos municípios; sistema de informações sobre recursos hídricos (BRASIL, 2001; TUNDISI, 2005).

As diretrizes da PNRH buscam adequar a gestão às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diferentes regiões do país, para tanto o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos adota a bacia hidrográfica como unidade territorial (ANA, 2003).

Na perspectiva de contemplar estas diretrizes, tornando a gestão participativa, descentralizada e que contemple uso múltiplo, foram criados os comitês de bacia hidrográfica, fóruns de decisão consultivos, com poder de deliberação sobre qualquer ação que possa afetar as águas da bacia hidrográfica em sua quantidade ou qualidade (ANA, 2003).

Os Comitês de Bacia Hidrográfica abrem uma nova lógica no gerenciamento dos recursos hídricos, posto ser a participação de diversos setores – governamentais e não governamentais – a incorporação da

sociedade civil no processo de discussão e decisão, um espaço para a gestão compartilhada.

O Comitê de Bacia Hidrográfica pode ser considerado como o principal instrumento da gestão participativa dos recursos hídricos. Pois, segundo a Lei nº 9.433/97, compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas, no âmbito de sua área de atuação: promover debates das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação de entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o plano de recursos hídricos da bacia, proposto pela Agência Nacional da Água (ANA); acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento das metas; propor ao conselho nacional e aos estaduais de recursos hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo (TUNDISI, 2005).

Para a implementação desses instrumentos, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, cria a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União. A ANA é uma autarquia especial com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, sendo um órgão representativo dos recursos hídricos federal, dirigido por uma diretoria escolhida pela presidência da república (BRASIL, 2001; MACHADO, 2003).

O principal objetivo desta agência é disciplinar a utilização dos rios da União, controlar a poluição para garantir a disponibilidade das águas para as futuras gerações e elaborar estudos técnicos para auxiliar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos em articulação com os comitês de bacias, para a determinação dos valores a serem cobrados pelo uso do recurso hídrico de domínio da União (BRASIL, 2001).

O Ceará, considerando as singularidades regionais e locais, estruturou o Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, tendo a Secretaria dos Recursos

Hídricos – SRH como órgão responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas nesta área, auxiliada pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e pela Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, sendo um dos primeiros estados brasileiros a instituir a sua política estadual, através da Lei nº 11.996/92, e institucionalizar o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará, antes mesmo da criação da ANA (CEARÁ, 2002; MACHADO, 2003).

A missão da SRH-CE é promover a oferta, a gestão e a preservação dos recursos hídricos de forma integrada, participativa e descentralizada, contribuindo com o desenvolvimento sustentável do Estado, sendo missão da COGERH-CE a gerência dos recursos hídricos de domínio do Estado e da União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa. Dessa forma, a SRH-CE desenvolve políticas que venham otimizar a oferta e a distribuição de água no Estado, sendo esta oferta tanto quantitativa como qualitativa (CEARÁ, 2002).

Para garantir a gestão participativa, a COGERH-CE também vem desenvolvendo um trabalho junto às comunidades formando os comitês de bacia hidrográfica. O Estado do Ceará conta com onze bacias hidrográficas, sendo estas a Bacia do Rio Coreaú, Acaraú, do Litoral, do Rio Curú, Metropolitana, Baixo Jaguaribe, Baixo Parnaíba, Rio Banabuiú, médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe e Bacia do Rio Salgado, conforme a Figura 1.



Figura 01 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.

Fonte: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, 2008.

A Bacia do Rio Salgado apresenta importância singular por abranger municípios da região de maior população do Cariri cearense (Crato e Juazeiro do Norte) com a maioria urbana que tem seu sistema hidrológico originando-se na Chapada do Araripe. Esta condição envolve 23 municípios do Sul-leste do Ceará, com vistas a uma gestão mais abrangente dos recursos hídricos do Cariri. Compõe a sub-bacia os municípios de Abaiara, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Cedro, Crato, Granjeiro, Icó, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras, Umari e Várzea Alegre (MELO e LOPES, 2005).

A composição do comitê é de 50 representantes de associações de usuários, de organizações da sociedade civil, dos poderes municipais, estadual e federal, que contribuem para o desenvolvimento regional, integrando-se a um dispositivo geral de gestão participativa dos recursos hídricos do Estado do

Ceará. Essa integração foi estabelecida pelo decreto 26.462 de 11 de dezembro de 2001, do governo estadual publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará (MELO e LOPES, 2005).

O Comitê tem poder consultivo e deliberativo, sendo considerado como uma das instâncias mais importantes de participação e integração de planejamento e das ações na área dos recursos hídricos. Para tanto, é fundamental que seus membros estejam envolvidos e que todos entendam a relevância do processo participativo na tomada de decisão pelo melhor uso da água e pelos investimentos necessários em torno desta bacia, a fim de alcançar práticas conducentes para a promoção da saúde.

2.2 Participação dos sujeitos

Para que a participação seja efetiva, é importante que se discuta sua definição para que este conceito não se torne vazio, Ferreira (1999) refere participação como “ato ou efeito de participar”, vem do latim *participatione* e a palavra participar significa “fazer saber, informar, anunciar, comunicar, ter ou tomar parte, associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento, ter traços em comum”.

Esta conceituação nos faz refletir sobre a participação como algo ativo, como uma necessidade humana universal, como as pessoas participam em suas famílias, suas comunidades, seu trabalho, “participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo” (BORDENAVE, 2007, p. 16). Este mesmo autor relata que a participação possui duas bases complementares que devem caminhar juntas mantendo o equilíbrio: a base afetiva, na qual as pessoas participam por sentirem prazer em fazer as coisas com os outros e uma base instrumental, na qual as pessoas participam porque fazer as coisas com outras pessoas é mais eficaz e eficiente.

Bordenave (2007) fornece um arcabouço analítico para participação em um grupo ou organização ao definir graus e níveis de participação, os graus estratificam a participação a partir do maior ou menor acesso ao controle das decisões por seus membros, conforme Figura 02.

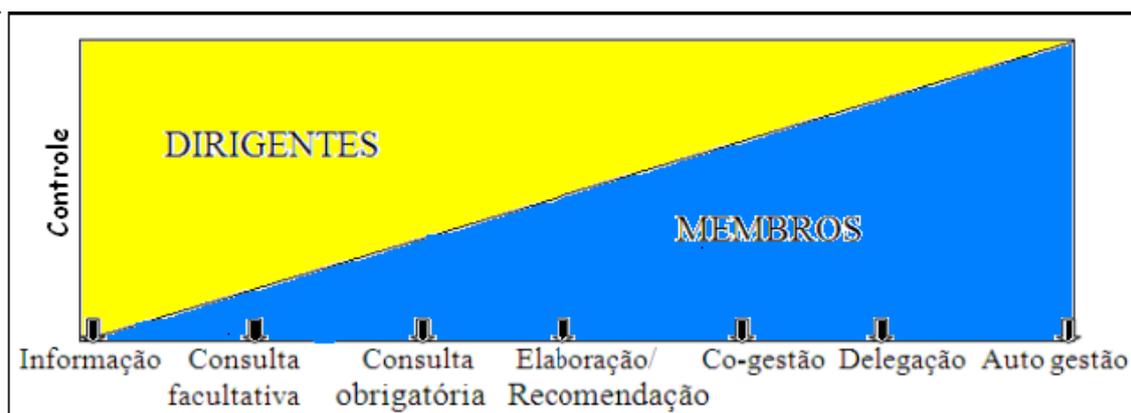


Figura 02 – Graus de participação.

Fonte: Bordenave (2007)

A Figura 02 nos faz inferir que o processo de participação pressupõe a divisão equitativa de poderes entre os participantes, o que envolve uma gestão conjunta baseada em co-decisões e co-responsabilização, variando de um menor grau de participação, que é a informação, cujos dirigentes apenas informam os membros da instituição sobre as decisões já tomadas, ascendendo o grau de participação para a consulta facultativa, em que os dirigentes podem, se quiserem e quando quiserem, consultar os demais membros; consulta obrigatória, em que todos devem ser consultados, mas as decisões são tomadas pela direção; a recomendação, quando todos participam elaborando propostas e recomendando medidas, mas a direção pode aceitar ou rejeitar o que foi proposto, chegando a um grau maior de participação com a co-gestão, cujas decisões são tomadas de forma compartilhada, através da co-decisão e colegialidade. Na delegação, existe uma maior autonomia dos participantes e não só do grupo gestor, e a participação de forma plena acontece no nível de auto gestão, no qual o grupo é que determina objetivos e metas e todos participam com igual autoridade (BORDENAVE, 2007).

Os níveis de participação indicam a importância das decisões, sendo o nível 1 a formulação da doutrina e da política da instituição; o nível 2 a determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias; o nível 3 a elaboração de planos, programas e projetos; o nível 4 a alocação de recursos e administração destes; o nível 5 a execução das ações; o nível a 6 avaliação dos resultados.

Cabe destacar que a democracia participativa deve promover a ascensão da população a níveis cada vez mais elevados, saindo do nível de

execução para o nível da formulação de política. Nestes níveis, os membros de uma organização, em nosso estudo, o comitê de bacia hidrográfica, podem realizar graus de participação crescentes sob a perspectiva das tomadas de decisões.

Os graus e níveis de participação descritos por Bordenave (2007) demonstra a necessidade de ascensão para outros níveis, o que pressupõe reflexão, crítica e autocrítica, é o que Demo (1993, p. 18) afirma “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”.

Assevera Demo (1993) que não há participação suficiente, nem acabada, é um processo, se considerarmos acabada poderá vir a regredir. A participação apresenta características de ser meio e fim, porquanto é simultaneamente instrumento e objeto da autopromoção, entendendo que autopromoção é a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, estes passam a autogerir ou a co-gerir a satisfação de suas necessidades.

Este mesmo autor aponta além da autopromoção outros objetivos da participação, quais sejam: *realização de cidadania*, entendida como a qualidade social de uma sociedade organizada em direitos e deveres, além de significar consciência crítica, para perceber as injustiças e os direitos, vislumbrando estratégias de reação em busca de mudanças; *implementação de regras democráticas de jogo*, como exercício de cidadania, a participação é por si um processo democrático, no qual se aprende a eleger, fazer rodízio na direção das instituições, exigir prestação de contas, tomar decisões conjuntas; *controle do poder*, considerado como o fenômeno básico da democracia, pois a democracia contribui para a convivência crítica e criativa com o poder, que tem no voto um dos instrumentos de controle, porém o controle mais efetivo de poder é a organização da sociedade civil; *negociação*, como um sistema sócio político, procurando negociar conflitos e divergências, não significa acabar com as divergências, mas lidar com elas, acomodando-as, de forma a permitir convivência; *cultura democrática*, considerada o objetivo essencial da participação, passa a ser “uma situação construída e institucionalizada como regra de vida, como valor comum, como modo de ser” (DEMO, 1993, p. 79).

A participação é, portanto, o alicerce da democracia, para tanto é necessário compromisso, envolvimento, esse processo por si fortalece os partícipes para que consigam alcançar os objetivos de participação através da autoconscientização e compreensão dos envolvidos sobre o que estão fazendo parte. Este processo se refere à autonomia dos sujeitos, ou seja, os envolvidos nos processos participativos apresentam maior capacidade de agir sobre si mesmos e sobre o contexto, conforme objetivos democraticamente estabelecidos (CAMPOS e CAMPOS, 2006; MACHADO, 2007).

A autonomia dos sujeitos depende dele próprio, como também de fatores externos, como a existência de leis que permitam a participação, bem como o acesso a informação, para que estes possam utilizar os conhecimentos de forma crítica, sendo, portanto, sujeitos de reflexão e ação sobre si mesmo e sobre o seu entorno (CAMPOS e CAMPOS, 2006).

Para que os envolvidos no processo de participação tenham autonomia para deliberar ações que beneficiem o coletivo, é fundamental que estes tenham consciência da realidade em que se inserem, o que faz com que estas pessoas se fortaleçam e sejam empoderadas, para isso é necessário o diálogo e uma relação horizontal entre os membros do grupo (FREIRE, 1998; 1999).

Essa relação dialógica contribui para o empoderamento, termo que vem do inglês *empowerment*, significa fortalecimento, habilidade de enfrentamento, suporte mútuo. Nesse sentido, à medida que as pessoas participam, se empoderam, e à medida que se empoderam, participam com mais habilidade, promovendo a participação social com o objetivo de obter um maior controle nos problemas da comunidade, atingindo maior eficácia política e maior justiça social (CARVALHO e GASTALDO, 2008).

Autores como Wallerstein e Bernstein (1994), Airhihenbuwa (1994), Labonte (1994) se referem ao empoderamento como a habilidade para as pessoas conseguirem um entendimento e um controle sobre suas forças pessoais, sociais, econômicas e políticas, para poderem agir de modo a melhorar sua situação de vida.

O empoderamento apresenta três níveis: individual ou psicológico, quando se refere à habilidade do indivíduo para tomar decisões e ter controle sobre sua própria vida, este empoderamento individual combina eficiência pessoal e competência, buscando as causas das iniquidades

sociais; organizacional, quando se refere ao controle democrático, em que cada membro compartilha informação e poder, utilizando-se de processos cooperativos de tomada decisões e de envolvido em aumentar os esforços em direção de uma mesma meta definida; social/comunitário, sendo aquele cujos indivíduos e organizações aplicam suas habilidades e recursos nos esforços coletivos, para encontrar suas respectivas necessidades. Este nível tem a possibilidade de influenciar decisões e mudanças no sistema social mais amplo. É composto de capacidade e ação (WALLERSTEIN e BERNSTEIN, 1994).

Especificamente para este estudo, consideramos pertinente trabalharmos com as diretrizes da própria política nacional e estadual de recursos hídricos, apresentado na página 29, com os conceitos de participação social e empoderamento, apresentado na página 34, bem como com os preceitos da promoção da saúde e da sustentabilidade, e os princípios da abordagem ecossistêmica em saúde. Acreditamos que estes conceitos se imbricam na discussão de nossos resultados, logo, passamos a discorrê-los a seguir.

2.3 Promoção da saúde, sustentabilidade e abordagem ecossistêmica em saúde

A Promoção da Saúde vem sendo discutida mundialmente e é apontada por Vilela e Mendes (2000) como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável, sendo um dos caminhos para responder às emergências sobre saúde. Nessas emergências, apontamos a crise global no que se refere ao ambiente, particularmente, a relação entre recursos hídricos – água para consumo humano e a saúde da população. Neste sentido, ao incorporar a promoção da saúde como elemento integrante do processo saúde-doença-cuidado, faz-se necessário entendermos o que seja promoção da saúde, posto que este conceito vem sendo utilizado em várias áreas do conhecimento e muitas vezes de forma equivocada como sinônimo de prevenção de doenças.

O termo Promoção da Saúde foi utilizado por Sigerist em 1946, que a define como uma das tarefas essenciais da medicina; vem novamente à tona

na década de 1960, com Leavell e Clark (1965) ao desenvolverem o modelo da história natural da doença, em que promoção da saúde se apresenta como um nível de atenção da medicina preventiva (BUSS, 2003).

Entretanto, na década de 1970, com a crise nos sistemas de saúde, se passa a perceber que não basta atuar apenas na cura da doença, é preciso intervir nos fatores determinantes do processo saúde-enfermidade. Assim, o Informe Lalonde – uma nova perspectiva na saúde dos canadenses (1974) é um marco na área da Promoção da Saúde, definindo quatro grandes eixos: biologia humana, meio ambiente, estilo de vida e organização da atenção à saúde, representando um marco de referência para as políticas de saúde no mundo (BUSS, 2003; BRASIL, 2002a).

Ainda no final da década de 1970, a OMS realiza a I Conferência Internacional sobre Atenção Primária de Saúde, em Alma-Ata (1978) com a meta “Saúde para todos no ano 2000”, reforçando a proposta da atenção primária em saúde, que alcançou destaque especial na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986), com a promulgação da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002a).

Outras conferências se seguiram a Ottawa, com a elaboração de documentos como a Declaração de Adelaide (Austrália, 1988); Declaração de Sundsvall (Suécia, 1991); Declaração de Bogotá (Colômbia, 1992); Declaração de Jacarta (Indonésia, 1997), que trataram da promoção da saúde no século XXI e a Conferência do México (2000) (BRASIL, 2002a).

Tais conferências foram importantes no sentido de colocar nas agendas globais a discussão sobre promoção da saúde enquanto mudança nos paradigmas da saúde no mundo.

O conceito de promoção da saúde é pertinente, tendo em vista sua relevância para a enfermagem, a qual é uma profissão tida como promotora da saúde e como importante para a compreensão de qualquer processo participativo. Neste estudo em particular, participação nos recursos hídricos como um dos principais elementos da promoção da saúde. Ressaltamos que os documentos supracitados estão imbuídos de decisões e definições internacionais, reconhecendo o importante papel que tais conferências tiveram para o desenvolvimento do conceito de promoção da saúde no mundo e no

Brasil, tendo repercussões gerais nas políticas públicas, dentre estas políticas a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Dentre as características essenciais de promoção da saúde, estes documentos apontam a saúde positiva, cuidado de saúde consigo e com os outros, saúde ligada à equidade e justiça social, acesso à educação e informação, capacitação comunitária e estratégia que melhora a qualidade de vida. Evidenciamos que tais características também guardam estreita relação com a água para consumo humano e especificamente no que se refere a capacitação que guarda estreita associação com o processo de participação nos recursos hídricos.

Percebemos que a saúde é apontada como um conceito positivo que se destaca como relevante para que as pessoas possam entendê-la “como um recurso para a vida e não um objetivo de viver” Brasil (2002, p. 19), nessa concepção rompe com a visão fragmentada e reducionista do modelo biologicista da saúde, trazendo o seu conceito ampliado que destaca os recursos pessoais e sociais, bem como as habilidades e capacidades físicas das pessoas (CZERESNIA & FREITAS, 2003; LEFEVRE & LEFEVRE, 2004).

Dentre as Cartas de promoção da saúde, evidenciamos que o conceito de Promoção da Saúde foi definido oficialmente por ocasião da Carta de Ottawa, sendo referência primordial das idéias de promoção da saúde para o mundo inteiro até hoje. Este é definido como “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação nesse processo” (BRASIL, 2002a, p. 19).

Ressaltamos que o conceito de promoção da saúde se imbrica com o conceito de empoderamento definido por Laverack e Labonte (2000) como a forma pela qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas. Logo participar de um comitê de bacia hidrográfica, faz com que as pessoas se empoderem e tomem decisões que repercutirão para as gerações presentes e futuras.

As definições da Carta de Ottawa demonstram a expectativa da comunidade internacional por uma nova saúde pública que fosse inclusiva e que considerassem os determinantes do processo saúde-doença-cuidado na busca por equidade e justiça social. Dessa forma, a Carta de Ottawa enfatiza

que “a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global” (BRASIL, 2002a, p. 19).

A Carta de Ottawa traçou os cinco eixos de ação para a promoção da saúde: construção de políticas públicas saudáveis, criando ambientes favoráveis à saúde, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços de saúde.

No que se refere a políticas públicas saudáveis é importante destacar a necessidade da combinação com diversas abordagens complementares, dentre elas a PNRH, incluindo mudanças organizacionais, posto que para a execução de políticas públicas saudáveis é preciso a existência de ações conjuntas para assegurar bens e serviços mais seguros, mais saudáveis e ambientes mais limpos e desfrutáveis.

Políticas públicas saudáveis “caracterizam-se pelo interesse e preocupação explícitos de todas as áreas das políticas públicas em relação à saúde e equidade e pelos compromissos com o impacto de tais políticas sobre a saúde da população” (BRASIL, 2002a, p. 26).

O acompanhamento das mudanças do ambiente que afetam a saúde deve ser sistemático, para garantir ambientes favoráveis à saúde das populações, asseverando a conservação dos recursos naturais, dentre estes a água, para tanto é necessário julgar a saúde como ecossistêmica, como será abordado adiante.

A promoção da saúde trabalha através de ações comunitárias concretas e efetivas no desenvolvimento de prioridades, na tomada de decisões, na definição de estratégias e na sua implementação, no intuito de conseguir melhoria nas condições de saúde, para tanto é preciso o reforço da ação comunitária e o desenvolvimento pessoal e social através da divulgação de informação, educação e capacitação para que as pessoas se empoderem e possam ter o controle de seus próprios esforços, para o cuidado de si, do outro e do ambiente. Assim, a promoção da saúde defende o empoderamento dos sujeitos, tornando-os autônomos, gerando emancipação e mudança de comportamento de forma individual e coletiva (OLIVEIRA, 2005).

Segundo a Carta de Ottawa, as estratégias fundamentais para a promoção da saúde são: a defesa da saúde, em que “a saúde é o maior

recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida” (Brasil, 2002, p. 19). Dessa maneira, a luta pela saúde busca romper com os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos que possam afetar negativamente a saúde das populações e associados aos pré-requisitos para se alcançar saúde e que esta seja cada vez mais favorável. Além dessa estratégia, temos a capacitação, no sentido de que todas as pessoas possam alcançar completamente seu potencial de saúde. As famílias e as comunidades devem ter oportunidade de conhecer e controlar os fatores determinantes da sua saúde, para isso são necessários “ambientes favoráveis, acesso à informação, a experiências e habilidades na vida, bem como oportunidades que permitam fazer escolhas por uma vida mais sadia” (Brasil, 2002a, p. 20). Estes elementos capacitantes também estão referenciados nos trabalhos de Buss (2000; 2003); e a mediação, em que os profissionais e grupos sociais, assim como o pessoal de saúde, e outros setores sociais e econômicos, têm a responsabilidade de contribuir para a mediação e parcerias entre os diferentes interesses em relação à saúde. Torna-se fundamental nesse processo coordenar ações intersetoriais que visem à promoção da saúde.

No contexto da mediação, o Comitê da Bacia Hidrográfica poderá ter uma atuação de busca de parcerias e troca de experiências entre os diversos setores que direta ou indiretamente se relacionam com a bacia, especificamente, o setor saúde, para que as ações abordem a relação entre a saúde humana e o componente hídrico e assim possam contribuir com melhorias nos indicadores de morbidade e mortalidade.

O documento de Adelaide (1988) trata a saúde como um direito humano fundamental, destacando como importante assegurar o acesso da população a bens e serviços que lhes proporcionem vidas saudáveis e garantia do princípio da justiça social e da equidade (BRASIL, 2002a).

Portanto, a preocupação em associar saúde e equidade é primordial para o desenvolvimento de políticas públicas que causem impacto positivo na saúde da população, criando ambiente (físico, social e cultural) favorável para que as pessoas possam viver satisfatoriamente. Assim, este documento aponta a necessidade de superação das desigualdades sociais através de políticas que priorizem os grupos mais desprivilegiados e vulneráveis levando em

consideração as desigualdades de gênero, a cultura de povos indígenas, minorias étnicas e imigrantes.

Esta declaração reafirma a responsabilidade pública com a saúde e enfatiza a necessidade em desenvolver sistemas de informação para a saúde, contribuindo para a avaliação de impacto das políticas públicas. Reconhece que os esforços para promover saúde são essenciais, logo requer uma abordagem integrada do desenvolvimento social e econômico, restabelecendo os laços entre a reforma social e a reforma da saúde, o que envolve a intersetorialidade, necessitando, assim, buscar novas parcerias e alianças com sindicatos, comércio, indústria, associações acadêmicas, entre outras (BRASIL, 2002a).

A Declaração de Sundsvall (1991) identificou quatro estratégias fundamentais para a ação em saúde coletiva, visando promover a criação de ambientes favoráveis no nível comunitário: reforçar as ações comunitárias, particularmente dos grupos de mulheres; capacitar a comunidade para um maior controle sobre sua saúde e ambiente; construir alianças para a saúde e ambientes favoráveis e mediar os interesses conflitantes na sociedade, possibilitando o acesso igualitário a ambientes favoráveis a saúde (BRASIL, 2002a).

Destacamos que Sundsvall (1991) se caracteriza como a primeira conferência a reconhecer o ambiente nas ações de promoção da saúde. Acreditamos que as questões do ambiente foram consideradas, pois naquele momento histórico ocorre uma maior consciência internacional da população, da sociedade em geral, dos movimentos sociais e dos governos sobre os riscos de um colapso mundial diante das inúmeras agressões ao meio ambiente. Assim, Sundsvall foi a primeira conferência a focalizar a interdependência entre saúde e ambiente, trazendo as questões ambientais para as agendas da saúde.

Destaca-se nesse evento a preocupação com as desigualdades sociais e em saúde, bem como a pobreza temática das duas conferências anteriores (Ottawa, 1986, Adelaide, 1988) e acrescenta agora as degradações ambientais tanto em áreas urbanas como rurais, dentre estes problemas ambientais os relacionados à água para consumo humano, ainda considerada uma iniquidade no mundo (BRASIL, 2002a).

Esta conferência sublinha quatro aspectos para um ambiente favorável e promotor de saúde: a dimensão social, que inclui a maneira pela qual normas, costumes e processos sociais afetam a saúde, alertando para as mudanças que estão ocorrendo nas relações sociais tradicionais e que podem ameaçar a saúde, como o crescente isolamento social e a perda de valores tradicionais e da herança cultural em muitas sociedades; a dimensão política, que requer dos governos a garantia da participação democrática nos processos de decisão e a descentralização dos recursos e das responsabilidades; a dimensão econômica, que requer o reescalonamento dos recursos para setores sociais, incluindo a saúde e o desenvolvimento sustentável; e a utilização da capacidade e conhecimento das mulheres em todos os setores, inclusive o político e o econômico, sendo estas as dimensões do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2002a).

No que se refere à saúde para todos, Sundsvall (1991) insiste na busca da equidade e do esforço coletivo por políticas que almejem o desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade, portanto o setor público deve criar ambientes favoráveis à saúde, considerando a interdependência entre todos os seres vivos e as necessidades das futuras gerações. Nesse sentido, é fundamental o envolvimento com os povos indígenas, reconhecendo a sua relação com o ambiente, respeito ao seu direito à terra e a sua herança cultural (BRASIL, 2002a).

Jakarta (1997) foi a primeira Conferência a se realizar num país em desenvolvimento, e a primeira a incluir o setor privado no apoio à promoção da saúde. Podemos considerar que a partir do seu título “Novos Protagonistas para uma nova era: orientando a promoção da saúde no século XXI”, pretendeu ser uma atualização da discussão sobre um dos campos de ação definidos em Ottawa: o reforço da ação comunitária. Buscou-se nessa conferência refletir sobre o aprendizado de promoção da saúde, bem como reexaminar os determinantes de saúde identificando as direções e estratégias necessárias para enfrentar os desafios da promoção da saúde no século XXI.

De acordo com a Declaração de Jakarta, a promoção da saúde é um investimento valioso essencial para o desenvolvimento da saúde das populações. É considerada

Um processo para permitir que as pessoas tenham maior controle sobre sua saúde, e para melhorá-la. A promoção da saúde, mediante investimentos e ações, atua sobre os determinantes da saúde para criar o maior benefício para os povos, para contribuir de maneira significativa para a redução das iniquidades em questões de saúde, para assegurar os direitos humanos e para a formação do capital social (BRASIL, 2002a, p.43,44).

Este evento reconheceu que a promoção da saúde baseada no emprego de combinações das cinco estratégias de Ottawa são mais eficazes do que os enfoques centrados em um único campo e que diversos cenários, tais como cidades, comunidades locais, escolas, lugares de trabalho, estabelecimento de atendimento a saúde entre outros, oferecem oportunidades práticas para a execução de estratégias integrais e que a participação é essencial para o processo de tomada de decisão (BRASIL, 2002a).

Considerando que o comitê é um espaço de debates, reflexões e encaminhamento de ações de forma participativa, ressaltamos que este espaço também pode suscitar o desenvolvimento de habilidades pessoais dos envolvidos, bem como o reforço da ação comunitária em dois campos de ação importantes para a promoção da saúde.

Em evento realizado no México, foi destacado que apesar do progresso em saúde pública obtido em muitos países, ainda falta muito a fazer para que a promoção da saúde seja uma política pública implementada através de planos de ação nos âmbitos nacional e local. Daí, a exigência de que os governos se comprometam a posicionar a promoção da saúde como política pública e desenvolver estratégias para melhorar os determinantes da saúde e contribuir para diminuir iniquidades.

A Declaração do México (2000) destaca a urgência em abordar os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde fortalecendo os mecanismos de colaboração para promoção da saúde em todos os setores e níveis da sociedade, reafirmando mais uma vez a adoção de medidas que envolvam a intersetorialidade e a participação popular. Constatam-se que as estratégias de promoção da saúde são eficazes nas mudanças relacionadas a um alto nível de saúde e bem-estar para que os povos alcancem melhor qualidade de vida.

Consideramos haver uma inter-relação entre os conceitos de promoção da saúde, atenção primária à saúde, políticas públicas saudáveis e ambiente/cidades saudáveis. Pois, enquanto a atenção primária à saúde se refere aos cuidados essenciais, socialmente aceitáveis, ao alcance universal da população, mediante sua participação plena (Brasil, 2002a), as cidades/ambientes saudáveis, também, buscam atendimento universal e eqüitativo, sendo compromisso dos governantes melhorar a saúde mediante a mobilização dos recursos sociais, institucionais e comunitários para se atingir um alto grau de saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas (ANDRADE & BARRETO, 2002).

A promoção da saúde é considerada “um componente fundamental das políticas e programas públicos em todos os países na busca de equidade e melhor saúde para todos” (Brasil, 2002a, p. 53). Inclui entre suas ações identificar prioridades de saúde e estabelecer políticas e programas públicos para implementá-las; apoiar pesquisas que ampliem o conhecimento sobre as áreas prioritárias; mobilizar recursos que fortaleçam a capacidade humana e institucional para o desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação dos planos de ação traçados na melhora da qualidade de vida a promoção da saúde representa os esforços da população mundial, visando melhorar as práticas de saúde e a qualidade de vida das pessoas, permitindo que a população desenvolva o máximo de suas potencialidades (CATRIB, PORDEUS, ATAÍDE, ALBUQUERQUE e VIEIRA, 2003).

Assim, acreditamos que promoção da saúde visa ações multirreferenciais e intersetoriais compartilhadas por todos os setores da sociedade, considerando a sustentabilidade dos ecossistemas, posto que um dos princípios da sustentabilidade é que as atividades humanas sejam realizadas de maneira que se cause a menor degradação possível (JACOB, 2003).

Logo, o desenvolvimento sustentável se apresenta para enfrentar a crise ecológica deflagrada pelos fenômenos do aquecimento global, destruição da camada de ozônio, entre outros problemas, como é o caso da falta de acesso à água para consumo humano. Pode ser compreendido como um processo pelo qual se busca respostas à necessidade de harmonizar os processos

ambientais com os socioeconômicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras (JACOBI, 2003).

Portanto, o desenvolvimento sustentável passa por condições ambientais, atividades econômicas e demandas sociais. A primeira diz respeito à preservação do ambiente para manter a capacidade da biosfera de sustentar a vida, utilizando os recursos e serviços ambientais sem reduzir sua disponibilidade e sem degradar o ambiente. A segunda se refere à promoção da continuidade do desenvolvimento econômico, respondendo as demandas sócio-ambientais, estreitando os laços entre processos econômicos e ecológicos, adequando a base tecnológica à relação economia/ecossistema. A terceira trata do atendimento às necessidades das gerações atuais, mantendo ou melhorando a sua qualidade de vida através da ampliação do acesso à alimentação, moradia, educação, água potável, ampliar a equidade social, deixando para as gerações futuras uma condição socioeconômica e ambiental, pelo menos, igual às atuais (ARRAES, 2000).

Percebemos que promoção da saúde traz a questão dos ambientes favoráveis à saúde e à sustentabilidade ambiental, fazendo-se necessário tratar estas questões de forma inter-relacionadas, o que consideramos pertinente a abordagem ecossistêmica em saúde que considera a ecologia e a promoção da saúde humana baseada na sustentabilidade ecológica, na democracia, nos direitos humanos, na justiça social e na qualidade de vida, as quais passamos a discorrê-las.

A abordagem ecossistêmica em saúde é uma proposta teórico-metodológica que vem sendo construída no Canadá e nos Estados Unidos a partir da observação e da consciência ecológica que se desenvolve por ocasião da invasão por projetos agrícolas e industriais no entorno da área dos Grandes Lagos que dividem estes dois países, ocasionando poluição nas reservas de água doce (FORGET e LEBEL, 2001). Tal abordagem passou a fazer parte do Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC).

Lebel e Forget (2001) ao conceberem a abordagem ecossistêmica utilizam-se de três dimensões da Teoria Sistêmica do biólogo Ludwig Von Bertalanffy (1968) que estão inter-relacionadas, são elas: a substituição da

idéia de simplicidade dos fenômenos pela noção de complexidade; a noção de regularidade e estabilidade que se contrapõe à noção de instabilidade; a objetividade, sendo substituída pela intersubjetividade (LEBEL, 2005).

A complexidade considera o contexto investigado e significa que ocorrem várias interações entre um grande número de unidades constitutivas e inter-relacionadas, apresenta uma estrutura permanente que ao mesmo tempo são instáveis, desordenadas, emaranhadas e de difícil previsão (Minayo, 2006). Neste estudo, as unidades constitutivas foram os diversos segmentos que fazem parte do Comitê da Sub Bacia do Rio Salgado (segmentos de usuários, sociedade civil, representantes do poder municipal, estadual e federal).

A instabilidade é uma dimensão que vem da constatação de que “o mundo sempre está em processo de “tornar-se”, e de “devir”, havendo, portanto, uma lógica na desordem” (Minayo, 2006, p.107). A instabilidade é uma dimensão que considera a imprevisibilidade dos fenômenos, também, examinada em nossa investigação, uma vez que envolve a participação e a dialógica.

A intersubjetividade que “se opõe a idéia de possibilidade de existir um conhecimento objetivo externo aos sujeitos” (Minayo, 2006 p. 108), mostra que sujeito e objeto encontram-se em constante processo de interação, fato que consideramos neste estudo, pois a co-participação deve existir entre todos os envolvidos no comitê com os problemas relacionados à área de abrangência da Bacia do Salgado.

Essas dimensões são apontadas na abordagem ecossistêmica e para nosso estudo, significam adentrarmos em um mundo complexo “a participação dos delegados do comitê de bacia hidrográfica na gestão dos recursos hídricos”, permeado por incertezas, considerando a subjetividade de todos os envolvidos no processo desde os pesquisadores a todos os integrantes do comitê que fizeram parte desse estudo.

Além das três dimensões, Forget e Lebel (2001) destacam os pressupostos da abordagem ecossistêmica que são considerados os três pilares dessa abordagem e incluem: a transdisciplinaridade, a participação dos atores envolvidos e a equidade.

A transdisciplinaridade implica em uma visão ampla do fenômeno investigado e requer a participação tanto de representantes da comunidade,

como dos representantes do Estado responsáveis pelas tomadas de decisões. No que se refere à participação, pretende-se alcançar consenso e cooperação não só da comunidade e dos pesquisadores, mas também dos responsáveis pelas tomadas de decisão (LEBEL e FORGET, 2001; LEBEL, 2005).

A transdisciplinaridade e a equidade foram preservadas, quando em nosso processo de investigação, contamos com os diversos atores sociais, representando o poder público municipal, estadual e federal, os representantes da sociedade civil e usuários, bem como a própria inserção da pesquisadora no campo de investigação, preservando também a equidade. Salientamos que em nosso estudo os três pressupostos estão inter-relacionados durante o transcorrer deste, sendo que nos focamos na participação.

Para Augusto (2002), a transdisciplinaridade ocorre quando pesquisador(a), profissionais, usuários, áreas de várias disciplinas integram-se para a produção de novos marcos lógicos, a partir de métodos e interpretações que transcendam os limites de cada disciplina, é possível promover as interfaces entre as diversas áreas, haja vista que possibilita a composição de uma equipe multiprofissional/ multidisciplinar, integrando as ciências da saúde, do ambiente e humanas, compartilhando uma visão integrada desde o início e ao longo da pesquisa, consiste em processos de diferenciação e integração do conhecimento, mantendo as especificidades e ao mesmo tempo constrói uma colaboração cruzada e convergente.

O processo participativo entre os atores envolvidos possibilitou a integração entre ciência e comunidade, ocasionando a produção e o fortalecimento de instrumentos e atividades participativas. Dessa forma, o envolvimento de todos, mesmo com interesses diversos, fortaleceu as relações de confiança a partir do diálogo e compromisso de todos (LEBEL, 2005).

Essa abordagem rompe com o modelo unidisciplinar cartesiano hegemônico, no qual ocorre um processo de dominação humana sobre a natureza, aprofundando a consciência ambiental voltada para o desenvolvimento sustentável e os ecossistemas saudáveis. Assim, essa abordagem apresenta em seu arcabouço a participação, a dialógica, a transdisciplinaridade, envolvendo pesquisadores, gestores e membros da sociedade em seus processos de investigação (LEBEL, 2005).

Conforme Minayo (2002b, p.181),

O enfoque de ecossistemas em saúde humana está fundamentado na construção de nexos que vinculam as estratégias de gestão integral do meio ambiente (ecossistemas saudáveis) com uma abordagem holística e ecológica de promoção da saúde humana. O objetivo desse enfoque é desenvolver novos conhecimentos sobre a relação saúde & ambiente, em realidades concretas, de forma a permitir ações adequadas, apropriadas e saudáveis das pessoas que aí vivem.

Podemos salientar que esta é uma abordagem integrada que possibilita o diagnóstico e a gestão dos problemas ambientais e de saúde. Esta, portanto, considera os problemas relacionados à saúde e ao ambiente como sistemas complexos, sendo assim esses se caracterizam como passíveis de descontinuidade, surpresas e mudanças que afetam os ecossistemas e a saúde humana. Essa abordagem traz a perspectiva de romper com a fragmentação entre o mundo dos fatos sociais e o dos fatos naturais, entre a sociedade e a natureza (FREITAS, 2005).

Portanto, a abordagem ecossistêmica se adequou ao nosso processo de investigação que aconteceu de forma participativa, envolvendo diversos segmentos dos recursos hídricos e que fazem parte da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, contribuindo para uma melhor participação entre todos os segmentos que fazem parte dessa Sub-Bacia a partir da inserção destes no Comitê da Bacia.

A abordagem ecossistêmica não propõe técnicas, mas uma possibilidade para clarificar “o ponto cego” da visão unidimensional, a fim de possibilitar a visualização das interações; além disso, destrói a mente compartimentalizada, fazendo com que as diferenças e as oposições se comuniquem; modifica, também, as práticas normativas; expõe as coisas que permanecem, “o que” muda e “como” as coisas se transformam (FORGET e LEBEL, 2001).

Para a abordagem ecossistêmica em saúde, a sustentabilidade dos ecossistemas é uma consequência das sinergias entre as diferentes estratégias de sobrevivência e reprodução dos organismos vivos que compartilham de um espaço comum (LEBEL e FORGET, 2001). Possibilita ampliar a participação social na análise dos problemas ambientais e busca soluções a eles relacionadas. Nesse sentido, é primordial a inclusão de fatores históricos, econômicos, culturais, sociais, o exercício do poder, a atividade

produtiva e reprodutiva (FREITAS, 2005).

A abordagem ecossistêmica busca a integralidade das ações, pois examina as relações entre vários elementos de um dado ecossistema para definir e avaliar prioridades relativas à saúde humana e à sustentabilidade desses ecossistemas. Enfatiza a elaboração de soluções baseadas no gerenciamento de recursos ambientais, em vez de intervenções tradicionais e isoladas do setor saúde. Gerencia os recursos ecossistêmicos para melhorar a saúde de modo participativo (AUGUSTO, 2002).

Em nosso estudo, não nos propomos a intervenções, mas ao diálogo sobre o processo de participação nos recursos hídricos, identificando seus significados, contribuindo para "aumentar a compreensão do lugar dos seres humanos e a implementação de sistemas de gerenciamento adaptativo, em múltiplas escalas, a partir de uma visão compartilhada e desejável de um sustentável futuro humano na biosfera" (FREITAS, 2005 p. 53).

A abordagem ecossistêmica mostra que existe interação entre economia, ambiente e comunidade, passando a valorizar igualmente estes componentes em busca de melhores condições de vida e saúde, os três componentes são abordados conjuntamente e atribuído a mesma importância, sendo que a interseção destas áreas representa a saúde ecossistêmica (LEBEL e FORGET, 2001; LEBEL, 2005).

Nessa perspectiva, a abordagem ecossistêmica em saúde nos possibilitou a interação entre os participantes, favorecendo o diálogo, examinando os aspectos objetivos e subjetivos da dinâmica investigada, nos permitindo perceber a interação entre as pessoas e os recursos hídricos, bem como as interações e os comportamentos decorrentes desse envolvimento. Passamos a uma nova lógica regida pelos princípios da democracia, na qual a dialógica é fundamental e necessária, direitos humanos e justiça social. Ressaltamos que esse processo teórico-metodológico favoreceu nossa integração e construção coletiva, possibilitando a compreensão de questões relacionadas à subjetividade das relações sociais a partir da mobilização e participação social.

Este referencial nos guiou à compreensão do conceito de participação, considerando os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais que influenciam no processo de participação a partir da construção coletiva do que

seja participar na gestão dos recursos hídricos, posto ser a participação foco central deste processo de investigação um dos pilares da abordagem ecossistêmica. Pensamos que ao clarificarmos, na percepção dos membros do comitê da bacia hidrográfica do Salgado, o que seja participar, contribuimos para uma participação de fato efetiva, inclusiva autônoma e emancipatória dos sujeitos envolvidos, elevando cada vez mais os níveis e graus de participação na melhoria dos recursos hídricos e na qualidade de vida e saúde da população.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste estudo, em particular o conceito de participação, foi discutido pelos integrantes do comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, para compreender suas percepções a respeito da participação nos recursos hídricos, posto que tais percepções sejam fundamentais para que estes sujeitos se reconheçam como co-participantes dos processos decisórios, tomando atitudes que efetivem a participação na gestão dos recursos hídricos.

Assim, passamos a discorrer sobre o nosso percurso metodológico.

3.1 Tipo de pesquisa

Para a realização de uma investigação científica, faz-se necessário explicitarmos os procedimentos metodológicos adotados. De acordo com Demo (1995), a metodologia não deve ser entendida como uma solução, mas uma oportunidade para questionamentos críticos e criativos, propiciando uma construção mais segura e uma maior consciência explicativa.

Portanto, trata-se de um processo de busca, de idas e voltas, que contribuiu para que nós passássemos a compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, no intuito de identificarmos os fatores que facilitam ou dificultam esta participação.

Nesta perspectiva, adotamos a pesquisa qualitativa, por oportunizar uma aproximação com as experiências construídas pelas pessoas envolvidas, o que viabiliza o investigador descrever, registrar, analisar e interpretar os fenômenos investigados (DENZIN; LINCOLN et al, 2006)

Optamos pela pesquisa qualitativa por ser esta capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (Minayo, 2000). Entendemos que os membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica, a partir do seu fazer diário, são importantes sujeitos de mudanças no sentido de contribuir com a sustentabilidade dos recursos

hídricos através de suas participações, o que caracteriza uma relação de compromisso e responsabilidade consigo e com seu entorno.

A investigação qualitativa requer atitudes de abertura, flexibilidade, capacidade de interação da pesquisador(a) com os atores sociais envolvidos, sendo uma característica da pesquisa social, que segundo Minayo (2000, p. 20) “(...) é penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolutivas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo”.

Com esta linha de pensamento, Minayo (2000, p.22) afirma que “o aspecto qualitativo deve estar contemplado em qualquer investigação social”. Isso implica em considerar sujeito do estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe, com suas crenças, valores e significados, sendo o objeto da pesquisa qualitativa complexo, contraditório, inacabado e em constante transformação.

A pesquisa qualitativa tem uma carga histórica, pois reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados (MINAYO, 2000).

Acreditamos que este tipo de pesquisa contribui para a busca de respostas e indagações, permitindo o delineamento e a análise de fenômenos, idéias e percepções, visto que estes aspectos não podem ser quantificados. No caso da participação nos recursos hídricos, enfatizamos que compreender as posições de um grupo determinado da sociedade – como os membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado - oportuniza discussões e debates acerca de um grande desafio - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, que consiste em ampliação do espaço de participação e decisões com vistas à autonomia e emancipação dos sujeitos para que estes possam participar cada vez mais de forma efetiva.

Dessa forma, cremos que a abordagem qualitativa está em consonância com nosso referencial teórico e nos possibilitou compreender o objeto investigado e a construção dos sujeitos envolvidos, além de apreender suas percepções sobre o que de fato vem a ser participação, propiciando subsídios para mudanças e transformações a partir dos dados gerados pelos sujeitos envolvidos.

3.2 Contexto do campo de estudo e local

A pesquisa foi desenvolvida no período de março a outubro de 2008, no contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, que é composta por vinte e três municípios do sul - leste do Ceará, conforme Figura 03.



Figura 3 – Mapa dos municípios que compõem a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado.

Fonte: COGERH/CSBHS, 2007

Esta bacia por apresentar uma extensa área de abrangência, foi subdividida em cinco microbacias, sendo a microbacia um (1) composta pelos municípios de: Jardim, Penaforte, Jati, Porteiras e Brejo Santo; a microbacia dois (2): Abaiara, Aurora, Barro, Milagres e Mauriti; a microbacia três (3): Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Caririaçu; microbacia quatro (4): Baixio, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari; microbacia cinco (5): Cedro, Granjeiro e Várzea Alegre.

Selecionamos para este estudo a microbacia de nº 3, pois esta apresenta o maior número de delegados no comitê da sub bacia hidrográfica, com um total de 20 representantes, além disso os representantes dos poderes público federal e estadual concentram-se em sua maior parte nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte, municípios que fazem parte dessa microbacia, o que justifica nossa escolha por este local de pesquisa.

A Bacia Hidrográfica do Rio Salgado teve seu comitê instituído em 2002 por meio do Decreto nº. 26.603, de 14 de maio de 2002, e instalado em 10 de julho de 2002. Este Comitê é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, constituído por 50 membros de instituições públicas, privadas, entidades não governamentais, estando estas representadas nos seguintes segmentos: Poder Público Municipal – 10 instituições (20%), Poder Público Estadual e Federal – 10 instituições (20%), Usuários – 15 instituições (30%) e Sociedade Civil – 15 Instituições (30%). O Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Superintendência do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE e Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH têm assentos natos no comitê por serem instituições do poder público que atuam na gestão local dos recursos hídricos e/ou proteção do meio ambiente (MELO, 2008; CEARÁ, 2008).

A organização do Comitê da Sub-Bacia do Salgado se iniciou a partir da mobilização da própria sociedade local, diferentemente dos demais comitês do Estado do Ceará, cuja iniciativa de estimular o processo de organização foi conduzida pela COGERH. A instituição que iniciou este movimento de mobilização para a formação do Comitê da Sub-Bacia do Salgado foi a Fundação Araripe – uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que mobilizou professores e técnicos da Universidade Regional do Cariri – URCA, passando a desenvolver discussões e mobilização nos vinte e três (23) municípios da área de abrangência da Bacia do Rio Salgado com a finalidade de formar delegados para atuação na gestão dos recursos hídricos. Essa iniciativa influenciou sobremaneira a formação desse comitê, contribuindo com o processo de gestão das águas no Cariri cearense (MELO, 2008).

Com o interesse de reunir pessoas e entidades preocupadas com o processo de degradação ambiental da bacia do Salgado, aconteceu o Seminário de Organização e Fortalecimento das Associações de Usuários de

Águas da Bacia do Rio Salgado, realizado em 14 e 15/12/1999, no Crato, promovido pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico do Cariri - FUNDETEC, órgão ligado à Universidade Regional do Cariri – URCA, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Crato e a COGERH. Este evento contou com a participação de 118 representantes de associações de classe, sindicatos, irrigantes, órgãos dos Poderes Públicos Municipais, Estaduais e Federais, fundações e organizações não-governamentais da região. Este Seminário foi considerado o primeiro passo em direção à formação do Comitê (CEARÁ, 2008).

A partir do Seminário, foi organizado um grupo para a estruturação do Comitê da Bacia do Salgado, formando uma Comissão de Representantes que deveria trabalhar conjuntamente com o grupo de Articulação do Comitê da Sub-Bacia do Rio Salgado. Este processo gerou várias reuniões e discussões para as definições metodológicas do processo de formação do Comitê do Salgado.

Como estratégia para facilitar o processo de organização dos usuários, a metodologia adotada foi dividir a Sub-Bacia do Salgado em cinco micro-bacias, englobando os 23 municípios (CEARÁ, 2008).

A Gerência Regional da COGERH realizou contatos individuais e reuniões em cada uma das microbacias para um debate sobre os problemas locais. E, a Associação Cristã de Base e a Fundação Araripe se responsabilizaram pela elaboração de uma proposta de trabalho para ser discutida com todas as microbacias, no sentido de organizar o Comitê da Bacia do Salgado (CEARÁ, 2008).

A Fundação Araripe foi contratada pela COGERH para desenvolver o trabalho de mobilização e articulação para formação do Comitê e, em parceria com a Associação Cristã de Base (ACB) e a ONG Juriti, desenvolveu o trabalho intitulado: “Processo de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos da bacia do Rio Salgado”, formalizado no âmbito do Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos – PROGERIRH no ano de 2001 (CEARÁ, 2008).

A base de mobilização foi a utilização das micro-bacias, com encontros e reuniões com representantes de todos os municípios de cada micro-bacia, objetivando a discussão da proposta de Estatuto do Comitê da Sub-Bacia do rio Salgado e da eleição dos delegados representantes de cada micro-bacia.

Foi realizada a distribuição das 50 vagas do comitê pelas cinco (5) micro-bacias, e dessa forma os delegados representantes de usuários e sociedade civil foram eleitos através de votação e confirmados como membros do comitê, ficando os representantes do poder público municipal, estadual e federal a serem indicados por seus respectivos órgãos (CEARÁ, 2008).

A Reunião de Instalação do Comitê do Salgado foi realizada em outubro de 2002, no município de Crato, sendo eleita a primeira diretoria do comitê. As assembleias são públicas; os membros têm poder de voto; os mandatos de todos os integrantes são de dois anos, podendo seus membros serem reeleitos; todos os membros podem se candidatar aos cargos da diretoria do colegiado que é composta por Presidente, Vice-presidente e Secretário Geral (CEARÁ, 2008; REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ, [s.d]).

Conforme o regimento interno do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado, em seu artigo 7º, o comitê será dirigido por uma plenária, uma diretoria e uma secretaria executiva com mandato de dois anos, podendo esta ser reeleita. No artigo 8º fica definido que a diretoria do colegiado é eleita entre os membros do comitê, com mandato coincidente de dois anos, permitida uma recondução por igual período.

Todos os membros eleitos do comitê têm direito à voz e ao voto em suas reuniões, no entanto pode ocorrer a participação, sem direito ao voto, de pessoas físicas ou jurídicas que se identifiquem com os interesses do comitê. O artigo 11º define duas reuniões ordinárias por ano, a cada seis meses, podendo acontecer reuniões extraordinárias sempre que forem necessárias. Porém, é oportuno salientar que o colegiado decidiu realizar quatro reuniões ordinárias por ano, duas a cada semestre, e podem acontecer reuniões extraordinárias sempre que julgarem necessárias.

O Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado estabeleceu como função primordial realizar a gestão das águas pertencentes a sua área territorial, trabalhando de forma planejada, organizando a captação, abastecimento, distribuição, despejo e tratamento da água consumida. No intuito de atingir tal função, o regimento do CSBHS no seu artigo 2º estabeleceu as atribuições do Comitê, que são:

Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao órgão de gerenciamento das bacias para aplicação na sua área de atuação, ou por quem exercer suas atribuições, recebendo informações sobre essa aplicação, devendo comunicar ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, as irregularidades identificadas; propor ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, critérios e normas gerais para outorga de uso dos recursos hídricos e de execução de obras e serviços de oferta hídrica; estimular a proteção e a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente contra ações que possam comprometer o uso múltiplo atual e futuro; discutir e selecionar alternativas de enquadramento dos corpos d'água da bacia hidrográfica, proposto conforme procedimentos estabelecidos na legislação pertinente; aprovar internamente e propor ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, programas e projetos a serem executados com recursos oriundos da cobrança pela utilização de recursos hídricos das bacias hidrográficas, destinados a investimentos; acompanhar a execução da Política de Recursos Hídricos, na área de sua atuação, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos ou entidades que compõe o sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGERH; aprovar o Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos da bacia; propor, em períodos críticos, a elaboração e implementação de planos emergenciais, possibilitando uma melhor convivência com a situação de escassez; constituir grupos de trabalho, comissões específicas e câmeras técnicas; discutir e aprovar, anualmente, em conjunto com o órgão de gerenciamento das bacias, o plano de operações dos sistemas hídricos da bacia; aprovar plano de utilização, conservação e proteção dos Recursos Hídricos da Sub- Bacia Hidrográfica (REGIMENTO INTERNO DO CSBHS, [s.d], p.1-2).

Conforme Melo (2008), o primeiro grupo gestor do CSBHS no período de 2002 a 2004 foi marcado pela organização do comitê no âmbito do Sistema Estadual e Nacional de Recursos Hídricos, buscando fortalecer os delegados, para que se fizessem presentes as assembléias. Já na segunda gestão 2004a 2008, institui como prioridade:

(...) fortalecimento da estrutura interna e ampliação da participação local dos delegados, bem como na estrutura do sistema estadual; construindo um modelo de organização e publicidade do processo de decisão no âmbito do colegiado e junto aos órgãos estaduais e nacionais da gestão dos recursos hídricos. Pela primeira vez o CBH participou como protagonista na definição dos limites máximo e mínimo para as reuniões de alocação negociada de água nos vales perenizados. Tarefa que até então estava restrita aos técnicos da COGERH (MELO, 2008, p. 11 e 12).

Os comitês podem criar Câmaras Técnicas, que são grupos de trabalho em determinadas áreas que se relacionam com os recursos hídricos, obedecendo aos percentuais dos quatro setores representados (poder público municipal (20%), Poder público estadual e federal (20%), Usuários (30%) e

Sociedade Civil (30%)). Hoje, o Comitê da Sub-Bacia do Salgado apresenta seis câmaras técnicas que se reúnem periodicamente, conforme a necessidade e condizem as demandas às assembleias do comitê. São elas: Câmara técnica de interligação – transposição de bacias do Rio São Francisco; Câmara técnica de pesca aqüicultura continental sustentável da Bacia do Salgado; Câmara técnica do plano de bacia; Câmara técnica de outorga e cobrança da água na Bacia do Salgado; Câmara técnica de águas subterrâneas da bacia do Salgado; e Câmara técnica de meio ambiente e educação ambiental do Salgado (CEARÁ, 2008; MELO, 2008).

3.3 Sujeitos do estudo

A pesquisa foi desenvolvida com os membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado que apresenta 50 membros. Selecionamos para este estudo os que fazem parte da microbacia de nº 3 que compreende os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Caririçu.

Ressaltamos que dos 50 membros do comitê, 20 representam a microbacia três (3), e desses, 18 fizeram parte de nosso estudo por apresentarem os critérios estabelecidos para nossa coleta de dados, já que utilizamos na seleção dos sujeitos os seguintes critérios de inclusão: ser membro do Comitê há pelo menos seis meses, terem participado das duas reuniões do comitê, anteriores à coleta de dados e aceitarem voluntariamente participar da pesquisa. E, como critérios de exclusão ser membro do Comitê há menos de seis meses, ter apresentado duas faltas consecutivas nas últimas reuniões do comitê que antecederam a coleta de dados.

Logo, participaram de nosso estudo 18 representantes do comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, sendo oito representantes do Poder Público Estadual e Federal, um representante do Poder Público Municipal, cinco representantes da sociedade civil e quatro dos usuários. Estes participantes do estudo representaram os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Caririçu, posto que os representantes de Barbalha e Missão Velha não se enquadraram em nossos critérios.

Destacamos que ao realizarmos uma pesquisa qualitativa, nossa preocupação não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, buscando compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significados (DENZIN; LINCOLN et al., 2006).

3.4 Coleta de dados

Antes de iniciarmos a coleta de dados, foi realizado um primeiro contato com o comitê através do presidente do colegiado para que apresentássemos nossa proposta de investigação e obtivéssemos deste a anuência para a realização da pesquisa. Após este primeiro contato, participamos da reunião ordinária do comitê, oportunidade em que apresentamos o projeto de tese, que foi discutido por todos e considerado pertinente pelo grupo, dessa reunião foi selecionado a micro-bacia três para participarem do estudo e após a explanação e discussão do projeto, ficou acordado os próximos encontros para aplicação das entrevistas, que aconteceram nas residências dos sujeitos, ou em seus locais de trabalho, ou ainda na sede da COGERH, local que funciona a secretaria executiva do comitê.

Após estes contatos, primeiro com o presidente do comitê e o segundo com todo o colegiado em reunião ordinária do comitê, consideramos pertinente realizarmos um pré-teste com número reduzido de sujeitos, com as questões norteadoras, selecionadas para investigarmos se as perguntas respondiam nosso objeto de investigação. Este teste foi aplicado a quatro membros do comitê das microbacias 1, 2, 4 e 5, ou seja, pessoas semelhantes aos que foram entrevistados para a obtenção das respostas que foram parte da pesquisa. Com o pré-teste, não verificamos dúvidas quanto à interpretação das questões propostas, validando assim nossas questões.

A coleta de dados propriamente dita aconteceu através da entrevista mediante as seguintes questões norteadoras: como o senhor(a) define participação? Em sua opinião, o que pode facilitar e/ou dificultar a sua participação e a participação dos demais delegados no comitê? Além das perguntas norteadoras, consideramos necessário aplicar um formulário

(APÊNDICE A) aos sujeitos para caracterizarmos quanto à escolaridade, tempo em que participa do comitê e se participa de câmaras técnicas.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados na qual buscamos fazer com que o entrevistado se sinta livre e apresente espontaneamente, suas percepções sobre o objeto investigado. De acordo com Trivinos (1995, p. 146),

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

A entrevista deve ser feita verbalmente, incluindo a presença ou interação direta entre o pesquisador e os atores do estudo, destacamos que apesar das questões norteadoras, a entrevista permitiu flexibilidade para fazermos acréscimos no intuito de clarificar o objeto investigado.

As entrevistas foram realizadas no município de origem de cada integrante do comitê selecionado, mediante agendamento prévio, sendo estas executadas em seus domicílios, em locais de trabalho ou na sede da COGERH, em sala reservada para esta atividade.

Destacamos que além dos objetivos a serem alcançados com as entrevistas, estas foram de grande enriquecimento por possibilitar de certa maneira conhecermos a realidade dos usuários da bacia, adentrando em seu ambiente natural (duas entrevistas foram realizadas em área rural, local em que residem os sujeitos), nos possibilitando apreciar a vista do açude Manuel Balbino e a vida rural. As demais entrevistas foram realizadas nos domicílios, mas em área urbana, nos locais de trabalho e na sede da COGERH.

Cada entrevista durou em média 50 minutos, 16 delas foram gravadas e duas tiveram suas respostas anotadas em diário de campo, pois os sujeitos não permitiram a gravação. Ao término, fazíamos a escuta de cada fala para que os sujeitos pudessem validar suas respostas, ampliando, suprimindo ou acrescentando informações. Ressaltamos que escutar as entrevistas logo após sua realização nos possibilitou esclarecer respostas que mereciam ser detalhadas.

As respostas das entrevistas foram transcritas imediatamente após sua realização para que não perdêssemos informações importantes a compreensão do fenômeno investigado e para a organização e análise dos dados obtidos, utilizamos como técnica o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, pois este busca dar conta da discursividade, característica própria e indissociável do pensamento coletivo, buscando preservá-las em todos os momentos da pesquisa, desde a elaboração das perguntas, passando pela coleta e pelo processamento dos dados até culminar com a apresentação dos resultados (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005).

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada através do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, o qual permitiu resgatar um “pensar” ou a representação social de indivíduos ou grupo, por meio de discursos ou trechos de discursos individuais (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005).

A partir das transcrições, as entrevistas foram organizadas da seguinte forma:

- Foram extraídas de cada depoimento as diferentes (porém complementares) Expressões-chave (ECH) e suas respectivas Idéias Centrais (IC). Para Lefevre e Lefevre (2005), as expressões chave são transcrições literais de parte dos depoimentos e permitem o resgate do essencial do conteúdo discursivo e as IC são definidas como um nome ou expressão lingüística que revela e descreve da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível o sentido das afirmações específicas presentes em cada um dos discursos analisados e em cada conjunto homogêneo de ECH, conjunto esse que vai dar origem, posteriormente ao DSC; em seguida, foram identificadas com letras do alfabeto as Idéias Centrais iguais ou equivalentes, as quais foram agregadas discursivamente; finalmente foram montados os DSC, de acordo com as expressões chave identificadas.

Obedecemos para a organização dos dados os passos do DSC descritos por Lefevre e Lefevre (2005), conforme tratamos a seguir:

- No primeiro passo, organizamos o material. As respostas a cada questão norteadora foi transcrita integralmente em um instrumento denominado “Instrumento de Análise de Discurso – (IAD)”. Este instrumento consta de um quadro, apresentando três colunas, a primeira são as Expressões-chave - ECH, a segunda as Idéias Centrais – IC, por último a Ancoragem - AC, definida por Lefevre e Lefevre (2005) como a manifestação lingüística e explícita, caso assim ela apareça, de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa. Em nosso estudo, não apresentamos ancoragens, pois não surgiram nos discursos. As respostas dos sujeitos às respectivas questões foram transcritas para a coluna das Expressões-chave.

- O segundo passo consistiu em identificar e retirar das expressões-chave trechos dos discursos que ganharam *status* de idéias centrais, ou de ancoragem (quando existirem, em nosso caso não existiu).

- No terceiro passo, identificamos as idéias centrais a partir das expressões-chave, colocando-as na coluna correspondente.

- No quarto passo as idéias centrais foram identificadas, utilizando-se as letras A, B, C... e assim sucessivamente para cada grupo de IC com o mesmo sentido ou equivalente.

- No quinto passo, tratamos de denominar cada um dos agrupamentos de IC, conferindo-lhes uma IC síntese que expressem todas as outras, possibilitando a construção do DSC.

- O sexto e último passo foi a construção do próprio DSC. O mesmo autor refere que o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), enquanto figura metodológica é um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECHs que tem ICs ou ACs semelhantes.

Ao finalizar a construção do DSC, a sistematização é apresentada como se o discurso de todos fosse o discurso de um, e para isso deve-se selecionar fragmentos da fala, limpando-as das particularidades e, ainda, dos trechos repetidos ou muito semelhantes, escolhendo-se apenas um para compor o DSC.

De acordo com Lefevre e Lefevre (2005, p.19),

Com o DSC, os discursos dos depoimentos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora já que o que se busca fazer é construir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tanto discurso-síntese quanto se julgue necessários para expressar uma dada “figura”, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre o fenômeno.

Portanto, a construção dos discursos se dá pela junção de fragmentos de respostas dos entrevistados que são as expressões-chave e se constituem do que é essencial dentro de uma determinada idéia central em torno da qual foi elaborado o discurso. É importante considerarmos que o DSC pode conter alguns ajustes em seu texto, objetivando proporcionar melhor entendimento, procurando preservar a linguagem e o sentido original da fala de cada sujeito (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005).

Seguindo as recomendações de Lefevre e Lefevre (2005), trazemos exemplos de fragmentos produzidos pelos atores envolvidos na pesquisa, os depoimentos foram trabalhados, em primeiro momento, separadamente, questão por questão e ator por ator, identificados por letras e números (A1 – Ator 1), e assim sucessivamente, conforme descrevemos em cada passo do processo de análise, e apresentamos a seguir os exemplos 1 e 2, de acordo com as entrevistas (APÊNDICE B).

Exemplo 1: Instrumento de Análise de Discurso (IAD)

1ª questão: Como o senhor(a) define participação? Poderia me explicar o que significa para o senhor(a)?

EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS
A1 - Tem várias formas de participação	<ul style="list-style-type: none"> • Participar tem várias formas (A)
A1 - Você pode participar de forma institucional, é aquela participação que você simplesmente é envolvido porque a forma como as coisas são organizadas tem que acontecer, é de pró forma pode assim dizer, você vai porque foi designado para representar a instituição.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Participação institucional é representar uma instituição (B)
A3 - É encaminhar as demandas, está preocupado com resultados e com a capacitação dos delegados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É encaminhar as demandas, está preocupado com resultados e com a capacitação dos delegados (C)

A partir das expressões-chave e idéias centrais chegamos a vários temas geradores de significação e a partir desses temas construímos as idéias centrais síntese, como apresentado no exemplo 2.

Exemplo 2 – Temas geradores e idéias centrais síntese para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC

Primeira questão	Temas geradores	Idéias centrais síntese para a formulação do DSC
Como o senhor(a) define participação? Poderia me explicar o que significa para o senhor(a)?	Participar é: <ul style="list-style-type: none"> • Consciência social; • Representar a coletividade, etc. 	Idéia central síntese do DSC 1 - Participação envolve consciência social, informação e comunicação em busca de soluções que representem a coletividade.
	Participar no comitê é: <ul style="list-style-type: none"> ○ Representar uma instituição; ○ É acreditar no que estar envolvido; ○ É estar à disposição para discutir os problemas, etc. 	Idéia central síntese do DSC 2 - Participação no comitê é representar uma instituição, conhecer e discutir a realidade dos recursos hídricos representando o interesse de todos.
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É fundamental para o processo de gestão dos recursos hídricos. ✓ Propostas para minimizar, melhorar e buscar soluções, pra toda a área do comitê defendendo interesse da coletividade. 	Idéia central síntese do DSC 3 - A participação no comitê gera mudanças, resolução de problemas e conflitos.

Das questões discutidas com os atores, obtivemos seis idéias centrais síntese e foram formulados seis DSC, o material refinado foi suporte para a análise e discussão da pesquisadora utilizando como eixo norteador a política de recursos hídricos, a promoção da saúde e a participação social ancorados na abordagem ecossistêmica em saúde.

3.6 Aspectos éticos da pesquisa

Submetemos este trabalho à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Ceará - COMEPE, sendo o mesmo aprovado sob o número 19/08 (ANEXO A), cumprindo as exigências formais dispostas na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL,1996), observando-se os quatro referenciais básicos da Bioética - autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça, contidos na mencionada Resolução.

Inicialmente, solicitamos autorização ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, através de seu presidente para realização da pesquisa e ao representante da COGERH (APÊNDICE C e D). Em seguida, apresentamos o projeto em reunião do Comitê com o intuito de prestar todos os esclarecimentos necessários acerca da pesquisa. A aceitação para participar do estudo foi voluntária, ficando assegurado a todos os atores envolvidos retirarem o seu consentimento se assim o desejassem, conforme prevê o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE E).

A todos os atores do estudo foi garantido anonimato frente aos achados, sendo estes denominados em nosso estudo como Atores A1, A2, e assim sucessivamente até o A18. Desta forma pensamos está atendendo a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Esperamos com este estudo contribuir com o Comitê da Bacia Hidrográfica e toda a população, no que se refere à água para consumo humano, a partir da percepção dos sujeitos, valorizando sua participação como estratégia para a promoção da saúde humana.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos sujeitos do estudo

Consideramos pertinente uma breve apresentação dos sujeitos de nosso estudo para que possamos visualizar as entidades as quais representam, a escolaridade e a ocupação, bem como o período em que faz parte do comitê e se participa de alguma câmara técnica que subsidie as discussões no comitê.

Foram dezoito (18) entrevistados, sendo dezesseis (16) homens e duas (2) mulheres, conforme a descrição individual de cada entrevistado.

Entrevistado 1 (A1) – tem formação superior em Engenharia de Produção, é professor do IFCE Campus Juazeiro do Norte-Ceará, e no comitê representa esta instituição. Participa do Comitê há dois anos.

Entrevistado 2 (A2) – é formado em Geografia com especialização em Meio Ambiente, trabalha na vigilância à saúde da 20ª Célula regional de Saúde – 20ª CERES e representa esta instituição no Comitê desde 2004. É membro da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado.

Entrevistado 3 (A3) – é engenheiro de pesca, representa a Fundação Mussambê, no Comitê há 3 anos, faz parte da Câmara Técnica de Pesca Aqüicultura Continental Sustentável da Bacia Do Salgado.

Entrevistado 4 (A4) – é engenheiro agrônomo, com mestrado em Desenvolvimento Regional, representa a prefeitura municipal do Crato, participa do Comitê desde o movimento de mobilização para a implantação deste, em 1999, e faz parte da Câmara Técnica do Plano de Bacia.

Entrevistado 5 (A5) – é tecnólogo industrial, trabalha na CAGECE de Juazeiro do Norte, representando este setor no Comitê há três anos, faz parte da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado.

Entrevistado 6 (A6) – estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental I, é agricultor e pescador, no Comitê há quatro anos representando a Associação Comunitária Sagrada Família, faz parte da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança da Água na Bacia do Salgado.

Entrevistado 7 (A7) – estudou até o 3º ano do Ensino Médio, é agricultor, está no Comitê há três anos e representa o Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR.

Entrevistado 8 (A8) – tem graduação e mestrado em Direito, professor da Universidade Regional do Cariri - URCA, participa do Comitê desde o

movimento de mobilização para sua formação em 1999, representa no Comitê a Fundação Araripe e faz parte da diretoria do colegiado. Participa das Câmeras Técnicas de Interligação – transposição de bacias do São Francisco, águas subterrâneas e meio ambiente e educação ambiental do Salgado.

Entrevistado 9 (A9) – é geólogo, participa do Comitê há cinco anos representando o IBAMA, e participa da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas da Bacia do Salgado.

Entrevistado 10 (A10) – engenheiro de pesca, mestre em Gestão Pública, representa o DNOCS no Comitê e faz parte da Câmara Técnica de Pesca Aqüicultura Continental Sustentável da Bacia do Salgado.

Entrevistado 11 (A11) – tem formação em Direito e Fonoaudiologia, representa a Cáritas, uma rede da igreja católica de atuação social ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, no Comitê há quatro anos.

Entrevistado 12 (A12) – é engenheiro agrônomo, trabalha na Escola Agro técnica Federal do Crato, representa esta entidade no Comitê há mais ou menos quatro anos e faz parte da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado.

Entrevistada 13 (A13) – é geóloga, professora da Universidade Regional do Cariri, representa esta instituição no Comitê há dois anos, especialista em Gerenciamento de Recursos Hídricos, coordena a Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado.

Entrevistado 14 (A14) – é geógrafo, trabalha na agricultura, representa no Comitê a Federação das Entidades Comunitárias do Crato há quatro anos e faz parte da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado.

Entrevistada 15 (A15) – é bióloga, representa a FETRAECE – Cariri há mais ou menos seis anos, faz parte da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado.

Entrevistado 16 (A16) – é engenheiro civil, especialista em Gerenciamento de recursos hídricos, representa a Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato - SAAEC há três anos no Comitê e faz parte da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas da Bacia do Salgado.

Entrevistado 17 (A17) – engenheiro químico, representando a SEMACE há um ano no Comitê, participa da Câmara Técnica do Plano de Bacia.

Entrevistado 18 (A18) – geólogo, gerente da COGERH - Crato, participou do grupo de mobilização e articulação para formação do Comitê.

Constatamos que dos dezoito representantes do Comitê, quinze possui formação superior, sendo dois geógrafos, três geólogos, dois engenheiros de pesca, dois engenheiros agrônomos, dois advogados, um biólogo, um engenheiro civil, um engenheiro químico, um engenheiro de produção, dois com ensino médio, e um com ensino fundamental incompleto. O tempo em que participam do Comitê variou de 1 a 4 anos. Destacamos ainda que dos dezoito, oito representam o Poder Público Federal e Estadual (Escola Agro técnica Federal do Crato, IFCE – Juazeiro do Norte, 20ª CERES, URCA, IBAMA, DNOCS, COGERH e SEMACE); um o Poder Público Municipal (Prefeitura Municipal de Crato); cinco representam a sociedade civil (Fundação Araripe, Federação de Entidades Comunitárias do Crato, Fundação Mussambê, FETRAECE – Cariri, Cáritas); quatro representam os usuários (Associação Sagrada Família, SISAR – Juazeiro do Norte, SAAEC, Cagece – Juazeiro do Norte). Dos 18 participantes, percebemos também que 14 participam de alguma Câmara Técnica, demonstrando o interesse em trazer contribuições específicas, relacionada ao grupo de trabalho o qual participa para as deliberações do Comitê.

4.2 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC

Apresentamos os dados referentes aos discursos dos 18 representantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado. Os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) foram construídos a partir de fragmentos dos discursos individuais, expressando suas concepções acerca da participação na gestão de recursos hídricos a partir do Comitê de Bacia Hidrográfica.

A primeira questão tratou da concepção dos sujeitos sobre participação. As respostas nos permitiram a construção de três idéias centrais síntese para a construção dos três DSC, como apresentado a seguir:

Idéia central síntese do DSC 1 - Participação envolve consciência social, informação e comunicação em busca de soluções que representem a coletividade.

Idéia central síntese do DSC 2 - Participação no comitê é representar uma instituição, conhecer e discutir a realidade dos recursos hídricos representando o interesse de todos.

Idéia central síntese do DSC 3 - Participação no comitê gera mudanças, resolução de problemas e conflitos.

A segunda questão buscou explicitar as opiniões dos sujeitos do estudo sobre o que pode facilitar ou dificultar sua participação e a dos demais delegados no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salgado. A partir das falas, construímos três DSC e elencamos três categorias do Discurso do Sujeito Coletivo, sendo elas:

Idéia central síntese do DSC 1 – A participação no comitê é favorecida pela motivação pessoal, ser representante de uma instituição e ter o apoio da entidade que representa.

Idéia central síntese do DSC 2 – As dificuldade do comitê no processo de participação é proveniente de falta de infra-estrutura das entidades para a locomoção dos delegados as reuniões e a não colaboração do Estado.

Idéia central síntese do DSC 3 – Falta de capacitação dos delegados, o modo de condução das reuniões e a efetividade dos encaminhamentos prejudicam o processo de participação.

Apresentamos no Quadro 1 a sistematização relativa à primeira questão.

Quadro 01- Idéias Centrais Síntese para a formulação do DSC

Primeira questão	Idéias Centrais Síntese para a formulação do DSC
Como o senhor(a) define participação? Poderia me explicar o que significa para o senhor (a)?	<p>Idéia central síntese do DSC 1 - Participação envolve consciência social, informação e comunicação em busca de soluções que representem a coletividade.</p> <p>Idéia central síntese do DSC 2 - Participação no comitê é representar uma instituição, conhecer e discutir a realidade dos recursos hídricos representando o interesse de todos.</p> <p>Idéia central síntese do DSC 3 - A participação no comitê gera mudanças, resolução de problemas e conflitos.</p>

Discurso do Sujeito Coletivo 1 – refere-se a Idéia central síntese do DSC 1

Quadro 2 – DSC 1

Idéia Central Síntese para construção do DSC1 - Participação envolve consciência social, informação e comunicação em busca de soluções que representem a coletividade.

Discurso do Sujeito Coletivo 1

Tem várias formas de participação, pois participação é consciência social, é poder opinar, dar sugestões, saber ouvir, refletir, dar sugestões, encaminhar propostas, discernir o que é melhor e votar, estando nos lugares onde há o processo de decisão coletiva. É a coisa mais importante que foi criada, porque descentralizou os trabalhos é democracia, busca do consenso de forma trabalhada, é aglutinar forças para conseguir objetivos. Para haver participação efetiva, é preciso que as pessoas estejam presentes, envolvidas, informadas quanto às discussões para poder ter propostas de encaminhamentos. Então participação está ligada ao nível de esclarecimento da população, as pessoas têm que entender porque estão ali. É um processo no qual o conhecimento é fundamental, pois você só participa se tiver conhecimento do que vai representar e discutir, ter consciência da importância do seu papel para a tomada de decisão, saber que representa uma coletividade e não você mesmo, é apresentar alternativas para atender a demanda da população.

Quando o DSC traz a questão da democracia, coloca o desafio histórico e teórico de discutirmos esse processo, pois a redemocratização em nosso país se consolida com a Constituição de 1988, consagrando a participação popular nas instâncias públicas a partir da inserção de diversos atores sociais nos debates e decisões, antes somente discutidos por representantes governamentais. Assim, a participação vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais dos processos de deliberação democrática em diversas políticas públicas, especificamente, na política de recursos hídricos, a participação é fundamental para que as decisões representem a coletividade.

Participação é um meio natural para que o ser humano possa expressar as coisas, a partir de seu desejo e do interesse em criar e recriar, pois suas práticas envolvem o prazer e valorização de si mesmo e do outro em um processo de interação. Participação é, portanto, vivências coletivas, processo que se dá de forma crítica e reflexiva (BORDENAVE, 2007).

O primeiro DSC traz a concepção de participação associada à consciência social, informação, comunicação, envolvendo soluções para a coletividade. Percebemos que a participação por parte dos representantes do Comitê da Bacia está atrelada ao direito da população em participar das decisões que afetam sua vida cotidiana, o que se promove como espaço democrático para o controle social numa perspectiva de empoderamento individual e coletivo. Nesse sentido, concordamos com Morgan (2001) quando afirma que a participação pode ser entendida como perspectiva de

empowerment, pois empoderamento significa um processo pelo qual as pessoas, comunidade e organizações obtêm controle sobre a realidade em que vivem, ou seja, ao passar por um processo de empoderamento, as pessoas conseguem adquirir habilidades para agir, ocasionando mudanças e melhorias em sua realidade.

Segundo Vasconcelos (2001, p.5), empoderamento é definido como “o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais”, nessa perspectiva da participação como consciência social, inferimos que esta percepção se relaciona ao envolvimento, fazer parte de um grupo em defesa de uma causa, tomando parte dos processos decisórios contribuindo para o benefício de um grupo ou coletividade. Portanto, a participação de diferentes atores contribui para que se possa criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas (TEIXEIRA, 2001).

Entendemos também que ao tratar a participação como consciência social e soluções para a coletividade, estas pessoas passam pelo entendimento da participação como discutida por Keijzer (2005) que associa a participação ao exercício de cidadania, em que diversos atores sociais e sujeitos de direitos intervêm pelo bem-estar de todos, portanto participação é processual, com atividades que permeiam a identificação de necessidades, planejamento, avaliação para a tomada de decisões.

Estas definições de participação estão de acordo com o que trata a abordagem ecossistêmica em saúde e ambiente, pois estamos abordando participação com envolvimento, autonomia para tomada de decisões, participação social que é compreendida nessa abordagem como a integração de todas as pessoas interessadas e responsáveis pela resolução dos problemas. Nesse sentido, esse conceito amplia o foco da discussão na qual abrange a noção de “participação popular ou comunitária”, na medida em que inclui as pessoas do povo que estão sofrendo os problemas de saúde e ambiente e também incluem autoridades públicas, empresários, gestores e funcionários, todos colaborando com sua parte específica para criar uma perspectiva saudável. Assim, evita-se a responsabilização da população por sua incapacidade de resolver seus problemas, quando a solução não depende

só dela, mas também de outros atores sociais e institucionais (LEBEL, 2005; MINAYO, 2002b, 2006)

Entendemos que a partir das vivências coletivas, os sujeitos de nosso estudo, ao compartilharem seu saber e suas práticas em processo dialógico, com informação e comunicação, deliberando ações que favoreça a coletividade, estão em processo de construção de sua autonomia para a tomada de decisões que favoreçam o coletivo, atingindo o grau de participação apontado por Bordenave (2007) como co-gestão, um dos graus mais elevados de participação.

Assim, consideramos que a participação é um dos aspectos que envolvem o exercício de cidadania, consistindo em um dos caminhos para que se exerça a cidadania plena. Certamente, a participação envolve o exercício de cidadania em processo de construção contínua, assim Machado (2001, p. 424) postula que “para que não se destrua a gestão participativa e nem se torne a mesma ineficaz, será preciso que o controle social encontre meios de contínua e organizada informação.

Logo, a partir de várias formas de participar no comitê, buscando consenso, induzindo ações, esclarecendo a população sobre a importância de fazer parte do comitê em busca de soluções para a coletividade, se consegue participar com consciência social, gerando empoderamento a todos os envolvidos, assim, se alcança a promoção da saúde, posto que ao se empoderar, se alcance o desenvolvimento de habilidades pessoais e o reforço da ação comunitária, dois campos de ação importantes dentre os cinco campos de ação da promoção da saúde.

De acordo com a Carta de Ottawa (1986), o Reforço da ação comunitária é definido como o processo de desenvolvimento, na comunidade, da capacidade de controle e de habilidades para gerar mudanças nos condicionantes sociais da saúde, através da mobilização coletiva (BRASIL, 2002a).

Nas várias Declarações, que compõem os documentos direcionados à Promoção da Saúde, tem-se abordado o tema do reforço comunitário e do empoderamento. Tanto a Carta de Ottawa (1986) como a Declaração de Adelaide (1988) fazem referência à ação comunitária como o ponto central da

promoção de políticas públicas saudáveis, pelas quais a comunidade busca a posse e o controle de seus próprios esforços e destinos. Nessa mesma direção, a Declaração de Sundsvall (1991) propõe reforçar a criação de ambientes favoráveis a saúde, focalizando a interdependência entre saúde e ambiente, trazendo as questões ambientais para as agendas da saúde. A Declaração de Bogotá (1992) sugere que a ação comunitária poderia fortalecer a participação da população nas decisões que afetam a sua vida para optar por modos de vida saudáveis a partir do diálogo entre diversos saberes. A Declaração de Jakarta (1997) reafirma a participação popular e o empoderamento das pessoas através do acesso à educação e à informação, e destaca outros determinantes da saúde que são os fatores transnacionais que incluem a integração da economia global, os mercados financeiros e o comércio, o acesso aos meios de comunicação de massa e a tecnologia em comunicação, assim como a degradação ambiental devido ao uso irresponsável dos recursos (BRASIL, 2002a).

Discurso do Sujeito Coletivo 2 - refere-se à Idéia central síntese do DSC 2.

Quadro 3 – DSC 2
Idéia Central Síntese para construção do DSC 2 - Participação no comitê é representar uma instituição, conhecer e discutir a realidade dos recursos hídricos representando o interesse de todos.
Discurso do Sujeito Coletivo 2
<i>Participar no comitê é a ação de estar envolvido em tudo que se relaciona com a questão do meio ambiente e recursos hídricos, é representar uma instituição e se envolver na câmara técnica, pois o comitê é um grupo de fato qualificado, entre as pessoas mais humildes de usuários ao mais qualificado em termos de secretaria executiva, em que as forças do comitê são aglutinadas em torno de um objetivo que é a gestão dos recursos hídricos, então, participamos através do debate, trazendo esclarecimentos, alternativas com sustentabilidade para a preservação dos recursos hídricos, pois participar não é só estar presente nas reuniões, mas fazer parte das discussões, conhecer a realidade, observar essa realidade, é propor e ver desenvolver as ações, a participação está relacionada não só ao ato de se expressar, mas ao ato de agir e até o de calar, permitindo que outras pessoas também participem. A participação no comitê é uma participação muito ativa e está ligada à compreensão de que a água é um produto fundamental, que os cidadãos precisam participar, não pode ser uma gestão só do setor público, mas todos têm e podem participar, para isso é importante saber quais os mecanismo para participar, tem que saber que o comitê é esse mecanismo de participação. Porém, é necessária a capacitação, que é imprescindível, pois a qualidade dessa participação se dá na medida em que se compreende o processo. A participação nossa como representante do comitê da bacia é uma posição muito importante, defendendo o coletivo, compartilhando, ajudando, colaborando, opinando não só baseado em minha opinião mais no que seja bom para o grupo.</i>

O segundo DSC expressa que participação no comitê é representar uma instituição, conhecendo e discutindo a realidade dos recursos hídricos representando o interesse de todos.

Conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela lei 9433/97, a gestão das águas é participativa com o objetivo de incluir os usuários e a sociedade organizada, em geral, no processo decisório, garantida por meio de sua representação equitativa nos comitês (Brasil, 2004). No entanto, essa Política não define o que seria esta participação, se simples espectador ou protagonista das ações (MACHADO, 2005).

Os membros do comitê apresentam papel importante, pois decidem as demandas específicas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia, representando uma instituição, mas com a visão na coletividade, pois suas decisões se referem a toda a bacia.

A importância de envolvimento nas câmaras técnicas apontada nos discursos dos sujeitos, pode se apresentar como uma perspectiva de intersetorialidade, posto que as discussões geradas nas câmaras são levadas a todo o colegiado para busca de consenso e aprovação a partir de debates e reflexões entre diversos segmentos envolvidos, tais como usuários das águas, órgãos governamentais e não governamentais na busca de uma solução que seja convergente com a população e com a sustentabilidade e preservação dos recursos hídricos.

A intersetorialidade é apontada na Carta de Ottawa como um componente necessário para promoção da saúde, ressaltamos que esta é básica para a sustentabilidade dos recursos hídricos, pois é fundamental a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para o enfrentamento e resolução dos problemas que afetam as populações na busca por melhor qualidade de vida. Logo, a Carta de Ottawa preconiza as condições e recursos para a saúde, que são: “paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade” (BRASIL, 2002a, p. 19).

A participação em todos os níveis é primordial para que a intersetorialidade funcione de fato, desse modo torna-se preponderante considerar que a intersetorialidade em todos os níveis de governabilidade e sociedade precisam

ser reforçadas cotidianamente para o sucesso da política de promoção da saúde, assim como das questões relacionadas aos recursos hídricos, especificamente a participação nos comitês de bacia hidrográfica, deixando em aberto canais para novas parcerias e alianças, posto que a consolidação de medidas intersetoriais reduzem as desigualdades sociais, e assim conseqüentemente melhora a qualidade de vida das pessoas (BRASIL, 2002a).

Destacamos que compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, “aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia” (inciso III do art. 38, da Lei 9.433/97). E mais, são os Comitês de Bacia Hidrográfica que acompanham a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia (inciso IV do art. 38, da Lei 9.433/97) (Brasil, 2004, p.33). Essa Lei destaca a importância da composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica diante da crise de legitimidade do poder público na comunidade política de gestão dos recursos hídricos e da importância dos Planos de Recursos Hídricos diante dos demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Logo, representar uma instituição significa conhecer a dinâmica da bacia, para que as decisões considerem toda a população representada, pois o art. 39º da Lei 9.433/97 estabelece que os Comitês de Bacia Hidrográfica sejam compostos por representantes da União; dos Estados e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área; dos usuários das águas de sua área de atuação; e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (BRASIL, 2004).

O §1º do art. 39 da Lei 9.433/97 coloca, ainda, que o “número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros” (BRASIL, 2004, p. 33).

Posteriormente, as Resoluções nº 5, de 10 de abril de 2000, nº 18, de 20 de dezembro de 2001, e nº 24, de 24 de maio de 2002, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleceram diretrizes para formação e funcionamento dos Comitês de Bacia. Segundo estas diretrizes, a composição do Comitê

deverá ter a participação de membros dos governos municipais e estadual e federal (no máximo 40%), dos usuários de recursos hídricos (40%) e de organizações civis (no mínimo 20%) (BRASIL, 2004).

Para que as decisões realmente beneficiem a coletividade, faz-se imperativo a consciência crítica de todos os envolvidos, com disponibilidade para discutir os problemas, compartilhando o interesse do grupo, buscando esclarecimentos que envolva a sustentabilidade dos recursos hídricos. Essa busca de esclarecimento envolve uma visão integrada de diversos saberes como uma possibilidade para resolver os problemas que incidem na área de abrangência da bacia.

Percebemos, pois, que o comitê é um espaço para que se desenvolva a intersetorialidade, tendo em vista a diversidade de atores envolvidos pela mesma causa – a política de recursos hídricos – se relacionando ao enfrentamento de problemas reais, em que acontece a articulação entre sujeitos de diferentes segmentos, se apresentando como um grupo qualificado que pode contribuir com a política de recursos hídricos, possibilitando a superação da fragmentação do conhecimento, no intuito de produzir efeitos mais significativos na resolubilidade dos problemas.

Campos (2003) destaca a ação intersetorial como um processo organizado e coletivo que requer o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante, envolvendo comunicação, capacidade de negociação e intermediação de conflitos para a resolução de problemas e para a acumulação de forças, na construção de sujeitos e na descoberta da possibilidade de agir.

Percebemos que os sujeitos de nosso estudo ao se reportarem a preocupação com as questões da bacia, conhecendo e discutindo as questões, manifestando a compreensão da água como um recurso fundamental a vida, através de discussão democrática com os diversos setores envolvidos, estes se aproximam do enfoque da intersetorialidade.

Ao entender participação no comitê como representar uma instituição sem perder o foco do coletivo possibilita ao colegiado defender o interesse de todos em detrimento de sua posição individual, mas de acordo com Machado (2005), se o comitê de bacia hidrográfica não estiver implantado e funcionando, as pessoas que detém maior poder econômico ou político podem influenciar

nas decisões em benefício próprio apropriando-se de recursos naturais, mesmo que ocasione deterioração ambiental. A participação de todos os envolvidos no processo é importante para que as decisões sejam tomadas pelo colegiado do comitê de maneira que:

Reduz o risco de corrupção do ator que toma uma decisão individual movido por interesses privados; limita o grau de liberdade; de condutas abusivas e arbítrio; restringe a possibilidade de exercício discricionário do poder pelo Executivo; reduz o risco de captura da instituição pelo técnico ou pelo funcionário, de modo que o recurso institucional seja apropriado para atender a interesses específicos e não as finalidades públicas e coletivas. O comitê, portanto, previne e reduz riscos de que o aparato público seja apropriado por interesses imediatistas, orientando as políticas públicas e formulando planos de desenvolvimento integrado (MACHADO, 2005, p.555-556).

Logo, a visão de instituição e de sujeito co-participante do processo de decisão é fundamental para conservação e proteção ambiental sendo um estímulo para a integração de usuários e instituições. Esta visão faz com que os sujeitos passem de uma participação simbólica para real, influenciando em todos os processos de decisão, dessa forma evidenciamos em seus discursos algumas ferramentas que para Bordenave (2007) são fundamentais no processo participativo, são: o conhecimento da realidade, organização e comunicação.

Também acreditamos que os discursos dos sujeitos estão em acordo com o que preconiza a abordagem ecossistêmica em saúde, que em seus pressupostos refere a participação social como fundamental para interferir de forma positiva na resolução de problemas, com propostas de soluções que possam representar a coletividade. Assim, as deliberações do comitê como decisões compartilhadas que resultem na manutenção da água para consumo humano com qualidade repercute no processo saúde-doença.

Discurso do Sujeito Coletivo 3 - refere-se à Idéia central síntese do DSC 3

Quadro 4 – DSC 3
Idéia Central Síntese para construção do DSC 3 - A participação no comitê para a gestão dos recursos hídricos gera mudanças, resolução de problemas e conflitos.
Discurso do Sujeito Coletivo 3
<i>A participação é fundamental, senão não haveria democracia no contexto da gestão de um bem que é a água, se alguém se omitir de participar com suas contribuições não haverá atividade do processo de gestão dos recursos hídricos. Então, a participação é fundamental para acontecer os encaminhamentos, utilizando o comitê para trazer projetos para que a comunidade sobreviva sem degradar o meio ambiente, pois, é através do comitê de bacia que a gente pode melhorar a qualidade de vida, pois com a participação no comitê, conseguiu-se resolver a maioria dos problemas e conflitos a partir da fiscalização dos problemas relacionados aos recursos hídricos para tentar corrigi-los, sem trazer transtornos ao abastecimento e nem poluição das águas, então a participação no comitê facilita a resolução e decisões em prol da comunidade, pois a participação vai ao encontro do melhoramento da gestão dos recursos hídricos na região e melhorar a gestão ambiental, o mais interessante é que quem entra no comitê passa a valorizar mais as questões sociais, as questões culturais, provocando mudanças porque é um processo de formação e as pessoas vão se enriquecendo à medida que participam.</i>

O terceiro DSC nos mostra que a participação no comitê gera mudanças, resolução de problemas e conflitos com encaminhamentos para a gestão dos recursos hídricos.

As bacias hidrográficas através dos comitês de bacia passaram a ser a base territorial para a gestão dos recursos hídricos. No entanto, é preciso compreendermos que a palavra gestão vem sendo entendida como sinônimo de gerenciamento ou administração, mas na verdade o gerenciamento é parte da gestão, que é mais abrangente, atuando no planejamento global a partir das vertentes políticas, econômicas, ambientais que se configura como a própria gestão pública, envolve negociação entre as partes envolvidas, quer seja, representante do poder público, usuários ou sociedade civil (MARCON, 2005).

Considerando que os discursos apontam para a gestão dos recursos hídricos, é fundamental entendermos que a gestão de recursos hídricos faz parte de um contexto maior o qual chamamos de gestão ambiental. Para Lanna (2001), a gestão ambiental é um processo articulado das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais - naturais econômicos e sócio-culturais.

A gestão ambiental é uma atividade voltada à formulação de princípios e diretrizes, à estruturação de sistemas gerenciais e à tomada de decisões, cuja

finalidade é promover, de forma coordenada, o inventário, o uso, controle, proteção e conservação do ambiente visando a atingir o objetivo estratégico do desenvolvimento sustentável (LANNA, 2001).

A gestão dos recursos hídricos está inserida nesse contexto da gestão ambiental, sendo oportuno salientar que a gestão dos recursos hídricos é diferente da gestão de bacias hidrográficas. Enquanto a primeira trata somente do elemento água em todos os seus enfoques, como ciclo hidrológico, qualidade da água, água como insumo energético, aproveitamento da água e seu controle. A segunda trata do geossistema, bacia hidrográfica, que envolve solo, água, vegetação, fauna, minérios, ar, clima entre outros (Lanna, 2001). Em nosso estudo, os sujeitos enfocaram estes dois aspectos, tanto a gestão dos recursos hídricos, quanto à gestão de bacias hidrográficas ao destacar a importância da participação para reduzir o desperdício de água dos açudes e a fiscalização na área de abrangência da bacia envolvendo todo o geossistema.

A gestão dos recursos hídricos é, portanto, considerada o instrumento orientador das ações do poder público e da sociedade no controle dos recursos hídricos na área de abrangência de uma bacia hidrográfica com vistas ao desenvolvimento sustentável. Vincula o desenvolvimento de quantidade de água apropriados, com adequada qualidade, sendo essa qualidade um componente essencial da gestão de recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa (CURY, 2005; LANNA, 2001).

Compreendemos que a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos é considerada uma das inovações da Política Nacional de Recursos Hídricos por incorporar representantes do poder público, dos usuários e das diversas comunidades através do Comitê de Bacia Hidrográfica. Esta participação múltipla tem por finalidade garantir a pluralidade de interesses na definição do destino a ser dado aos recursos hídricos dentro dos limites de abrangência da bacia o que possibilita ações fiscalizadoras ao longo da bacia, o que viabiliza mudanças, resolução de problemas, influenciando nas decisões do comitê para beneficiar a todos, o que se traduz em melhoria na qualidade de vida da população.

Esse processo descentralizador de gestão participativa tem sido um instrumento importante, utilizado pelos modernos sistemas de gestão de recursos hídricos em países que houve a publicização da água. Esta estratégia

permite ao Estado manter o domínio sobre a água e ao mesmo tempo permite a participação da sociedade e dos usuários da água através de entidades especialmente implementadas, como é o caso dos comitês de bacia hidrografia (OLIVEIRA, 2006).

Percebemos no DSC 3 que há um envolvimento de todos, o que resulta em mudança, resolve problemas, encaminha propostas de solução, caracteriza o processo de gestão como participativo, descentralizado e compartilhado entre os diversos atores envolvidos, este processo em si capacita as pessoas que estão em permanente processo de formação. Assim, concordamos com Machado (2005) quando este defende que o gerenciamento dos recursos hídricos por bacia hidrográfica se apresenta como outra forma de gestão, tornando-se um pacto social, pois é compartilhada entre os diversos atores públicos e privados.

Esta participação no comitê de bacia que inclui usuários e sociedade civil é considerada essencial para a gestão eficaz dos recursos hídricos, deve ser efetiva e passa pela negociação de propostas e conflitos (VIVACQUA, 2005).

Nesta perspectiva, a participação no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salgado capaz de gerenciar conflitos e buscar soluções para a coletividade faz com que o processo participativo por si gere mudanças na forma de pensar e agir dos sujeitos, ocasionado por um processo de ação-reflexão-ação, culminando com encaminhamentos, resolução de problemas e conflitos, negociando ajustes de interesses entre os diversos atores envolvidos, chegando a decisões que resultem em medidas úteis (BUSS, 2000; 2003).

Inferimos que quando o DSC aponta a ocorrência de mudanças, a resolução de problemas e os conflitos a partir dos encaminhamentos para a gestão, a própria mudança, a resolução dos problemas e os conflitos tornam essas pessoas atuantes no processo de gestão, que se dá de forma compartilhada, integrada e participativa. É importante considerarmos que os recursos hídricos devem ser administrados de forma que o desenvolvimento das pessoas se dê no sentido de atender às suas necessidades, dentro dos limites de suporte do ambiente para que as ações perpassem pela sustentabilidade.

A Declaração de Sundsvall (1991) insiste na busca da equidade e esforço coletivo por políticas que almejem o desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade, a preocupação com a sustentabilidade representa a possibilidade de conquistas e mudanças que não comprometam as comunidades e se relacionem com aspectos voltados para a equidade, justiça social e a própria ética dos seres vivos (BRASIL, 2002a, BUSS, 2003).

Percebemos que o DSC aponta para a co-responsabilização nos processos decisórios, o que pode garantir a gestão participativa, pois o envolvimento dos membros do comitê chama para si as responsabilidades, e consideramos que este processo seja um fator preponderante na garantia de continuidade de desenvolvimento de ações que garantam a sustentabilidade dos recursos hídricos. Esse olhar compartilhado ocasiona o empoderamento coletivo, para que estas pessoas possam influenciar de forma positiva nas deliberações em prol de estratégias sustentáveis, o que está em consonância com a abordagem ecossistêmica em saúde.

Logo, se os sujeitos do estudo apontam para a preocupação com a sustentabilidade dos recursos hídricos, podemos inferir que estes se caminham para uma participação com autonomia, configurando-se um meio para o alcance dos objetivos da participação que segundo Demo (1993) envolve a autopromoção, realização de cidadania, implementação de regras democrática, controle do poder, controle de burocracia, negociação e cultura democrática. Assim, os sujeitos desse estudo se encaminham para os níveis elevados de participação que segundo Bordenave (2007) são os níveis de elaboração de planos e projetos, determinação de objetivos e estratégias e formulação de política.

O Quadro 5 apresenta a sistematização da segunda questão:

Quadro 05- Idéias Centrais Síntese para a formulação do DSC referente à segunda questão.

Segunda questão	Idéias Centrais Síntese para a formulação do DSC
Em sua opinião o que pode facilitar e/ou dificultar a sua participação e a participação dos demais delegados no comitê?	<p>Idéia central síntese do DSC 1 - A participação do comitê é favorecida pela motivação pessoal e pelo apoio da entidade que representa.</p> <p>Idéia central síntese do DSC 2 - As dificuldade do comitê no processo de participação é proveniente da falta de infra-estrutura das entidades para a locomoção dos delegados às reuniões e a não colaboração do Estado.</p> <p>Idéia central síntese do DSC 3 – Falta de capacitação dos delegados, o modo de condução das reuniões e a falta de resposta aos encaminhamentos prejudicam a participação no comitê.</p>

Discurso do Sujeito Coletivo 1 - refere-se a Idéia central síntese do DSC 1

Quadro 6 – DSC 1
Idéia Central Síntese para construção do DSC 1 - A participação do comitê é favorecida pela motivação pessoal e pelo apoio da entidade que representa.
Discurso do Sujeito Coletivo 1
<p><i>Já faz parte da cultura do povo ser representante em um conselho, é conselho de saúde, de educação de meio ambiente e agora o comitê, então é fundamental querer participar, ter motivação pessoal, força de vontade para participar, solidariedade, compromisso e respeito entre os delegados, estar disponível para tal, outra facilidade é a preocupação em mudar o local das reuniões para deixar mais próximo dos delegados, também qualquer usuário poder participar, trazer propostas, qualquer delegado, qualquer cidadão pode ir ao comitê fazer uma denúncia, uma reclamação, o comitê aprova ou não, pois o comitê não é subordinado ao Estado, tem autonomia para manifestar todas as demandas. Outra facilidade, as entidades quererem que os eleitos participem, representando o grupo, o apoio da instituição para participar, ter liberdade da instituição para assistir as reuniões, pois elas são itinerantes e a instituição sempre apóia esta participação. Também é importante a consciência de querer mudar, é uma coisa que facilita a participação, além do desejo em participar, é a compreensão, o entendimento de que a água precisa de uma gestão participativa, e já existe esta compreensão por parte dos delegados, há responsabilidade individual, compreensão da água como recurso finito, os delegados tem essa compreensão e isso favorece a participação, querer manter o equilíbrio ecológico para manutenção desse ambiente.</i></p>

O primeiro DSC da segunda questão se refere à motivação pessoal e ao apoio da entidade que representa. Estar motivado em participar envolve o interesse pessoal, inserindo o componente de prazer, é o que Huertas (2001) refere como motivação intrínseca, ou seja, é estar interessado na própria atividade, neste caso, está interessado nas atividades que são realizadas pelo comitê. Este estado motivacional produz completo envolvimento nas ações que forem exercidas nos fóruns de decisão do comitê.

Compreendemos que ter o apoio da instituição para participar também contribui com a motivação dos delegados do comitê em estarem presentes em todas as atividades, pois faz com que estas pessoas possam desenvolver ações que beneficiem a todos e a instituição a qual representa, quando tem a oportunidade de manifestar as demandas de sua comunidade para que se encaminhem alternativas de soluções.

Assim, consideramos que manter os delegados do comitê motivados a participarem pode ser um desafio que se vence à medida que as decisões e deliberações tomadas sejam revertidas em ações. Portanto, com participação se constrói cidadania ativa, o que se configura um elemento determinante para a consolidação de sujeitos – cidadãos portadores de direitos e deveres que assumem a convicção pela abertura desse novo canal de participação, que é o Comitê de Bacia Hidrográfica (JACOBI, 1996, 2003; JACOBI E BARBI, 2007).

A cidadania ativa se constrói na medida em que o cidadão além de ser uma pessoa que exerce seus direitos, cumpre deveres ou goza de liberdade em relação ao Estado, é também, mesmo de forma parcial, titular de uma função ou poder público. Isso significa a confirmação da soberania popular através de seus representantes da sociedade civil, como elemento essencial da democracia. Essa democracia se confirma pela participação da sociedade na gestão dos bens públicos (JACOBI, 1996).

A partir da motivação dos diferentes atores sociais se constrói um processo de participação ativa de forma que os partícipes apresentam mais condições para buscar soluções consistentes e sem a tutela do Estado nos processos decisórios de interesse público, o que é apontado por Jacobi (2003) como legitimação e consolidação da gestão compartilhada.

A gestão compartilhada permite que a sociedade organizada possa adentrar na máquina do Estado, ocorre uma relação de co-responsabilidade e manejo de conflitos. É necessário o envolvimento dos cidadãos e com a motivação desses a participarem faz com que estes se sintam co-partícipes na gestão dos recursos hídricos (VALLENAS, 2005).

Jacobi e Barbi (2007) destacam que a atualidade exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo, assim como para poder questionar de forma concreta a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e

desenvolvimento num contexto de crescentes dificuldades para promover a inclusão social.

Entendemos que ao sentirem-se motivados a participar, estas pessoas apresentam-se mais satisfeitas, o que se reflete em suas decisões em benefício coletivo, é o que Bordenave (2007, p. 16) afirma como não apenas uma forma de resolução de problemas, mas acima de tudo como afirmação de si mesmo, “uma necessidade fundamental do ser humano”, no qual o processo participativo estimula as pessoas à reflexão, desenvolvendo o pensamento crítico, com valorização de si mesmo pelo grupo o qual participa.

Estar motivado, ser representante de uma instituição e ter o apoio desta para que possam exercer plenamente suas funções de sujeitos e cidadãos ativos é condição primordial para que haja o equilíbrio entre o que Bordenave (2007) chama de base afetiva e base instrumental da participação. A primeira se caracteriza quando as pessoas participam porque sentem prazer em desenvolver atividades com outras pessoas e a segunda porque ao desenvolver ações com outras pessoa é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinho. Isto ficou claro no DSC, pois as propostas de encaminhamentos do comitê são discutidas e analisadas por todos e através do consenso se toma decisões coletivas em prol de toda a população da área de abrangência da bacia.

O equilíbrio entre as bases afetiva e instrumental faz com que a participação seja ampla, compartilhada, dialógica, com envolvimento de todos, assim rompe com a lógica unidimensional e fragmentada, passando para a valorização das diferenças, motivando os pensamentos antagônicos a se comunicarem, e através do consenso se conquistem alternativas sustentáveis como postula a abordagem ecossistêmica (FORGET e LEBEL, 2001).

O processo participativo dos membros do comitê manifestando a compreensão da necessidade de uma gestão participativa para os recursos hídricos, com liberdade e autonomia para discutir os problemas e consciência em querer mudar a realidade mediante a integração e reciprocidade de todos os envolvidos, permite a este colegiado uma postura que em nossa análise passa pela trajetória de uma visão-ação de interdisciplinaridade à transdisciplinaridade.

Conforme Gattás e Furegato (2006, p. 324), “a atividade interdisciplinar consiste em lançar pontes para religar as fronteiras das disciplinas onde cada uma delas sai enriquecida e, ao mesmo tempo, com conhecimento mais “inteiro” e “harmonioso””. É uma postura que permite a todos os envolvidos no comitê transitar entre diferentes saberes, idéias contrárias, mas com o mesmo objetivo. Barroso e Farias (2003) abordam a transdisciplinaridade como uma perspectiva dialógica, que contribui com a busca de soluções eficientes, além da ação de disciplinas, incluindo as populações locais, representantes da comunidade, representantes da gestão municipal, estadual e federal, comprometidos com mudanças, que requer a integração de conhecimentos e a horizontalidade nas relações de poder, atingindo no caso do Comitê da Sub-Bacia do Rio Salgado o seu objetivo: realizar a gestão das águas de forma planejada, organizando a captação, abastecimento, distribuição, despejo e tratamento da água consumida pela população, o que vai ao encontro da transdisciplinaridade, presente na abordagem ecossistêmica.

As alternativas que surgem de um processo participativo com o envolvimento de diversos saberes são consideradas como a estratégia principal para a resolução de problemas, essa visão, na qual todos os delegados participam, com envolvimento, motivados, desfaz a lógica baseada apenas em solução tecnológica, que é insuficiente para abranger a interação de vários fatores envolvidos na gestão de recursos hídricos; como diferentes interesses e conflitos. De acordo com Forget e Lebel (2001) para conseguir um equilíbrio entre a saúde do ecossistema e das pessoas, é preciso experimentar novas estratégias. Consideramos que o Comitê de Bacia Hidrográfica é seja uma das novas estratégias de participação.

Os estudos de Santos (2005), Demo (1993), Jacobi e Barbi (2007) referem que a pluralidade de atores através da ativação do seu potencial de participação institui a cada dia condições de encaminhar demandas consistentes e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. Isso legitima e consolida propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação, de canais abertos para a participação que, por sua vez, são pré-condições básicas para a institucionalização do controle social. Isto foi ressaltado no DSC, quando foi manifestado, que faz parte da cultura do povo ser representante de um conselho que tem autonomia no comitê para

manifestar as demandas e que as diversas instituições querem ter representantes no comitê.

Participação e democracia se imbricam ampliando os direitos de cidadania no plano político e social, constrói efetivamente novas relações entre governantes e governados como acontece no Comitê de Bacia Hidrográfica, espaço que é necessário articulação, discussão e deliberações entre representantes de governo e sociedade que representam suas instituições ou o poder público para que a gestão dos recursos hídricos ocorra de forma participativa. Este processo de gestão através do ingresso da cidadania organizada na máquina do Estado possibilita conhecer seu funcionamento e seus limites e estimula a construção de uma relação de co-responsabilização, cuja finalidade é produzir consensos cada vez mais qualificados (DEMO, 1993; JACOBI, 2002).

A participação dos delegados do Comitê de Bacia Hidrográfica do Salgado na gestão dos recursos hídricos revela uma mudança qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado, pois esse processo de participação faz com que a sociedade contribua com mudanças, construindo novos hábitos, neutralizando o clientelismo, evidenciado no discurso, quando revela que há uma distribuição mais equitativa das águas em benefício do coletivo, quando antes um pequeno grupo se beneficiava, isso se consegue quando há uma aproximação dos cidadãos nos processos decisórios e especificamente na realidade deste estudo, pela motivação dos envolvidos, por estarem representando suas instituições e se sentirem trabalhando e tomando decisões em benefício de toda a população e não mais de um pequeno grupo. Assim, os sujeitos passam a perceber que suas práticas acontecem de forma democrática, podendo ocasionar mudanças nas suas vidas cotidianas (JACOBI e BARBI, 2007).

No sentido de garantir a participação, as reuniões do comitê são itinerantes, apontada nos discursos que reuniões em locais diferentes podem favorecer a participação. Outro fator importante a considerar são as reuniões abertas ao público, nas quais qualquer cidadão pode fazer denúncias e reclamações para que os delegados se manifestem e façam os devidos encaminhamentos. Esta participação está em conformidade com o regimento interno do Comitê, capítulo IV, no artigo 7º e artigo 11º.

Ficou claro que o êxito das ações dos delegados no comitê depende do grau de envolvimento dos diversos segmentos que ali se fazem representar. Essa constatação nos conduz a uma nova estratégia teórica e prática: integrar, numa perspectiva transdisciplinar e dialógica as discussões, debates, encaminhamentos gerados, buscando cada vez mais compromisso de todos com as soluções propostas, e o retorno desses encaminhamentos a população em geral. Assim, se fortalece ações coletivas com vistas à realização escolhas saudáveis, dentro da perspectiva holística e ecológica da promoção da saúde.

Discurso do Sujeito Coletivo 2 - refere-se à Idéia central síntese do DSC 2.

Quadro 7 – DSC 2
Idéia Central Síntese para construção do DSC 2 - As dificuldade do comitê no processo de participação é proveniente da falta de infra-estrutura das entidades para a locomoção dos delegados às reuniões e a não colaboração do Estado.
Discurso do Sujeito Coletivo 2
<i>A dificuldade enfrentada pelos delegados do comitê se relaciona com o fator econômico, não tem recurso para reciclar, capacitar os delegados, para visitar os açudes, para fiscalizar, é difícil chegar à reunião do comitê, pois é a instituição ou o delegado que vai por conta própria. É necessário haver uma estratégia do próprio comitê de assegurar ou viabilizar a chegada das pessoas nos fóruns de discussão, transporte para que todos os delegados possam estar presentes, pois as reuniões são distantes e a falta de infra-estrutura às vezes impede a participação porque as pessoas não têm como chegar aos locais, principalmente os representantes da sociedade civil que estão na zona rural, às vezes os municípios não dão a devida importância e não facilitam a participação de seus representantes. É preciso sensibilizar os gestores para patrocinar os delegados, porque a participação no comitê é voluntária, se o Estado desse infra-estrutura, seria melhor. Se o Estado favorecesse com recursos para apoiar a participação da sociedade, apoiaria muito o comitê, pois o Estado tem que entender que tem que subsidiar esta questão, mas o Estado não colabora.</i>

O segundo DSC traz como idéia central a questão das dificuldades do comitê no processo de participação, sendo esta proveniente da falta de infra-estrutura das entidades para a locomoção dos delegados às reuniões e a não colaboração do Estado.

Este discurso aponta como principal dificuldade para que os membros do comitê participem a falta de recursos, principalmente dos representantes da sociedade civil e dos usuários, pois dificulta a locomoção para que possam chegar aos locais de reuniões, posto que a participação dos membros do comitê seja voluntária e cada participante, ou a instituição a qual represente, é quem arca com todas as despesas para que possam participar do comitê.

Os diversos atores envolvidos no processo de participação do Comitê de Bacia Hidrográfica são voltados para uma militância voluntária não remunerada, o que se torna um desafio a participar quando suas instituições ou associações não dispõem de recursos para favorecer a inclusão de seus representantes. Daí a necessidade de reconhecer, estimular a autonomia e dar legitimidade aos atores sociais. É o que Jacobi (2003) assinala como representar a possibilidade de mudanças das práticas antes desenvolvidas apenas pelo Estado sem a participação de outros atores o que significa romper com a lógica da tutela e regulação do Estado a partir de novas relações baseadas na negociação e gestão compartilhada.

É imprescindível fortalecer a infra-estrutura do comitê para que as pessoas possam participar e assim garantir que todos os segmentos se façam representar. Os sujeitos apontam como necessidade de fortalecimento que haja recurso público para garantir a infra-estrutura do comitê para que os delegados possam estar presentes nas reuniões itinerantes, assim, como para fortalecer o processo de fiscalização ao longo da bacia hidrográfica.

No entanto, a legislação das águas no Estado do Ceará, no que se refere aos recursos, destaca que estes somente podem ser utilizados para financiar projetos voltados para a Política Estadual de Recursos Hídricos, para que sejam asseguradas as condições de desenvolvimento de Recursos Hídricos, para este fim, portanto, não existe na legislação recurso que auxilie, ou colabore com os membros do comitê, posto seu caráter de participação voluntária.

Destacamos que estes recursos para manutenção do comitê são provenientes da parceria Governo do Ceará/ Banco Mundial, através do Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - PROGERIRH e da cobrança pelo uso da água, por intermédio da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - COGERH, esta, por sua vez, ligada à Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos (MELO, 2008).

Em nosso estudo destacamos como principais dificuldades para o processo de participação a falta de recursos para o deslocamento às reuniões, bem como a falta de recursos para capacitação, formação dos delegados e para fiscalização ao longo da bacia. O estudo de Abers *et al.* (2008) destaca

que as desigualdades econômicas, política e de conhecimento técnico, afetam significativamente a tomada de decisões nos comitês de forma democrática.

A participação é um exercício democrático e como tal não pode ser desigual, como postula Santos (2005, p. 50-51) “democracia é uma gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e sociedade”. Nesse sentido, é necessário haver democracia participativa, denominada por Santos (2005) de emancipação social.

O Comitê de Bacia Hidrográfica, enquanto espaço de gestão compartilhada, pode ser considerado um mecanismo para a democracia deliberativa que busca a emancipação social, no entanto se faz imperativo compreender que a democracia participativa é um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participar, porém alguns grupos sociais são excluídos dos mecanismos tradicionais de deliberação como atores com presença nos processos decisórios. Os trabalhos de Arraes (2000), Rebouças (2003), Jacobi (2003), Jacobi e Barbi (2007) demonstraram que isto decorre do fato que estes grupos ainda não possuem os recursos econômicos e sociais e as informações que permitiriam sua participação nas atividades que permeiam processos decisórios em torno da questão dos recursos hídricos, bem como ocorre desqualificação da participação da sociedade por parte do Estado.

Santos (2005) destaca que os grupos mais vulneráveis socialmente não conseguem que seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores que são economicamente mais favoráveis. Rebouças (2003) relata que apesar de fazer parte do Comitê de Bacia Hidrográfica, representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal, dos usuários e da sociedade civil organizada, este ainda se apresenta como fórum de decisão que mostra uma tendência a desqualificação da parte mais fraca, a sociedade civil, a qual passa a ser manipulada e subjugada aos interesses de outras partes.

Defendemos que o processo de capacitação dos participantes do comitê pode ser o ponto de partida para autonomia e emancipação dos sujeitos e dessa forma esses não se deixarão manipular, pois serão capazes de tomar

suas próprias decisões, baseadas no conhecimento e nas necessidades coletivas.

Os estudos de Jacobi (2001, 2004) demonstram que em muitos comitês, o fato dos diversos atores envolvidos na dinâmica territorial terem visões divergentes do processo e dos objetivos tem dificultado a busca de soluções mais eqüitativas. Nosso estudo evidencia que as relações entre Estado e sociedade civil são espaços de construção de alianças e cooperação, que apesar de muitas vezes ter posicionamentos divergentes, estes são quebrados pelo embate democrático da reflexão e autocrítica, buscando consenso apesar de pensamentos diversificados. Portanto, os discursos dos sujeitos demonstram que a falta de infra-estrutura é um fator dificultador da participação, entretanto, na visão dessas pessoas não compromete a discussão qualitativa e as deliberações do grupo para a gestão dos recursos hídricos nessa bacia hidrográfica.

Acreditamos que este grupo se fortalece a cada dia, com atividades descentralizadas, encontros e reuniões em diferentes municípios de sua área de abrangência passando em um momento como facilidade para a participação e em outras como dificuldades, que é vencido pela solidariedade e envolvimento de todos. Seus discursos, portanto, não evidenciam desqualificação de um grupo por outro, ao contrário, parece haver reciprocidade, troca de experiências e aprendizagem mútua.

Creemos que esta garantia de participação de vários segmentos se conquiste com cidadãos empoderados, conscientes, em que se amplia o exercício de cidadania e a inserção na política de atores socialmente excluídos, esta participação ampliada é apontada por Santos (2005) como uma possibilidade de inovação nas tomadas de decisão, sendo necessário que os governos locais possibilitem este processo, é o que corrobora Jacobi (2003, p. 203):

Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam como base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente dos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilidade na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental.

É importante destacar a importância de uma visão integradora, que reforce alianças e interlocução coletiva, é, pois, uma conquista da participação que integra diversidades, buscando uma unidade apoiada na sustentabilidade dos recursos hídricos a partir de uma participação ativa e reflexiva que busque cotidianamente romper com as desigualdades. Nesse sentido, Demo (1993, p. 23) assinala, que “a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo árduo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos”.

Esta participação conquistada pela sociedade apresenta inúmeros desafios, sendo na lógica dos sujeitos desse estudo a falta de infra-estrutura, o mais premente para garantir a participação de todos os setores no processo de gestão dos recursos hídricos através do Comitê de Bacia Hidrográfica, o que não inviabiliza o processo de participação, pois conforme Bordenave (2007), a participação facilita o crescimento da consciência crítica, fortalecendo o poder de reivindicação e resolução de problemas.

Discurso do Sujeito Coletivo 3 - refere-se à Idéia central síntese do DSC 3.

Quadro 8 – DSC 3
Idéia Central Síntese para construção do DSC 3 - Falta de capacitação dos delegados, o modo de condução das reuniões e a falta de resposta aos encaminhamentos prejudicam a participação no comitê.
Discurso do Sujeito Coletivo 3
<i>Falta linguagem apropriada, pois a linguagem acadêmica faz com que as pessoas não compreendem e isso emperra o processo de participação, para isso a gente precisa buscar simplicidade do conhecimento. Outro fator importante é a falta de capacitação dos delegados, pois tem o curso de especialização de gestão de recursos hídricos, mas não atinge todos os usuários, tem que capacitar melhor os delegados, independentes do nível educacional, dos agricultores, membros das associações e todos os outros. Tem também a questão da comunicação, a única correspondência entre comitê e instituição é a convocação para a reunião, mais nada dizendo o que foi avançado de uma reunião para outra, não tem resposta aos encaminhamentos feitos, a comunicação interna e externa é muito falha, as discussões do comitê acabam não chegando às populações ribeirinhas, nós somos comunicados por e-mail ou convite, tem aqueles delegados que não tem e-mail, deveria ter uma melhor forma de se comunicar, a comunicação mais efetiva se dá nos campos de reuniões, nos boletins informativos que o comitê entrega e através de um programa que agente fez nas ondas do rádio e passava em vários municípios na abrangência da bacia, era uma forma de repassar para a sociedade, mas saiu do ar, é um mecanismo que agente precisa ampliar. A questão do repasse de informação é um ponto muito falho, é fraquíssima, a diretoria do comitê tem que trabalhar focado nos delegados, os requerimentos que ele fizer têm que ter resposta imediata ou de sim ou de não, porque às vezes a gente fica sem saber o que dizer pra comunidade por que não tem resposta dos encaminhamentos.</i>

O terceiro discurso do sujeito coletivo traz a questão da falta de capacitação dos delegados, o modo de condução das reuniões e a falta de resposta aos encaminhamentos como fatores que prejudicam a participação no comitê.

Percebemos no discurso o quanto a falta de resposta ao que foi encaminhado pelo comitê é significativo para seus membros, pois estes entendem que a ausência de resposta dificulta o repasse de informações a sua comunidade ou entidades a qual representam, o discurso demonstra que o repasse de informação acontece nas entidades e em projetos como “na onda do rádio”, ressaltamos que este projeto de divulgação no rádio já se encerrou, embora haja a perspectiva de conseguir recurso para dar continuidade, o que não aconteceu no período em que estávamos no campo de investigação. Outra forma de divulgação acontece através de cartilhas e boletim informativo, embora percebam esses repasses como necessários, são considerados pelo grupo uma ação que deve ser intensificada.

O estudo de Abers *et al.* (2008) identificou que o repasse de informação dos membros do comitê ocorre com o grupo o qual representam e com

segmentos sociais através de relatórios, reuniões e informalmente, como também evidenciamos em nosso estudo.

A falta de divulgação de forma inadequada é apontada como uma das dificuldades em participar, de tornar público as decisões e deliberações do comitê para toda a população, este fato também foi evidenciado por Lima (2003) quando constata em seu estudo que a falta de divulgação e informação se apresenta como um motivo para ausência de atividades para melhorar a qualidade ambiental, limitando a participação da população que desconhece o que seja Comitê de Bacia Hidrográfica e suas funções.

Os discursos dos sujeitos apontam a forma de condução das reuniões, como inadequadas, pois a linguagem utilizada muitas vezes não é compreendida por todos os delegados, Kleba, Comerlato e Coliselli (2007) destacam como um dos principais entraves na democratização dos espaços deliberativos a linguagem ou o processo de comunicação entre diferentes atores, que se institui tanto no interior do Conselho gestor, quanto com a sociedade. Nesse sentido, para ocorrer uma participação efetiva, é necessário que os conselheiros vivenciem a democracia em outros espaços de convívio, em que eles apreendam e conquistem o acesso aos níveis decisórios de intervenção. É o que Bordenave (2007, p. 57) chama de micro e macroparticipação. A microparticipação é aquela que acontece nos sindicatos, igrejas, associações, nas comunidades “é onde a práxis participativa e a educação para a participação se desenvolvem e ampliam”, ou seja, prepara para a macroparticipação, aquela cujos cidadãos intervêm nas lutas sociais, econômicas e políticas.

O modelo de gestão dos recursos hídricos baseado na gestão compartilhada e descentralizada constitui participação democrática que requer abertura e interesse dos atores envolvidos. Nesse sentido, ao invés de disputar projetos, os participantes devem buscar o entendimento e a geração de consensos mais amplos, o que exige dos atores troca substantiva de informações e argumentação em defesa de suas posições, permitindo a transformação dos pontos de vista (KLEBA; COMERLATTO; COLLISELLI, 2007).

É importante frisar que o aprendizado da participação enquanto democracia pode ser promovida através de vivências em que as pessoas e

grupos aprendem a interagir, adquirindo autoconfiança e reconhecendo o outro e a si mesmos como atores de um mesmo processo de negociação e de construção coletiva. Nesse sentido, a promoção de espaços de troca e convivência entre os sujeitos envolvidos favorece o reconhecimento das possibilidades e dos desafios inerentes à participação social na esfera pública e o seu caráter histórico, socialmente construído (KLEBA, COMERLATTO, COLLISELLI, 2007; JACOBI e BARBI, 2007; SANTOS, 2005; DEMO, 1993).

Existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, o que poderá resultar na alternativa de comunicação, como aponta Bordenave (2007), as rádios comunitárias, o teatro popular, a dança, entre outros, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade (JACOBI e BARBI, 2007).

Para Bordenave (2007), a participação somente será autêntica e produtiva quando o grupo se conhece a si mesmo e se mantém bem informado dentro e fora de si, implicando em conhecimento sobre o próprio grupo e seu ambiente. Assim, conhecer a realidade se constitui em uma ferramenta necessária ao que significa criação de saber, conscientização, solução de problemas, capacitação e formação prática em participar. Outras ferramentas apontadas por este mesmo autor são: a informação e a comunicação para que a população conheça os canais de reivindicação.

O discurso aponta que, o processo de comunicação e informação sobre o que acontece nos fóruns de decisão é condição fundamental para o fortalecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica, de outras organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de recursos mediante parcerias, de informação e apresentam a consciência da importância da capacitação para participar crescentemente dos espaços públicos de decisão e para a construção de instituições pautadas por uma lógica de sustentabilidade na garantia do acesso à informação e na consolidação de canais abertos para a participação, que, por sua vez, são precondições básicas para a institucionalização do controle social.

Destacamos que a capacitação possibilita a todos os envolvidos uma participação efetiva, real, em prol da melhoria das condições de vida da população na área de abrangência da bacia a partir de decisões coerentes e sustentáveis. O DSC demonstra a preocupação dos membros do comitê com a capacitação para poderem atuar melhor nos processos decisórios.

De acordo com Demo (1993), a capacitação das pessoas é condição essencial a participação e construção da cidadania, estimulando que as tomadas de decisão não sejam apenas para eleger entre alternativas, mas para gerar novas alternativas, o que possibilitaria maior inovação social. Nesse sentido, é fundamental que as informações aconteçam dentro do grupo e além dele, para que estes processos a cada dia sejam fortalecidos e transformados.

A participação no comitê conduz a formação contínua, entendida na Carta de Ottawa como capacitação, ou seja, as pessoas que passam por um processo de capacitação, passam a alcançar completamente seu potencial de saúde. Os indivíduos, famílias e as comunidades devem ter oportunidade de conhecer e controlar os fatores determinantes da sua saúde, para isso são necessários “ambientes favoráveis, acesso à informação, a experiências e habilidades na vida, bem como oportunidades que permitam fazer escolhas por uma vida mais sadia” (BRASIL,2002a, p.20).

A capacitação de todos os delegados do comitê amplia o acesso à informação, permitindo uma melhor análise da realidade para a tomada de decisões adequadas, o que fortalece a participação, contribuindo também com o empoderamento de todos os atores sociais e para a sensibilização dos problemas ambientais.

A participação dos delegados nos fóruns de decisão do comitê contribui para o processo de aprendizagem de todos os envolvidos, no entanto, é preciso haver outros mecanismos de capacitação, que seja igual para todos os participantes, independente da formação profissional, pois é a partir de processos de capacitação que podemos alcançar o *empowerment*, valorizando as diferenças, reconhecendo a própria organização e funções do comitê de bacia.

O processo de empoderamento se constrói à medida que as pessoas se capacitam, desenvolvendo suas habilidades pessoais, levando ao reforço da ação comunitária, assim podem influenciar a implementação de políticas

públicas intersetoriais saudáveis com potencial político para integrar uma agenda pública em prol da cidadania da produção de sujeitos reflexivos, autônomos e socialmente solidários.

Podemos sintetizar nossas discussões na figura a seguir, como construção coletiva para a compreensão de participação na visão dos membros do comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado considerando a construção de sujeitos ativos, com autonomia para exercerem sua cidadania nos processos de decisão da bacia através de seu empoderamento individual e social influenciando no processo de participação nos recursos hídricos. Assim, propomos o desenho para a participação a partir do que formulamos em nossa tese e que buscamos apreender e discutir ao longo deste estudo, conforme a Figura 04.

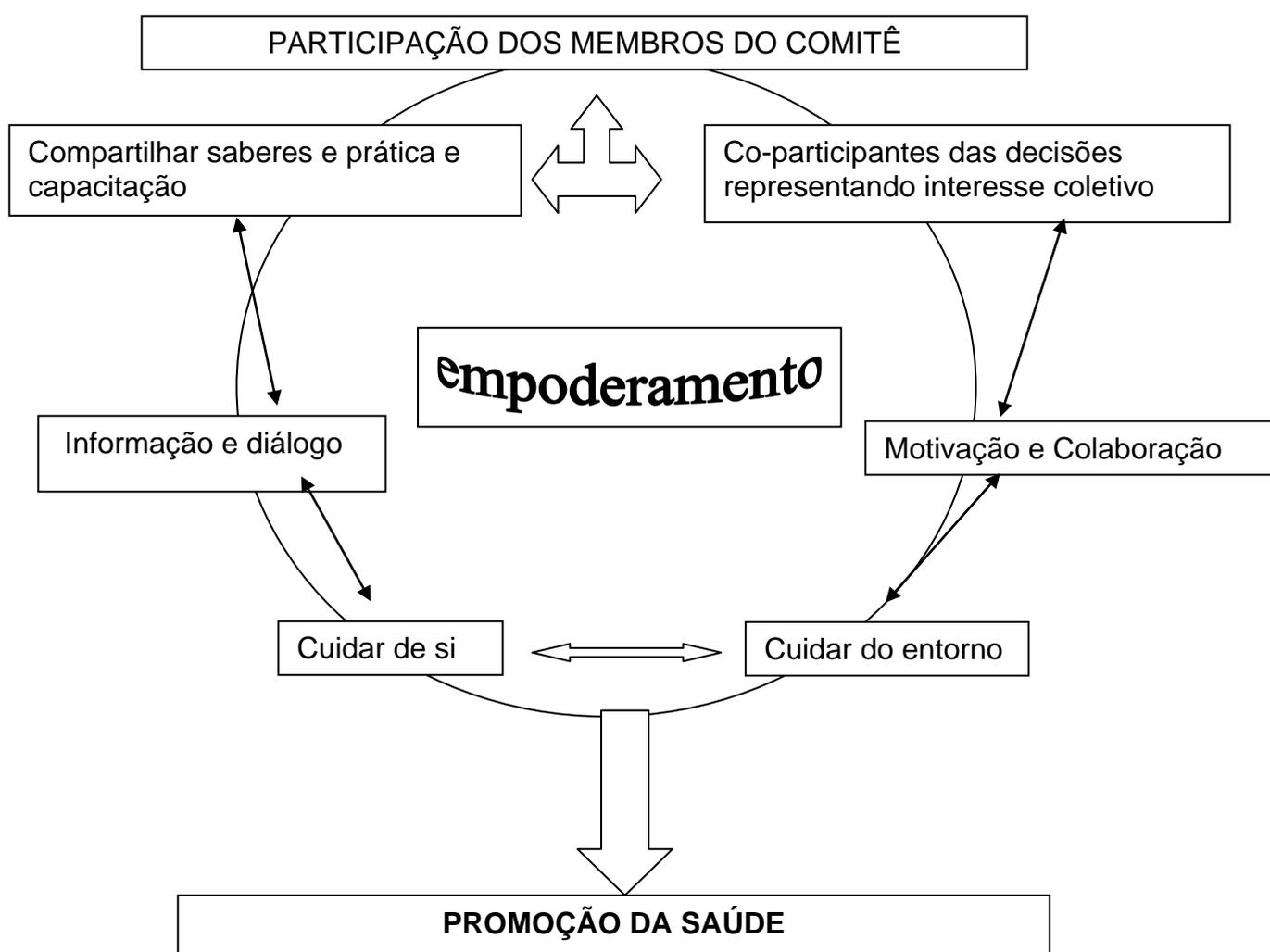


Figura 04 – A participação na gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica.

Pensamos que a partir da compreensão do que seja participação, os sujeitos apresentam a possibilidade de edificação de uma democracia, como postula Santos (2002) de alta intensidade. A democracia de alta intensidade preconiza a efetividade democrática em todos os espaços, possibilitando maior simetria nas relações, estimulando a existência de uma democracia horizontal – direta e participativa, que resgata o sentido da democracia deliberativa.

A partir da compreensão dos sujeitos dos seus processos participativos, estes podem promover a sua saúde e a de seu entorno, conscientes de suas ações sem diminuir a responsabilidade do Estado, que muitas vezes delega aos indivíduos, progressivamente, o autocuidado (LEFEVRE e LEFEVRE, 2004).

Dessa forma, o Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado caminha para a promoção de saúde de forma individual e coletiva, através da responsabilização pela área de abrangência da bacia, estes apresentam autoconfiança, senso de governabilidade, compartilhando saberes e práticas em processo de co-participação nas decisões através do diálogo, cooperação de todos os envolvidos para cuidar de si e do seu entorno. Isso acontece mediante processo de empoderamento, o que subsidiará práticas de promoção a saúde com vistas à sustentabilidade dos recursos hídricos.

5 A INTERFACE DA ENFERMAGEM COM O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

A participação dos membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado baseia-se na co-participação de seus membros, compartilhando saberes e práticas através do diálogo e colaboração de todos, dessa forma o grupo se fortalece, empoderando-se na perspectiva de cuidar de si e do seu entorno, culminando com a promoção da saúde.

Nesse sentido, a participação capacita o grupo, empoderando-os e, assim, apresenta total relação com a promoção da saúde, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de habilidades pessoais e reforço da ação comunitária, dois campos de ação da promoção da saúde, que reforça a visão positiva do processo saúde doença e cuidado, no qual as potencialidades individuais e socioculturais para se produzir saúde, deixa de ser um objetivo a ser alcançado tornando-se um recurso para a vida.

Nessa perspectiva, a participação de todos é primordial para que as pessoas conquistem melhorias em suas condições de vida, bem como contribuir com a formulação de políticas públicas saudáveis e sustentáveis, o que revela a promoção da saúde como integradora e emancipadora por natureza, e a participação no Comitê de Bacia Hidrográfica reforça esse caráter, fortalecendo a cidadania ativa, em que os sujeitos se sentem responsáveis por si, pelos outros e por seu entorno.

Quando os sujeitos do estudo se reportam a participação como consciência social, discutindo os problemas em benefício da coletividade, buscando a resolução de conflitos, estes se apresentam em processo de crescimento, compreendendo a importância de tomada de decisões que vai além de seus benefícios próprios, adquirindo a consciência de que seja necessária a integração com o outro para um viver saudável em harmonia com a natureza. Isto nos faz refletir que no estímulo à autonomia deve estar implícito um incentivo ao viver com solidariedade e com tolerância. Entendendo o outro com iguais direitos na sociedade e em suas diferenças enquanto sujeitos.

Para promover saúde através do Comitê de Bacia Hidrográfica, é necessário agregar diversos setores e diferentes disciplinas, entre elas a

Enfermagem, que entre suas funções, está a educação em saúde que é primordial para o empoderamento e desenvolvimento da consciência crítica. Nesse sentido, visualizamos a inserção da enfermagem através da Estratégia de Saúde da Família - ESF que vem incorporando a promoção da saúde como elemento integrante de sua área de ação. Acreditamos que a incorporação da enfermagem e de outros profissionais da saúde no Comitê de Bacia Hidrográfica pode contribuir com a política de recursos hídricos que além de objetivar preservar e recuperar águas superficiais e subterrâneas, também busca preservar e recuperar a saúde de indivíduos, famílias e comunidades, pois a água influencia significativamente o nível de vida e saúde das populações.

Assim, a inserção da enfermagem deve ser uma via de mão dupla – por um lado trará contribuições por meio de seu saber referentes à promoção da saúde das pessoas e por outro se apropriará de um novo saber que deve ser transversal a todas as áreas do conhecimento – a interação saúde/ambiente através do componente hídrico, pois o cenário mundial apresenta a água como um tema que exige a incorporação de profissionais de saúde, no intuito de que esses profissionais e, particularmente a enfermagem, adquira uma maior compreensão sobre o gerenciamento desse recurso natural, trazendo para esse cenário suas contribuições que culminem com melhoria na saúde e qualidade de vida das populações.

Ao se apropriar dos princípios da promoção da saúde apontados por Westphal (2006) como a concepção holística de saúde, voltada para os múltiplos fatores causais do processo saúde doença e cuidado; a equidade; a intersetorialidade e a participação social, a enfermagem pode contribuir com o modo como as famílias e comunidades usuárias das águas se organizam em função de sua disponibilidade ou a melhor maneira de consumi-la, o que nem sempre ocorre com racionalidade e respeito ao tempo e a qualidade do seu ciclo hidrológico.

Assim, a enfermagem pode se apropriar de outros princípios que também se relacionam com a promoção da saúde, princípios estes da abordagem ecossistêmica em saúde, que rompe com o modelo unidisciplinar cartesiano hegemônico no qual ocorre um processo de dominação humana sobre a natureza, aprofundando a consciência ambiental voltado para o

desenvolvimento sustentável e os ecossistemas saudáveis. Ao utilizar esta abordagem, a enfermagem passa a valorizar a participação e a dialógica, bem como adota os preceitos da interdisciplinaridade e intersetorialidade, envolvendo profissionais de saúde e de outras áreas, usuários dos serviços e sociedade civil na discussão e resolução dos problemas.

Esta abordagem está em consonância com o novo modelo assistencial – a vigilância à saúde - que tem como principal estratégia a Saúde da Família com ações de promoção, prevenção e reabilitação da saúde, e que o enfermeiro se constitui como profissional-chave na execução das ações e na interlocução com todos os setores. Assim, pensamos que a integração entre o Comitê de Bacia Hidrográfica e a enfermagem pode ser executada pela enfermeira da Estratégia de Saúde da Família, pois este profissional por estar mais próximo das famílias e da comunidade pode apresentar um maior conhecimento sobre a realidade sanitária, socioeconômica e cultural de sua área adscrita, contribuindo com as discussões e deliberações do comitê que favoreçam a saúde e a qualidade de vida da população.

Vislumbramos a enfermagem da Estratégia de Saúde da Família, ampliando seu cuidado, ao inserir em suas atividades de educação em saúde a problemática ambiental, que se relaciona com diversos problemas de saúde das famílias, tais como as doenças diarréicas, parasitoses entre outras, posto ser uma das atribuições do enfermeiro da ESF a educação em saúde como postula o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004).

Ao fazer a interlocução com o Comitê de Bacia Hidrográfica por meio da abordagem ecossistêmica da saúde humana, a enfermagem constrói estratégias de gestão integrada do meio ambiente na promoção da saúde, compreendendo as representações que todos os membros do comitê têm sobre participação para que a promoção da saúde se caracterize como um processo em construção, em que as práticas e os saberes são constituídos, em suas raízes, pela exigência de frutificar em ações interdisciplinares, cuja promoção está representando não apenas poder de ação para problemas biossociais e ambientais, mas acima de tudo poder de transformação social, contribuindo com a minimização das diferenças entre os diversos grupos sociais, e, entendendo a saúde, nesse processo, como condição e condicionante de realidades concretas de vida, para a qual a ciência da

enfermagem pode ser um aliado na construção de ambientes saudáveis e sustentáveis.

Adotando a abordagem ecossistêmica em saúde e buscando seu espaço no Comitê de Bacia Hidrográfica, a integração da enfermagem com todos os envolvidos no comitê se apresenta como uma possibilidade de transformação da realidade a partir da relação saúde e ambiente, entendida como uma relação interdependente, relevante para nortear as práticas de enfermagem na Estratégia Saúde da Família em consonância com o novo modelo assistencial no sentido de colocar nas agendas da saúde coletiva e particularmente na saúde da família a inclusão dos problemas ambientais como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e saúde das famílias.

A enfermagem ao adotar a abordagem ecossistêmica rompe com o modelo biomédico, amplia seu campo de ação, viabilizando relações de trocas com seus clientes/usuários sendo uma ciência aliada na construção de ambientes saudáveis e sustentáveis (CEZAR-VAZ, MUCCILLO-BAISCH, SOARES et al., 2007).

É fundamental que a enfermagem passe a assimilar o Comitê de Bacia Hidrográfica como um fórum importante de representação no qual o caráter nitidamente ambiental e as ações antropogênicas que envolve a gestão dos recursos hídricos possam ser incorporados no intuito de ampliar a visão e campo de atuação da saúde, posto que tudo que se refere ao binômio saúde/ambiente necessite mudanças na percepção do contexto e na postura gerencial. Essa postura gerencial, para os membros do CSBHS se apresenta como compartilhada, integrada e descentralizada.

O Comitê da Bacia Hidrográfica representa um avanço na gestão compartilhada dos recursos hídricos e em nosso entendimento ao deliberar ações voltadas para a captação, abastecimento, distribuição, despejo e tratamento da água consumida, realizam atividades voltadas para a vigilância à saúde da população e conseqüentemente, estão promovendo a saúde que poderá ser melhor direcionada se houver o envolvimento da enfermagem, posto que o cuidado de enfermagem na perspectiva da promoção da saúde, baseia-se em uma nova lógica, na qual a reorientação dos serviços, a compreensão do ser humano nos seus direitos, na sua especificidade, na sua integralidade se faz essencial.

As ações voltadas para a promoção da saúde envolvem a atuação sobre os determinantes sócio-ambientais da saúde, voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações, implica no fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença-cuidado (BRASIL, 2002).

Portanto, são necessárias políticas comprometidas com serviços e ações de saúde que coloquem os sujeitos – (usuários e profissionais de saúde) como protagonistas na organização do processo produtivo em saúde, entendendo que aí se produz saúde (CAMPOS, 2007).

Nesse sentido, a enfermagem no comitê poderá contribuir para o cuidado integral do ser humano, a partir da relação horizontal, de troca de saberes na qual ocorre aprendizagem recíproca, fato colocado nas representações que os membros do comitê apresentam para a participação no comitê como espaço de aprendizagem, capacitação, troca de experiências.

A interlocução da enfermagem e do comitê emerge para a reflexão sobre promoção da saúde enquanto qualidade de vida, para tanto se faz imperativo pessoas empoderadas e autônomas, para que busquem um cuidado integral, dessa forma acreditamos que a inserção da enfermagem no comitê seja a ponte para vencer o desafio de integrar diversas áreas do saber, sociedade civil e usuários na perspectiva de romper com medidas meramente normatizadoras e prescritivas, pois as deliberações do comitê são compartilhadas a partir da discussão, favorecendo a coletividade.

Ao incorporar em suas atividades o campo ambiental, a enfermagem passa a ampliar seu objeto – o cuidado – como mais abrangente e integrador, esse espaço passa a ser fundamental para o desenvolvimento de suas práticas a partir da compreensão das relações vitais do complexo ser humano/ambiente para a promoção da saúde das humanidades, produção de conhecimentos e na adequação das diferentes atividades a partir de estratégias abrangentes que contribuam com a melhora da qualidade de vida dos seres humanos e sustentabilidade de biotas naturais e sociais. Pensamos que a inserção no Comitê de Bacia Hidrográfica pode favorecer esta interação enfermagem/saúde e ambiente a partir de um componente imprescindível a vida – a água – gerenciada pelo comitê.

De acordo com Brasil (2002a), a promoção da saúde é uma proposta que considera a saúde como produção econômica e social que, para ser exeqüível necessita da participação efetiva de todos os setores que compõem a realidade local, no sentido da responsabilidade compartilhada, promoção da saúde está intimamente relacionada às expressões “políticas públicas saudáveis”, “desenvolvimento sustentável”, “colaboração intersetorial”, apontado nas entrelinhas dos discursos dos sujeitos de nosso estudo como essenciais para a gestão dos recursos hídricos através do CSBHS. Nesse sentido, consideramos primordial a inserção de profissionais de saúde como membro efetivo do comitê, e sugerimos que esse se faça representar através da enfermagem do programa de saúde da família, pois este profissional conhece de perto a realidade das famílias da comunidade, podendo contribuir nas definições das deliberações que favoreçam a relação harmônica entre a saúde e o ambiente em sua totalidade.

Para tanto, apontamos que o setor saúde vem acumulando um conhecimento específico que deve ser compartilhado técnica e politicamente em fóruns de decisão com caráter deliberativo e como orientador da formulação de políticas públicas da área de abrangência do CSBHS. O comitê congrega representantes da sociedade de diferentes setores e disciplinas e a forma como esses agentes interpretam ou agem diante dos problemas pode acontecer baseado em sua área de atuação, portanto é necessário também o envolvimento da enfermagem, trazendo para as discussões do comitê as questões relacionadas ao cuidado humano no que se refere ao componente hídrico e suas relações com a saúde da população, o que contribuirá com o empoderamento individual e coletivo enquanto contribuição com a aquisição de poder e consciência política para atuar em prol da saúde.

O gerenciamento de recursos hídricos por meio do Comitê de Bacia Hidrográfica é um processo em construção e cada vez mais as decisões devem ser compartilhadas, para tanto a participação de toda a sociedade vem se confirmando como essencial para que o comitê tenha efetivamente um caráter democrático de participação. Dessa maneira, a saúde tem que se fazer representar, trazendo suas contribuições com este campo importante que é os recursos hídricos.

Cabe às instituições de saúde conhecerem o Comitê de Bacia, compreenderem a sua dinâmica e assumirem o seu papel na condução para a atuação de seus representantes no comitê, com direito à voz e ao voto e de representatividade, especificamente da enfermagem, para a condução de discussões com o enfoque na relação saúde e ambiente, pois de acordo com Bonini (2002) os comitês de bacia hidrográfica ainda se apresentam frágeis no que se refere as ações técnicas.

As ações da enfermagem no comitê podem contribuir com a vigilância à saúde, a partir de seu conhecimento técnico científico, representando um salto de qualidade para o exercício técnico e institucional do comitê, apontando diversos cenários, nos quais o comitê pode oferecer conhecimento para a comunidade, como escolas, locais de trabalho, comunidades rurais no sentido de oferecer oportunidades práticas para o desenvolvimento de ações e conhecimento das ações do comitê por parte de toda a população, bem como, oportunidade para estratégias integrais de espaços/ambientes saudáveis.

A participação no CSBHS é apontada nos discursos dos sujeitos como interação, diálogo, decisões coletivas, assim, assemelha-se a concepção atual de promoção da saúde, que parte do conceito ampliado do processo saúde-doença-cuidado e de seus determinantes, o qual é necessária a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para o seu enfrentamento e resoluções (BUSS, 2000).

A interlocução da enfermagem no comitê se apresenta como uma possibilidade de articulação do setor saúde com as ações do Comitê de Bacia Hidrográfica, a partir da responsabilização múltipla pelos problemas e soluções relacionados aos recursos hídricos e que o Comitê tem poder de deliberar.

Assim, vislumbramos para a inserção da enfermagem no comitê a possibilidade de inserção nas Câmaras Técnicas instituídas pelo comitê, especificamente a Câmara Técnica de Meio Ambiente e Educação Ambiental do Salgado, trazendo contribuições que julgamos importantes para o desenvolvimento de ações voltadas para educação em saúde ambiental, bem como trazendo os indicadores de saúde da região de forma a contribuir com a avaliação da qualidade da água para consumo humano.

Pensamos que a inserção da enfermagem no comitê trará contribuições significativas por inserir o componente da saúde nas deliberações através do enfoque da promoção da saúde e da abordagem ecossistêmica em saúde e ambiente, enquanto uma perspectiva construtivista que possibilita ampliar a visão ecossistêmica da saúde e ambiente, permitindo perceber a interação entre as pessoas e o ecossistema e todas as interações e comportamentos dela decorrentes. Esta abordagem passa a uma nova lógica regida pelos princípios da democracia, na qual a dialógica é fundamental e necessária, direitos humanos e justiça social. Ressaltamos que a apropriação da abordagem ecossistêmica pela enfermagem favorece o diálogo e construção coletiva possibilitando a compreensão de questões relacionadas à subjetividade das relações sociais a partir da mobilização e participação social em defesa da saúde e conseqüentemente contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A própria Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos tem como fundamentação a participação – foco de nosso estudo – esta fundamentação nos incentivou investigar as concepções das pessoas envolvidas na gestão dos recursos hídricos sobre o que de fato significa participação e o que pode contribuir para que esta aconteça através do Comitê de Bacia Hidrográfica, especificamente o Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado. Ao concluirmos este trabalho, percebemos o quanto é importante as concepções das pessoas para suas ações.

Utilizarmos neste estudo a Abordagem Ecológica que guiou nosso percurso no sentido de nos mantermos em permanente contato com os integrantes do comitê, bem como compreendermos o quanto é necessário estabelecer nexos entre saúde, ambiente, conduzindo nosso estudo pela lógica do diálogo, interação com os sujeitos, para que chegássemos à construção coletiva do que seja participação para os integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado - CSBHS.

O CSBHS foi um espaço aberto para nossa investigação, seus membros nos deixaram à vontade para a investigação, seus integrantes, conforme descrito na página que trata da caracterização dos sujeitos, apresentam ocupação ou formação que se relaciona aos recursos hídricos ou áreas afins, o setor saúde é representado apenas pela 20ª Célula Regional de Saúde, sem representação das Secretarias Municipais de Saúde.

Pensar na participação como consciência social, representar a coletividade, ser informado para poder encaminhar, trazer questões locais para discussão coletiva, saber ouvir, discernir o melhor processo democrático, representa a maturidade alcançada e instituída no grupo, fortalecendo o processo participativo, fundamental para a negociação através do diálogo, chegando a atingir o estágio de co-gestão das águas via CSBHS.

Participar no comitê é compreendido pelos sujeitos como representar uma instituição, acreditar no que está envolvido, implicando comunicação, decisões compartilhadas, democracia e consciência crítica, que em nosso entender pode contribuir com mudanças que se refletem em melhor qualidade dos recursos hídricos, mediante compreensão de suas participações como

fundamental para a gestão hídrica, esta participação para nós sinaliza momentos de idas e voltas, buscas, conquistas, perdas, mas também desafios na busca da participação efetiva, com crítica e autocrítica, o que envolve empoderamento para a tomada de decisões.

Acreditamos que os integrantes do CSBHS caminham para a autopromoção, quando relatam participação no comitê e crença no que está envolvido, compartilhar o interesse do grupo, buscar soluções para os conflitos, entendendo a água como um produto fundamental, devendo ser preservada, destacando esta participação como fundamental para o processo de gestão das águas em benefício de todos, ao mesmo tempo em que se utiliza de regras democráticas e exercitam sua cidadania.

Os integrantes demonstraram em seus discursos um alto grau de participação, quando propõem projetos e elaboram planos que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, considerando a participação social nesse processo, haja vista a inclusão no comitê de todos os segmentos, desde os usuários até os formuladores de política representados pelo o poder público, posto que a PNRH vincula-se à participação, através da sociedade organizada na composição desse novo espaço de participação – o Comitê de Bacia. Esta política preconiza um processo participativo com decisões compartilhadas nos comitês, espaço de planejamento, monitoramento, e controle da gestão da água da bacia, ao mesmo tempo em que interage com a COGERH, recebendo suporte desse órgão para encaminhar as deliberações, estabelecendo uma nova ordem, pois envolve no processo os interesses do Estado, da sociedade e de todos os usuários.

Ao mencionarem as facilidades em participar no comitê relacionadas com a motivação pessoal, diálogo, liberdade e autonomia para manifestar demandas, pensamos que estas concepções sinaliza o desejo de uma participação efetiva e construção de mudanças, o que pode influenciar na legitimidade das decisões aprovadas.

Ao mesmo tempo em que expressam as facilidades de participação, compreende, também suas dificuldades, sendo mencionada a dificuldade de locomoção para chegarem aos locais de reunião do comitê, associado à falta de infra-estrutura que assegurasse o transporte para estas pessoas, bem como compreendem a dificuldade com a divulgação do que acontece no comitê e

informações dentro dele, pois o acesso à comunicação via correio eletrônico nem sempre é acessível a todos os integrantes.

Os integrantes do comitê conscientes de que existem várias formas de participar, ora discutindo, ora silenciando para refletir e decidir o que seja melhor, demonstra a consciência com a coletividade. Inferimos, pois que dessa forma essas pessoas estejam empoderadas e podem cuidar de todo o seu entorno e dessa forma conseguem vislumbrar ações que visem à promoção da saúde.

Entretanto, reconhecemos como limitação para este estudo o curto período de tempo de coleta de dados em um tema que requer envolvimento, como é o caso da participação no Comitê, mesmo assim consideramos que o Discurso do Sujeito Coletivo 1 referente a primeira questão, cuja idéia central síntese é participação envolve consciência social, informação e comunicação em busca de soluções que representem a coletividade representa o discurso que mais se aproxima de nossa tese.

Nesse sentido confirmamos nossa tese de que a participação dos integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado é resultante do seu reconhecimento como atores co-participantes dos processos decisórios, tornando-se capazes de cuidar do seu entorno, contribuindo com a promoção da saúde.

Defendemos ainda a partir dos discursos dos sujeitos que os fatores essenciais para que o CSBHS obtenha êxito, seja capacitação permanente de seus partícipes com ênfase na inclusão de todos a partir das divulgações e informações de suas ações para que estes possam participar de forma efetiva, exercendo sua cidadania com autonomia.

Pelo que expomos ao longo deste trabalho, recomendamos a inserção do setor saúde no Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, pois as ações do comitê podem se integrar com as ações dos profissionais de saúde, estes somarão conhecimentos, atitudes e esforços para ações sustentáveis ao longo da bacia, especificamente os profissionais da Estratégia de Saúde da Família, por se apresentarem mais próximo da realidade da comunidade poderão realizar ações conjuntas para que a água – bem precioso da humanidade - e as ações do comitê possam ser melhor compreendidas por parte da população em geral.

O enfermeiro da ESF contribuirá com a promoção da saúde, ampliando a visão do ser humano e suas relações (visão ecossistêmica), posto ser esta profissão preocupada com a saúde integral do indivíduo, família e comunidade, capaz de atuar com criatividade e senso crítico, mediante uma prática humanizada, competente e resolutiva, priorizando ações de promoção, em que se desenvolve a capacidade para planejar, organizar, desenvolver e avaliar ações que respondam às reais necessidades da comunidade, articulando os diversos setores envolvidos na promoção da saúde (aqui a interface com o Comitê de Bacia).

Contudo, é necessário compreendermos que tais ações seguem caminhos de paciência, pois seus resultados, quase sempre, só são visíveis a médio e/ou longo prazo, pois os processos, que são coletivos, envolvem trabalho contínuo com pauta de transformações de ordem estrutural e conjuntural.

7 REFERÊNCIAS

ABERS, R.; FRANK, B.; FIDELMANN, P. MOREIRA, M.; KECK, M; FORMIGA JOHNSON, R. **Comitê de Bacia sob o olhar de seus membros**. Palestra proferida no Seminário Internacional: governança da água – a bacia hidrográfica e os ecossistemas no Estado do Ceará. Fortaleza: 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, **A Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2002.

AIRHIHENUWA, CO., Health Promotion and the Discourse on Culture: Implications for Empowerment. In: Health Education Quarterly, (Special issue. Community empowerment, participatory education and health – Part II) VOL 21,3: 345-354, 1994.

ANA (2003) Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.ana.gov.br/pnrh_novo/multimidia_PNRH_ANA. Acesso em 11 de janeiro de 2007.

ALMEIDA, E. S. **Qualidade de água da Bacia Hidrográfica do Ribeirão dos Padilhas – Curitiba/PR** – causas e conseqüências para a saúde. 121p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2005.

ALMEIDA, R. C. **A questão hídrica na gestão urbana participativa: o caso do orçamento participativo do município de São Carlos, SP**. 178p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos – SP. 2005.

AMARAL, L. A. do; NADER FILHO, A., ROSSI JUNIOR, O. D. *et al.* Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Rev. Saúde Pública**, ago. 2003, vol.37, no.4, p.510-514. ISSN 0034-8910.

ANDRADE, L.O.M.; BARRETO, I.C.H.C. Promoção da saúde e cidades/municípios saudáveis: propostas de articulação entre saúde e ambiente. In: MINAYO, M.C.S. e MIRANDA, A. C. organizadores. **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro (RJ): Editora FIOCRUZ; 2002. p. 151-171

ARRAES, N.A.M., Desenvolvimento sustentável e a participação nos processos de agenda 21 local brasileiras. 215p. Tese. (Doutorado) – Universidade Estadual de Camoínas, 2000.

AYRES, J.R. Norma e formação: horizontes filosóficos para as práticas de avaliação no contexto da promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3):583-592, 2004

AUGUSTO. L. G. S. Saúde e vigilância ambiental: um tema em construção. **Epidemiologia e serviços de saúde.**, Brasília-DF:, v. 12, n4, p.177-187, out/dez. 2003.

_____. A construção de indicadores em saúde ambiental: desafios conceituais. In: MINAYO, M. C. de S. E & MIRANDA, A. de C. **Saúde e desenvolvimento sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2002.

BARBOSA. C. C. **Avaliação da Qualidade da Água do Sistema Itacolomi em Ouro Preto/MG**. 98p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. 2003.

BARRETO, M. L. Ambiente e saúde. **Ciência e saúde coletiva**. v.3, n.2, p. 21-22, 1998.

BARROSO, M. G. T. e FARIAS, F. L. R. Abordagem transdisciplinar nas práticas educativas em saúde. In: BARROSO, M. G.T.; VIEIRA, N. F. C.; VARELA, M. Z. V. **Educação em saúde**: no contexto da promoção humana. Fortaleza: Edições Rocha, 2003.

BONINNI. E. M. **O Setor Saúde Estadual nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo**. 200p. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BORDENAVE, J.D.E. **O que é participação?** 4ª reimpressão da 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007 (coleção primeiros passos; 95).

BORSONI, Z. M. F. e TORRES, S. D. A. A política de recursos hídricos no Brasil. **Revista BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8. p. 143-166. 1997.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância Ambiental em Saúde. **Textos de Epidemiologia. Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Projeto Promoção da saúde. As Cartas de Promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002a

_____, Ministério da Saúde. **Textos de Epidemiologia para a Vigilância Ambiental em Saúde**. Brasília: MS/FUNAS/CENEPI, 2002b.

_____, Ministério da Saúde. **Manual para controle da qualidade da água para consumo humano**. Brasília: MS/FUNASA, 2001.

_____, Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 196/96. Decreto nº. 93.933 de _____ janeiro de 1987. Estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Bioética**, v. 4, n. 2, supl., p. 15-21, 1996.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, 2000, vol.5, no.1, p.163-177. ISSN 1413-8123.

BUSS, P.M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M (Org) *et al.* 2003. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CAMPOS, R. T. O. E CAMPOS, G. W. S. Co- construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; DRUMND JUNIOR, M.; CARVALHO, M. Y. (org). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 237p.

CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Editora Hucitec; 2003.

CARVALHO, S..R., e GASTALDO, D. Promoção a saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico social pós-estruturalista. **Ciência e saúde coletiva**, 13(sup.2): 2029-2040. 2008

CATRIB, A. M. F.; PORDEUS, A. M. J.; ATAIDE, M. B. C.; ALBUQUERQUE, V. L. M.; VIEIRA, N. F. C. Promoção da saúde: saber fazer em construção. In: BARROSO, M. G.T.; VIEIRA, N. F. C.; VARELA, M. Z. V. **Educação em saúde: no contexto da promoção humana**. Fortaleza: Edições Rocha, 2003.

CEARÁ, **A gestão das águas no Ceará**. COGERH. Fortaleza: 2002.

_____, **A nova política de águas do Ceará**. Secretaria de Recursos Hídricos, Fortaleza: 1992.

_____, Companhia de gestão dos recursos hídricos. Disponível em <http://portal.cogerh.com.br/>. Acesso em 5 jan. 2008.

CERQUEIRA, L. F. L. **Os impactos dos assentamentos informais de baixa renda nos recursos hídricos e na saúde coletiva: o caso da Bacia Hidrográfica da Baixada de Jacarepaguá**. 101p. Dissertação (Mestrado profissionalizante) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2006.

CEZAR-VAZ, M. R., MUCCILLO-BAISCH, A. L., SOARES, J. F. S., et al. Concepções de enfermagem, saúde e ambiente: abordagem ecossistêmica da

produção coletiva de saúde na atenção básica. **Rev. Latino-am Enfermagem**. Maio-junho; 15(3), 2007.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M (Org) *et al.* **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. 174p.

COMITÊ DA SUB BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO. Boletim informativo. Ano 1, nº 1, 2007

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: <<http://ged.capes.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2007 e 20 jan 2008.

COSTA. C. F. S. da. **Identificação de patógenos humanos nas águas que margeiam a cidade do Rio Grande - RS e uma proposta de vigilância e monitoramento para os agravos relacionados**. 112p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006

D'AGUILA, P.S.; ROQUE, O.C.C.; MIRANDA, C. A.S.; FERREIRA, A.P. Avaliação da qualidade da água para abastecimento publico no município de Nova Iguaçu. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p. 791- 798, 2000.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 2. ed. São Paulo: Cortez,1993, 176p.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. editora Atlas, São Paulo: 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.; et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432p.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, A. V. A.; OLIVEIRA, V. P. A.; REIS, J. D. P.; REIS, E. Qualidade sanitária da água para consumo humano em escolas rurais do Distrito Federal, Brasil. **Rev. de saúde do Distrito Federal**, Brasília, v.9, n.2, p. 33-38, 1998.

FORGET, G. & LEBEL, J. An Ecosystem Approach to Human Health. **International Journal of Occupational and Environmental Health**. 7(2), pp. S3-S38, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra; 1998.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, C. M. de. As ciências sociais e o enfoque ecossistêmico de saúde. In: MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.47-59.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 124p.

FREITAS, Marcelo Bessa de; BRILHANTE, Ogenis Magno e ALMEIDA, Liz Maria de. **Importância da análise de água para a saúde pública em duas regiões do Estado do Rio de Janeiro: enfoque para coliformes fecais, nitrato e alumínio**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2001, vol.17, n.3, pp. 651-660. ISSN 0102-311X.

GATTAS, M. L. B e FUREGATO, A. R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. *Acta Paul. Enferm.* [online]. 2006, vol.19, n.3, p.323-327. ISSN 0103-2100.

GOHN, M.G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo (SP): Cortez; 2001.

HORJA, A. **Gestão da política de recursos hídricos: O papel da Agencia do Alto Tietê 2002 a 2004**. 166p. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

HUERTAS, J. A. *Motivación: querer aprender*. Buenos Aires: Aique, 2001.

JACOBI, P. e BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189-205, março/2003.

JULIÃO, F. C. **Água para consumo humano e saúde: ainda uma iniquidade em área periférica do município de Ribeirão Preto – SP**. 76p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP, 2003.

KEIJZER, B. Los discursos de La educacion y participacion em salud: de La evangelizacion sanitária ao empoderamiento. In: MINAYO, M.C.S. e COIMBRA JUNIOR, C.E.A. (org). **Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 441- 471.

KLEBAL, M.E.; COMERLATTO, D.; COLISSELLI, L. Promoção do empoderamento com conselhos gestores de um pólo de educação permanente em saúde. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2007 Abr-Jun; 16(2): 335-42

LANNA, A. E. L. Sistema DE gestão de recursos hídricos: análise de alguns arranjos institucionais. **Ciência e ambiente**, Santa Maria, v.1, n-1, p.21-56, 2001.

LABONTE, R.. Health Promotion and Empowerment: Reflections on Professional Practice. In: Health Education Quarterly: (Special issue. Community empowerment, participatory education and health – Part I) VOL 21, 2: 253-268, summer. 1994.

LAVERACK, G.; LABONTE, R. A planning framework for community empowerment goals within health promotion. **Health Policy Plan.**, v. 15, n. 3, p. 255-262, 2000.

LEAL. I. O. J. **Avaliação do processo de gestão participativa de recursos hídricos na Bacia do Rio Itapicuru: o caso da microrregião de Jacobina - Bahia.** 146p. Dissertação (Mestrado profissionalizante) – Universidade de Brasília, 2004.

LEBEL, J. **Salud: un enfoque ecosistémico.** Bogotá: Alfaómega, 2005.

LEFEVRE, F. LEFEVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: Educs, 2005.

LEFEVRE, F. LEFEVRE, A.M.C. **Promoção da saúde – negação da negação.** Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

LIBÂNIO. P. A. C. **A Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e sua Interface com Aspecto de Qualidade de Água: Implicações da Gestão de Recursos Hídricos para o Controle da Poluição Hídrica e para o Setor de Saneamento.** 111p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

LIBANIO, Paulo Augusto Cunha; CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos e NASCIMENTO, Nilo de Oliveira. **A dimensão da qualidade de água: avaliação da relação entre indicadores sociais, de disponibilidade hídrica, de saneamento e de saúde pública.** *Eng. Sanit. Ambient.* [online]. 2005, vol. 10, no. 3, pp. 219-228. ISSN 1413-4152.

LIMA, R. T. de. **Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos: perfil dos moradores da cidade de São Carlos, SP (Bacia Hidrográfica do Rio Monjolinho).** 114p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

LOBO FILHO, H. M. U. **Recursos Hídricos, Saúde e Produção Orgânica de Alimentos - o caso da Cidade de Silvânia – GO.** 80p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás. 2005.

MACHADO, M. F. A. S. **Compreensão das mudanças comportamentais do usuário no PSF por meio da participação habilitadora infantil.** 2007. 197p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MACHADO, C.J.S. Descrição e análise das relações entre gestão de água doce e exercício de cidadania no Brasil contemporâneo. In: MINAYO, M.C.S. e COIMBRA JUNIOR, C.E.A. (org). **Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 549 - 564.

MACHADO, C. J. S. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. **Ambient. soc.** v.6 n.2 Campinas jul./dez. 2003.

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. 9. ed. São Paulo: 2001.

MARCON, G. **Avaliação da Política Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.** 274p. Tese – (Doutorado) – Universidade de São Paulo. 2005.

MEDEIROS, M. M. **Qualidade da água da microbacia do Riacho da Serra, São José do Sabugi, PB.** 98p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, 2006.

MELO, J. P. P. **Águas do Araripe - direito de todos:** Estudo sobre a gestão da bacia do rio salgado. 2008. (mimeografado).

MELO, J. P. P. & LOPES, M. S. V., **Água e saúde na Biorregião do Araripe.** Fundação Araripe, Crato: 2005.

MINAYO, M.C; DESLANDES, S.F. **Caminhos do Pensamento – Epistemologia e Método.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002a.

MINAYO, M.C.S. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: MINAYO, M.C.S (org).Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002b. P.173-189.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa e saúde. São Paulo: Hucitec,2000. 269p.

MINAYO, M. C. Saúde e ambiente: uma relação necessária. In: CAMPOS, G. W. De S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND, M.; CARVALHO, Y. M. de. (org.) **Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo: Hucitec, editora Fiocruz, 2006. p. 93-121.

MISSAGIA, B. de S. **Avaliação da qualidade microbiológica do lago Dom Helvécio, Parque Estadual do Rio Doce - MG, utilizando bactérias de interesse higiênico-sanitário e determinação da susceptibilidade a antimicrobianos de Staphylococcus.** 122p. Dissertação. (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais – 2006.

- MORGAN, L. N. Community participation in health: perpetual allure, persistent challenge. **Health Policy Plan.**, v. 16, n. 3, p. 221-230, 2001.
- MORAES, D. S. L. & JORDÃO, B. Q. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana **Rev. Saúde Pública** v.36 n.3 São Paulo jun. 2002.
- OLIVEIRA, C. C. **Gestão das águas no estado federal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006.
- OLIVEIRA, D.L. A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. **Rev Latino-am Enfermagem** 2005 maio-junho; 13(3):423-31.
- OLIVEIRA, C. S. **Água Potável Distribuição em Manaus Veiculação de Doenças - Uma Análise dos Fatores de Contaminação da População**. 152p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas. 2004.
- PERAZZO, G.M. **Saneamento urbano e qualidade das águas de pequenas obras hídricas na área de Xingó**. 264p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. 2007
- PEREIRA, M. E. **Compartilhando a gestão dos Recursos Hídricos:Joinville e o Rio Cubatão**. 142p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- PEROSA, P. de T. Y. **Regulação dos serviços de saneamento básico - aspectos conceituais e fatores intervenientes**. 101p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2002.
- POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed. 2004. 487p.
- QUERMES, P. **Contradições nos processos de participação cidadã na política nacional de recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos comitês de bacia**. 334p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.
- RIBEIRO, C.A.O. **Contradições nos processos de participação cidadã na política nacional de recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos comitês de bacia**. 166p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. 2006.
- RIBEIRO, K. T. S. **Qualidade sanitária da água em área de influência de duas bacias hidrográficas e saúde humana em Belém-Pa**. 200p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, 2002.

ROCHA, I. B. da. **Meio Ambiente, água e saúde comunitárias**: estudo de caso das linhas Ponte do Pardo e Boa Esperança de Frederico Westphalen. 122p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Luterana do Brasil, 2004.

ROMEU, L. F. da S. **Evolução das condições sanitárias e ambientais na periferia Sul do Município de São Paulo**: estudo de caso, Subprefeitura de Capela do Socorro. 220p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, V. L. M. **Qualidade da Água e Saúde das Famílias: O Caso da Sub-Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Lage/MG**. 103p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. 2002.

SANTOS, I. A. **Participação social, gestão de recursos hídricos e negociação social**: Impasses e perspectivas. 209p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. 2004.

SHIKLOMANOV, I., "World fresh water resources", GLEICK, P. H. (Editor), **Water in Crisis. A Guide to the World's Fresh Water Resources**. Pacific Institute fo Studies in Development, Environment and Security, Stockholm Environmental Institute, p. 13-24, 1998.

SILVA, M. V. da. **Qualidade da Água e Saúde: um estudo com a população do Bairro Alto do Mateus - João Pessoa-PB**. 95p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. 2002.

SOARES, E. M. F. **Proposta de um modelo de sistema de gestão das águas para bacias hidrográficas – SGABH**. 220p. Tese (Doutorado) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SOUZA, A. O. **Água e saúde dos povos indígenas Yanomami (Região do Tootobi, Balawaú, Demini e Paapiu) e Wapishana (Maloca da Malacheta) – Brasil**. 146p. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal de Roraima, 2006.

TEIXEIRA, E. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Editora Cortez, UFBA, Recife: Equip, 2001.

TOLEDO, L. e NICOLELLA, G. Índice de qualidade de água em microbacia sob uso agrícola e urbano. **Sci. agric. (Piracicaba, Braz.)**, jan./mar. 2002, vol.59, no.1, p.181-186. ISSN 0103-9016.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução a pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

TUNDISI, J. G. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. 2. ed. Rima, IIE, São Carlos: 2005.

USEPA – UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. *Risk assessment guidance for superfund*. Human Health Evaluation Manual Part A. EPA/540/1 -89/002. Washington, DC: USEPA, 1989. volume 1.

VALLENAS, S. Sociedade civil: participacion social en el caso de los Comités Locales de Administracion de Salud (CLAS). In: MINAYO, M.C.S. e COIMBRA JUNIOR, C.E.A. (org). **Críticas e Atuantes**: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 357 - 374.

VALENTE, J. P. S; LOPES, C. A. M; CAMINHAS, A. M. T.; HORÁCIO, A. Avaliação bacteriológica dos recursos hídricos do município de Eldorado-Vale do Ribeira (SP). **Rev. Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, v.58, n.2, p.9-13, 1999.

VASCONCELOS, E. M. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental. **Revista Serviço Social & Sociedade**: seguridade social e cidadania. Ano XXII; 65:5-53. 2001.

VILELA, E. M.; MENDES, I. J. M. Entre Newton e Einstein: desmedicalizando o conceito de saúde, Ribeirão Preto: Holos, 2000.

VIVACQUA. M. d. Gestão de recursos hídricos, comitês de bacia hidrográfica e o processo administrativo de arbitragem de conflito pelo uso da água. 217p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, 2005.

WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E. **Introduction to Community Emporwerment, Participation, Education, and Health**. In: Health Education Quarterly: Special Issue Community Emporwerment, Participatory Education, and Health - Part I. Vol 21, 2: 141-170. 1994.

WESTPHAL, Márcia Faria. União Internacional de Promoção da Saúde e Educação para a Saúde: Oficina Regional Latino-Americano-UIPES/ORLA. Brasil, 2005 Disponível em: <http://openlink.br.inter.net/vllima.orka/boletim10.htm>. Acesso em 05 de março de 2007.

_____. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G. W. De S.; MINAYO, M. C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND, M.; CARVALHO, Y. M. de. (org.) **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, editora Fiocruz, 2006. p. 635-667.

APÊNDICES

APÊNDICE A**FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS**

1. Nome _____ 2. Idade _____
3. Escolaridade _____ 4. Estado civil _____
5. Ocupação _____
6. Renda _____
7. Instituição ou entidade que representa no Comitê _____
8. Há quanto tempo participa do comitê _____
9. Participa de câmara técnica _____ qual _____
10. Exerce algum cargo no comitê _____ qual _____

ANOTAÇÕES DAS ENTREVISTAS

APÊNDICE B

IAD - Instrumento de análise do discurso

1ª Questão: Como o senhor(a) define participação? Poderia me explicar o que significa para o senhor(a)?

IAD

RESPOSTAS	EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS CENTRAIS
<p>A1. <u>Tem várias formas de participação, (A) você pode participar de forma institucional é aquela participação que você simplesmente é envolvido porque a forma como as coisas são organizadas tem que acontecer, é de pró forma pode assim dizer, você vai porque foi designado para representar a instituição. Tem a participação efetiva onde você mesmo institucionalmente indicado também por interesse seu ou de sua área ou ideologia, você realmente se envolve porque acredita naquilo. (B)</u> Este último mandato eu enfrentei problemas pessoais que me afastei muito, mas recentemente voltei renovado, <u>discutindo varias questões, me envolvendo na câmara técnica de saneamento (B)</u> (no conselho de desenvolvimento do cariri), me envolvendo com a secretaria de desenvolvimento agrário, <u>minha participação no comitê foi reafirmada porque realmente tenho interesse de dá minha contribuição, principalmente porque sou técnico da área, posso dá minha contribuição para as questões relacionadas a água, para que a água seja bem administrada.(B) Eu quero uma participação efetiva e eu luto por ela. Participação efetiva tem que ter envolvimento.(A)</u> A gente vê sempre as mesmas pessoas. A uma certa regularidade no envolvimento dos outros delegados, agora, a gente percebe que uns estão mais presentes, enquanto</p>	<p>1. Tem várias formas de participação</p> <p>2. Você pode participar de forma institucional é aquela participação que você simplesmente é envolvido porque a forma como as coisas são organizadas tem que acontecer, é de pró forma pode assim dizer, você vai porque foi designado para representar a instituição.</p> <p>3. Tem a participação efetiva onde você mesmo institucionalmente indicado também por interesse seu ou de sua área ou ideologia, você realmente se envolve porque acredita naquilo.</p> <p>4. discutindo varias questões, me envolvendo na câmara técnica de saneamento.</p> <p>5. Minha participação no comitê foi reafirmada porque realmente tenho interesse de dá minha contribuição, principalmente porque sou técnico da área, posso dá minha contribuição para as questões relacionadas a água, para que a água seja bem administrada.</p> <p>6. Eu quero uma</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar tem varias formas (A) ○ Participação institucional é representar uma instituição. (B) ○ Participar efetivamente é representar uma instituição, mas também acreditar no que está envolvido. (B) ○ Discutindo várias questões me envolvendo na câmara técnica. (B) ○ Interesse de contribuir por ser técnico da área. (B) • Participação efetiva tem que ter envolvimento. (A)

<p><u>participação efetiva, outros estão só institucionalmente, eu vejo a participação deles (outros delegados)no sentido de cada um cobrar seu peixe, cada delegado puxa para sua área, do grupo a qual represente. (B)</u> Eles representam um grupo. <u>A participação é fundamental, se não, não haveria comitê de bacia, não haveria democracia, é um grupo multidisciplinar, se cada um não dá o seu pitaco no contexto da gestão de um bem que é a água,(C)</u>que é afetada pelos diversos fatores ou aspectos ambientais como o manejo agrícola, uso de agrotóxico, resíduos sólidos, a floresta, apicultura, tudo se relaciona de uma forma muito forte <u>se alguém se omitir, de participar com suas contribuições em sua área específica certamente não haverá atividade do processo de gestão dos recursos hídricos.(C)</u></p>	<p>participação efetiva e eu luto por ela. Participação efetiva tem que ter envolvimento.</p> <p>7. A gente vê sempre as mesmas pessoas. A certa regularidade no envolvimento dos outros delegados, agora, a gente percebe que uns estão mais presentes, enquanto participação efetiva, outros estão só institucionalmente.</p> <p>8. A participação deles (outros delegados)no sentido de cada um cobrar seu peixe, cada delegado puxa para sua área, do grupo a qual represente.</p> <p>9. A participação é fundamental, se não, não haveria comitê de bacia, não haveria democracia, é um grupo multidisciplinar, se cada um não dá o seu pitaco no contexto da gestão de um bem que é a água (...) se alguém se omitir de participar com suas contribuições em sua área específica certamente não haverá atividade do processo de gestão dos recursos hídricos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Regularidade no envolvimento dos delegados, uns participam efetivamente e outros institucionalmente. (B) ○ Cada delegado representa seu grupo.(B) ✓ A participação é fundamental para o processo de gestão dos recursos hídricos. (C)
<p><u>A2. É ser atuante, está sempre a disposição, está a disposição das ações que são levadas ao comitê, discutir as problemática, não ser só um passivo (só ouvir), mas está ativo,(A)</u> <u>ajudando colaborando, levando e trazendo e discutindo os problemas que devem ser discutidos no comitê.(B)</u> Minha participação <u>acontece de uma forma bem engajadora, eu sempre estou levando informações de saúde, debate as informações que são trabalhadas lá que tem relação</u></p>	<p>10. É ser atuante, está sempre a disposição, está a disposição das ações que são levadas ao comitê, discutir as problemática, não ser só um passivo (só ouvir), mas está ativo.</p> <p>11. Ajudando colaborando, levando e trazendo e discutindo os problemas que devem ser discutidos no comitê.</p> <p>12. Acontece de uma forma bem engajadora, eu sempre estou levando</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é ser ativo, atuante, é levar e trazer as questões. (A) ○ Participar é estar a disposição para discutir os problemas no comitê.(B) ○ Debate as informações de saúde já que

<p><u>com a saúde, já que eu represento uma instituição de saúde, meu foco principal no comitê da bacia é trabalhar a vigilância ambiental em saúde relacionada a qualidade da água para consumo humano. (B)</u></p> <p><u>O comitê é um órgão que na minha visão ele é bem participativo, todos participam, tanto nós as instituições como também o pessoal da sociedade civil, eu observo que eles tem uma representação e uma participação muito ativa.(B)</u></p> <p><u>Todos são importantes e são muito atuantes, eles todos os outros participantes das outras entidades levam sempre propostas para minimizar, melhorar e buscar soluções, pra toda a área do comitê, cada um em sua localidade, em sua área de sua área de atuação, defendendo interesse da coletividade que representa, não vejo defender interesse próprio mas o interesse da sua área, da coletividade da sua área. Os delegados trabalham pelo coletivo. (C)</u></p>	<p>informações de saúde, debato as informações que são trabalhadas lá que tem relação com a saúde, já que eu represento uma instituição de saúde, meu foco principal no comitê da bacia é trabalhar a vigilância ambiental em saúde relacionada a qualidade da água para consumo humano.</p> <p>13. O comitê é um órgão que na minha visão ele é bem participativo, todos participam, tanto nós as instituições como também o pessoal da sociedade civil, eu observo que eles têm uma representação e uma participação muito ativa.</p> <p>14. todos são importantes e são muito atuantes, eles todos os outros participantes das outras entidades levam sempre propostas para minimizar, melhorar e buscar soluções, pra toda a área do comitê, cada um em sua localidade, em sua área de atuação, defendendo interesse da coletividade que representa, não vejo defender interesse próprio mas o interesse da sua área, da coletividade da sua área. Os delegados trabalham pelo coletivo.</p>	<p>represento uma instituição de saúde. Meu foco é a vigilância em saúde ambiental. (B)</p> <p>○ O comitê é participativo todos participam de forma ativa(B)</p> <p>✓ propostas para minimizar, melhorar e buscar soluções, pra toda a área do comitê defendendo interesse da coletividade (C)</p>
<p><u>A3. é ter consciência da importância do seu papel para a tomada de decisão, saber que representa uma coletividade e não você mesmo, então participação é consciência social. (A) Os delegados têm um posicionamento muito bom nas reuniões, vem se apropriando dos problemas,</u></p>	<p>15. é ter consciência da importância do seu papel para a tomada de decisão, saber que representa uma coletividade e não você mesmo, então participação é consciência social.</p> <p>16. Os delegados têm um posicionamento muito</p>	<p>• Participar é consciência social é representar uma coletividade. (A)</p> <p>✓ Os delegados vem se apropriando dos problemas, buscam soluções pela</p>

<p><u>buscam soluções de problemas, atuam pela questão do equilíbrio ambiental da bacia.</u> (C)</p> <p><u>A participação dos delegados tem influenciado totalmente na gestão dos recursos hídricos, principalmente porque nossa região é uma área de grandes conflitos, principalmente aqui no Crato, por causa da privatização das fontes de água, tinha um grande conflito na perenização do riacho dos porcos e do rio carás, e com a participação dos usuários, com um processo de organização isso melhorou praticamente 100%.</u> (C) no riacho dos porcos que anteriormente tinha 2 usuários de toda a vazão liberada pelo açude, hoje tem 62Km de leito perenizado com mais de 1000 hectares irrigado, isso é um ponto muito positivo e só aconteceu não só pela presença da cogerh na região mas principalmente pela participação dos usuários no processo de gestão. <u>É encaminhar as demandas, está preocupado com resultados e com a capacitação dos delegados.</u> (C)</p>	<p>bom nas reuniões, vem se apropriando dos problemas, buscam soluções de problemas, atuam pela questão do equilíbrio ambiental da bacia.</p> <p>17. A participação dos delegados tem influenciado totalmente na gestão dos recursos hídricos, principalmente porque nossa região é uma área de grandes conflitos, principalmente aqui no Crato, por causa da privatização das fontes de água. Com a participação dos usuários, com um processo de organização isso melhorou praticamente 100%</p> <p>18. É encaminhar as demandas, está preocupado com resultados e com a capacitação dos delegados.</p>	<p>questão do equilíbrio ambiental. (C)</p> <p>✓ A participação dos delegados tem influenciado totalmente na gestão dos recursos hídricos nossa região é uma área de conflitos e com a participação melhorou 100%. (C)</p> <p>✓ É encaminhar as demandas, está preocupado com resultados e com a capacitação dos delegados. (C)</p>
<p><u>A4. É encaminhar os problemas e buscar soluções, isto é participação. É resolver questões.</u> (A) <u>A participação no comitê se dá através do colegiado que tenta resolver algumas questões localizadas dentro da bacia, alguns problemas ocorridos na bacia do salgado já foram resolvidos através do comitê.</u> (C) <u>Há uma participação efetiva, consistente que tem contribuído para as mudanças.</u>(B) <u>Os que estão participando do comitê eu considero todos como participantes ativos, que querem o melhor para a população.</u>(B) <u>A gente tem trabalhado no sentido de beneficiar essas</u></p>	<p>19. É encaminhar os problemas e buscar soluções, isto é participação. É resolver questões.</p> <p>20. A participação no comitê se dá através do colegiado que tenta resolver algumas questões localizadas dentro da bacia. Alguns problemas ocorridos na bacia do salgado já foram resolvidos através do comitê.</p> <p>21. Uma participação efetiva, consistente que tem contribuído para as mudanças.</p>	<p>• Participar é encaminhar problemas e buscar soluções (A)</p> <p>✓ Participar no comitê é resolver algumas questões e problemas da bacia. (C)</p> <p>○ Participação efetiva, consistente contribuindo para mudanças. (B)</p> <p>○ Os participantes do</p>

<p><u>associações que representamos, beneficiar a coletividade tem trabalho também em algumas colônias de pesca, já fizemos trabalho de organização de colônia de pesca, criação de colônia de pesca em alguns açudes. Tudo isso via comitê, através da participação, pois o comitê tem força e a câmara técnica leva as temáticas para o comitê. (B)</u></p> <p>Nós estamos trabalhando junto ao IBAMA que fez notificação dos açudes cobrando uma taxa que a gente acha que é uma sobretaxa de trabalho com organismos vivos dentro dos açudes, mas nós já pagamos a SEMACE, então estamos via comitê e câmara técnica recorrendo para que isso seja isentado e esta taxa seja retirada. <u>Então a participação no Comitê é que contribui com a questão da pesca e melhora a qualidade de vida da população. O comitê é um colegiado com muita força e tudo isso por causa da participação que faz com que as questões tenham resolução. (C)</u></p>	<p>22. Os que estão participando do comitê eu considero todos como participantes ativos, que querem o melhor para a população.</p> <p>23. A gente tem trabalhado no sentido de beneficiar essas associações que representamos, tem trabalhado também em algumas colônias de pesca, já fizemos trabalho de organização de colônia de pesca, criação de colônia de pesca em alguns açudes. Tudo isso via comitê, através da participação, pois o comitê tem força e a câmara técnica leva as temáticas para o comitê.</p> <p>24. Então a participação no Comitê é que contribui com a questão da pesca e melhora a qualidade de vida da população. O comitê é um colegiado com muita força e tudo isso por causa da participação que faz com que as questões tenham resolução.</p>	<p>comitê são participantes ativos que querem o melhor para a população. (B)</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ A câmara técnica leva temáticas para o comitê para beneficiar as associações que representamos (B) ✓ a participação que faz com que as questões tenham resolução.(C)
<p>A5. <u>Participação é ser informado quanto as discussões para poder ter propostas de encaminhamento. É ser atuante ter representação com propostas viáveis. (A)</u> Sou delegado, <u>participo de todas as decisões, estou em todas as reuniões e na câmara técnica. Hoje é uma participação muito boa porque no primeiro momento não existia a compreensão do que era isso, o que representava o comitê, agora há uma participação muito boa, (B).</u></p> <p><u>Está ligada a compreensão de que a água é um produto fundamental, que os cidadãos</u></p>	<p>25. Participação é ser informado quanto as discussões para poder ter propostas de encaminhamento</p> <p>26. É ser atuante ter representação com propostas viáveis.</p> <p>27. Participo de todas as decisões, estou em todas as reuniões e na câmara técnica.</p> <p>28. é uma participação muito boa porque no primeiro momento não existia a compreensão do que era isso, o que representava o comitê, agora há uma</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é ser informado para poder encaminhar (A) • Participar é ser atuante e ter propostas viáveis. (A) ○ Participo de todas as reuniões e câmara técnica (B) ○ Participação muito boa a partir da compreensão do que representa o

<p><u>precisam participar, não pode ser uma gestão só do setor público, mas todos têm e podem participar, para isso é importante saber quais os mecanismo para participar, tem que saber que o comitê é esse mecanismo de participação. (B)</u></p>	<p>participação muito boa 29. Está ligada a compreensão de que a água é um produto fundamental, que os cidadãos precisam participar, não pode ser uma gestão só do setor público, mas todos têm e podem participar, para isso é importante saber quais os mecanismo para participar, tem que saber que o comitê é esse mecanismo de participação.</p>	<p>comitê. (B)</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Participação ligada a compreensão de que a água é um produto fundamental, que os cidadãos precisam participar.(B)
<p>A6. 80% dos delegados estarem sempre participando, a reunião é trimestral, embora haja outras reuniões das comissões técnicas que são previamente marcadas. <u>Então é ser ativo está presente em tudo que acontece. (A)</u> Sou delegado <u>represento a cagece de Juazeiro, é uma participação ativa, participo de tudo que acontece inclusive das câmaras técnicas. (B)</u> É uma participação voluntária mas é excelente, no meu caso a Cagece me libera pra estas reuniões, <u>minha instituição tem interesse em ter representação dela dentro do comitê, junto com todo o colegiado. (B)</u> É uma participação ativa, (todos estão presente, com debate, discussão para chegar a um ponto comum) nesse momento tem uma grande preocupação do mundo quanto a esta questão da água, preservação dos recursos ambientais, principalmente, a água é essencial a todos nós. <u>A gente discute no comitê e encaminha a COGERH ou a outro órgão competente, na</u></p>	<p>30. é ser ativo está presente em tudo que acontece,</p> <p>31. Represento a cagece de Juazeiro, é uma participação ativa, participo de tudo que acontece inclusive das câmaras técnicas</p> <p>32. a Cagece me libera pra estas reuniões e tem interesse em ter representação dela dentro do comitê, junto com todo o colegiado.</p> <p>33. a gente discute no comitê e encaminha a COGERH ou a outro órgão competente, na reunião os delegados chegam e fazem uma determinada situação que na sub bacia tá acontecendo algo, então a diretoria ouve e encaminha.</p> <p>34. a participação é fundamental para acontecer os encaminhamentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é estar presente e ativo. (A) ○ Participação ativa e na câmara técnica (B) ○ A instituição tem Interesse em ter representação dentro do comitê. (B) ✓ Participação no comitê acontece com discussão e encaminhamento (C) ✓ a participação é fundamental para acontecer os encaminhamentos (C)

<p><u>reunião os delegados chegam e fazem uma determinada situação que na sub bacia tá acontecendo algo, então a diretoria ouve e encaminha.</u> (C) Para encaminhar é preciso que haja discussão e todos votem então <u>a participação é fundamental para acontecer os encaminhamentos.</u> (C)</p>		
<p><u>A7. Participar no comitê é a ação de estar envolvido em tudo que se relaciona com a questão do meio ambiente e RH.</u>(B) <u>Participação é a coisa mais importante que foi criada, porque descentralizou os trabalhos é democracia, você puder ter voz e voto, agir pelo bem de toda a comunidade, buscar consenso</u> (A) hoje a própria comunidade ta consciente defendendo assim o meio ambiente e trabalhando para fazer um viveiro de plantas, e assim reflorestar o açude, por exemplo. <u>Eu participo defendendo os usuários, que teve grande conflito com o funcionário do DNOCS, como também trazendo melhoria pra comunidade,</u> (A) como por exemplo, projeto, já temos um projeto em andamento de apicultura, nosso povo já foi capacitado e estamos com outro projeto de ave, <u>utilizando o comitê para trazer projetos para que a comunidade sobreviva sem degradar o açude. Através do comitê de bacia a gente pode melhorar a qualidade de vida através desses projetos que vem via comitê sem degradar a bacia.</u> (C) Antigamente era</p>	<p>35. Participar no comitê é a ação de estar envolvido em tudo que se relaciona com a questão do meio ambiente e RH.</p> <p>36. Participação é a coisa mais importante que foi criada, porque descentralizou os trabalhos é democracia, você puder ter voz e voto, agir pelo bem de toda a comunidade, buscar consenso</p> <p>37. Eu participo defendendo os usuários, que teve grande conflito com o funcionário do DNOCS, como também trazendo melhoria pra comunidade.</p> <p>38. utilizando o comitê para trazer projetos para que a comunidade sobreviva sem degradar o açude. Através do comitê de bacia a gente pode melhorar a qualidade de vida através desses projetos que vem via comitê sem degradar a bacia. (...) com a participação no comitê, conseguiu-se resolver a maioria dos problemas, antigamente era obrigado vim polícia pra parar a pulverização que matava os peixes do açude, hoje a própria comunidade ta</p>	<p>o Participar no comitê é está envolvido nas questões ambientais.(B)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar é democracia, descentralização, ter voz, voto e agir pela comunidade. (A) • participo defendendo os usuários como também trazendo melhoria pra comunidade. (A) <p>✓ utilizando o comitê para trazer projetos para que a comunidade sobreviva sem degradar o açude e resolver a maioria dos problemas (C)</p> <p>o Delegados que estão no comitê com objetivo de resolver os</p>

<p>só o DNOCS e com isso as coisas eram mais complicadas, o açude Manoel Baubino, teve coisas acumuladas, problemas, conflitos depois dessa descentralização, <u>com a participação no comitê, conseguiu-se resolver a maioria dos problemas, antigamente era obrigado vim polícia pra parar a pulverização que matava os peixes do açude, hoje a própria comunidade ta consciente que não pode fazer esse manejo, (C) Muitos delegados que em vez de assumir o cargo, faltam nas reuniões, mas aqueles delegados que estão no comitê com objetivo de resolver os problemas continuam, tem muita participação. Agora aqueles que queriam só um cargo não continuam. Todos os delegados têm que defender, no meu caso sou defensor do açude Manuel Balbino estou lá para defender a qualquer custo os moradores do contorno do açude, defender o coletivo. (B) <u>Então a participação de todos os delegados do comitê é de fundamental importância para que possa resolver esses problemas, os conflitos, é onde a gente conseguiu interferir em todas as ações do administrador do açude. A participação no comitê facilitou a resolução e decisões em prol da comunidade e não em prol de um único grupo de pessoas. Como foi o caso do conflito com o administrador do</u></u></p>	<p>consciente que não pode fazer esse manejo</p> <p>39. Muitos delegados que em vez de assumir o cargo, faltam nas reuniões, mas aqueles delegados que estão no comitê com objetivo de resolver os problemas continuam, tem muita participação. Agora aqueles que queriam só um cargo não continuam.</p> <p>40. Todos os delegados têm que defender, no meu caso sou defensor do açude Manuel Balbino estou lá para defender a qualquer custo os moradores do contorno do açude, defender o coletivo.</p> <p>41. Então a participação de todos os delegados do comitê é de fundamental importância para que possa resolver esses problemas, os conflitos, é onde a gente conseguiu interferir em todas as ações do administrador do açude. A participação no comitê facilitou a resolução e decisões em prol da comunidade e não em prol de um único grupo de pessoas. Como foi o caso do conflito com o administrador do açude.</p>	<p>problemas continuam, tem muita participação aqueles que queriam só um cargo não continuam(B)</p> <p>o Defender os moradores do contorno do açude, defender o coletivo. (B)</p> <p>✓ a participação de todos os delegados do comitê é de fundamental importância para resolver os conflitos (C)</p>
---	--	--

<p><u>açude.</u> (C)</p> <p>O administrador do açude usava seu poder, para prejudicar os pais de família, ou o povo fazia o que ele queria ou automaticamente ele colocava para fora da área, era um meio de escravizar o povo, e com a participação no comitê conseguimos resolver esse problema com a participação de todos os delegados.</p>		
<p>A8. <u>a participação nossa como representante do comitê da bacia, é uma posição muito importante, compartilhar, depende das coisas do interesse que se dá e depende dos usuários . porque nós representamos um grupo. (B)Então participar é poder opinar, dar sugestões, saber ouvir, para poder discernir o que é melhor e votar, é opinar, dar sugestões ouvir, refletir para dar sugestões e encaminhar as propostas. (A) Eu opino, aprovo as coisas que são boas para nós, eu sou um representante legal das outras associações aqui do Crato, então eu tenho que opinar, não baseado só na minha, mas no que seja bom para o nosso grupo. Eu procuro está sempre atualizado com todos os fatos porque como a gente lá tem liberdade de acompanhar tudo que se refere ao comitê, de perguntar, então eu procuro ficar sempre atualizado com</u></p>	<p>42. a participação nossa como representante do comitê da bacia, é uma posição muito importante, compartilhar, depende das coisas do interesse que se dá e depende dos usuários . Porque nós representamos um grupo.</p> <p>43. participar é poder opinar, dar sugestões, saber ouvir, para poder discernir o que é melhor e votar, é opinar, dar sugestões ouvir, refletir para dar sugestões e encaminhar as propostas.</p> <p>44. Eu opino, aprovo as coisas que são boas para nós, eu sou um representante legal das outras associações aqui do Crato, então eu tenho que opinar não baseado só na minha, mas no que seja bom para o nosso grupo</p> <p>45. procuro está sempre atualizado com todos os fatos porque como a gente lá tem liberdade de acompanhar tudo que se refere ao comitê, de perguntar, então eu</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Participar é representar o comitê compartilhando o interesse de um grupo. (B) • Participar é opinar, dar sugestões, saber ouvir e discernir o melhor. (A) ○ Eu opino, aprovo as coisas que são boas para nós baseado no que seja bom para o grupo (B) ○ está sempre atualizado com todos os fatos que acontece no comitê.(B)

<p>tudo que acontece lá. (B)Cada delegado defende aquilo que é importante para aquele grupo que ele está representando, mas sempre tem o bom senso, pensa sempre no grupo inteiro. Como a gente, nós usuários, tá mais perto do povão a gente tá lá opinando, porque <u>antes de haver o comitê de bacia as águas dos açudes eram desperdiçadas, eram soltas a todo vapor, muitas vezes não era aproveitada e servia somente de lazer, e depois de criado o comitê nós é que determinamos a quantidade de água a ser liberada.</u> (C) e pra isso a gente procura fazer de uma forma que não falte para o usuário e nem desperdice a água que tem nos açudes, ela não seja estruída, então só aquela quantidade que der para trabalhar, que o usuário usufrua dela mas que não falte nem pra ele e nem seque os açudes.</p>	<p>procuro ficar sempre atualizado com tudo que acontece lá 46. antes de haver o comitê de bacia as águas dos açudes eram desperdiçadas, eram soltas a todo vapor, muitas vezes não era aproveitada e servia somente de lazer, e depois de criado o comitê nós é que determinamos a quantidade de água a ser liberada,</p>	<p>✓ Através da participação reduziu o desperdício de água dos açudes (C)</p>
<p>A9. Eu tive dois momentos de compreensão, antes da minha atuação efetiva no comitê e de aprofundar leituras sobre o conceito de participação eu entendia que <u>participar era estar nos lugares onde há o processo de decisão coletiva e falar.</u> (A) depois que eu comecei a militância dentro do comitê eu compreendi e depois fortaleci pela leitura que <u>participação está relacionado não só ao ato de se expressar, mais ao ato de agir e até o de calar, permitindo que outras pessoas também participem.</u></p>	<p>47. participar era estar nos lugares onde há o processo de decisão coletiva e falar. 48. comecei a militância dentro do comitê eu compreendi e depois fortaleci pela leitura que participação está relacionado não só ao ato de se expressar, mais ao ato de agir e até o de calar, permitindo que outras pessoas também participem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é estar coletivamente discutindo e falando (A) ○ Participar no comitê não é só o ato de se expressar, mas o ato de agir e calar.(B) ○ assumir responsabilidade por conversar com as pessoas, discordar delas, mostrar o processo

<p>(B) Eu sou um militante que quer dizer o seguinte, não é por falta de um grito que a boiada se perde eu estando em uma assembléia, e como o processo de participação em um ambiente como o comitê, ele precisa de iniciativa que significa exposição, significa compromisso, responsabilidade e a <u>minha presença no comitê foi muito pautada por assumir responsabilidade por conversar com as pessoas, discordar delas, tentar mostrar principalmente o processo de decisão, garantir que a participação dentro do colegiado não fosse algo sem conseqüência, essa é uma das grandes insistências minhas</u>(B) creio que tive bastante dificuldade. <u>Para haver participação efetiva é preciso que as pessoas estejam presentes.</u> (A)</p> <p>Dentro do comitê hoje a gente tem uma participação que se restringe a uma média, nos últimos 4 anos de 49% a 50% em termo a quantidade de delegados e números de reuniões e participação nelas, eu compreendo que essa participação não está associado somente com querer participar, tem haver com um conjunto de fatores que está relacionado a prioridade dessas pessoas, a nível de condições financeiras dessas pessoas, não dá pra fazer uma análise de qualidade no sentido de dizer que eles não participam por que não querem, não, não é bem isso não, mas quando eles participam do comitê,</p>	<p>49. minha presença no comitê foi muito pautada por assumir responsabilidade por conversar com as pessoas, discordar delas, tentar mostrar principalmente o processo de decisão, garantir que a participação dentro do colegiado não fosse algo sem conseqüência, essa é uma das grandes insistências minhas</p> <p>50. Para haver participação efetiva é preciso que as pessoas estejam presentes.</p> <p>51. eu vejo que a participação do comitê é diferenciada, é um grupo de fato qualificado, entre pessoas do segmento mais humilde de usuários ao mais qualificado em termo de secretaria executiva.</p>	<p>de decisão(B)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para haver participação efetiva é preciso que as pessoas estejam presentes. (A) ○ grupo qualificado do segmento mais humilde de usuários ao mais qualificado(B)
---	--	--

<p>desde o primeiro momento, eu ingressei em 2002, que <u>eu vejo que a participação do comitê é diferenciada, é um grupo de fato qualificado, entre pessoas do segmento mais humilde de usuários ao mais qualificado em termo de secretaria executiva. (B)</u> A participação é fundamental. A gente analisou durante certo período que era conveniente ter uma plenária de 50 delegados que seria difícil de reunir em lugares diferentes, entretanto a gente diminuir a participação dessas pessoas por critério de natureza burocrática seria minimizar para a minha compreensão a importância da participação dos seguimentos em quantidade dentro do comitê; eu acho preferível você ter uma plenária com 50 delegados onde a participação se dar não necessariamente na sua totalidade, mais que ele possa participar quando houver a oportunidade eu acho que é válido e não há prejuízo no resultado da participação dessas pessoas não.</p>		
<p>A10. <u>Participação não precisa ser simplesmente organizada nem colegiada, é democracia, busca do consenso de forma trabalhada, é aglutinar forças para conseguir objetivos. (A)</u> <u>No caso do comitê essas forças são aglutinadas em torno de um objetivo que é a gestão dos RH. (B)</u> Por ex. a gente quando vai fazer uma reunião no sítio tem que evitar palavras científicas como as</p>	<p>52. Participação não precisa ser simplesmente organizada nem colegiada, é democracia, busca do consenso de forma trabalhada, é aglutinar forças para conseguir objetivos. 53. No caso do comitê essas forças são aglutinadas em torno de um objetivo que é a gestão dos RH 54. a participação está</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é democracia, conseguir os objetivos, não precisa ser organizada nem colegiada. (A) ○ Participar no comitê tem que ter um objetivo comum e está ligada ao esclarecimento da

<p>vezes você fala que a água ta contaminada com coliformes fecais e a comunidade não vai entender, tem que dizer que a água tem fezes. Então <u>a participação está ligada ao nível de esclarecimento da população, as pessoas têm que entender porque estão ali.</u> (A) <u>Através da minha participação e de outros delegados influenciar nas decisões do comitê para beneficiar a comunidade, provocar mudanças.</u> (C) Principalmente nas reuniões ordinárias, mas <u>existem as reuniões de câmaras técnicas com questões específicas.</u> <u>A participação pode influenciar as mudanças.</u> (C) por ex. a audiência publica sobre as privatizações das fontes do Crato, já está sendo encaminhado um processo de desapropriação, retirada dos canos, a vazão ecológica vai ser garantida. Os delegados são distribuídos geograficamente dentro da bacia, então eles <u>contribuem com problemas específicos de cada local ou com problemas específicos de atividades, sejam de pescadores, usuários do abastecimento público, então esta participação é um processo de formação e vão enriquecendo as pessoas.</u> (C) o que tem que ter cuidado é com a questão do academicismo, algumas pessoas tem mestrado doutorado e puxam o debate acadêmico, então tem que ter cuidado de nivelar, não é que a gente vá promover incentivar o não estudo, não, é ter cuidado em nivelar as</p>	<p>ligada ao nível de esclarecimento da população, as pessoas têm que entender porque estão ali.</p> <p>55. Através da minha participação e de outros delegados influenciar nas decisões do comitê para beneficiar a comunidade, provocar mudanças</p> <p>56. Existem as reuniões de câmaras técnicas com questões específicas.</p> <p>57. A participação pode influenciar as mudanças (...) contribuem com problemas específicos de cada local ou com problemas específicos de atividades, sejam de pescadores, usuários do abastecimento público, então esta participação é um processo de formação e vão enriquecendo as pessoas,</p>	<p>população.(B)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar é esclarecer a população buscando que estas entendam o porquê de estar ali. (A) ✓ influenciar nas decisões do comitê para beneficiar a comunidade, provocar mudanças (C) ○ reuniões de câmaras técnicas com questões específicas(B) ✓ A participação pode influenciar as mudanças é um processo de formação (C)
---	--	--

<p>informações, ter capacitação diária, recentemente teve uma especialização em parceria com a UFC, mas esta não envolveu todo mundo, então tem que se pensar em capacitação que possa envolver todo mundo.</p>		
<p>A11. <u>É induzir ações de forma direta (através dos encaminhamentos) ou indireta (fazendo barulho na imprensa), (A) tem que demonstrar preocupação no caso com a preservação e recuperação da bacia do salgado. Minha participação é técnica, dentro da câmara técnica de pesca e aqüicultura. Na minha percepção, a participação no comitê ainda ta muito embrionária essa participação e o que é decidido pra ser levada a causa, ainda falta alguma celeridade, pra que as decisões do comitê sejam finalizadas, (B) como tudo no Brasil, talvez, ainda passe por essa demora, tem reunião, decisões, mais entre as decisões serem tomadas ainda existe uma lacuna muito grande. É uma participação importante, a partir do momento que foi formado o comitê, acredito que já se tenha uma disposição em trabalhar aqueles recursos, no caso trabalhar os recursos hídricos, então é não deixar morrer esse tipo de ação, é não cair no esquecimento,</u></p>	<p>58. É induzir ações de forma direta (através dos encaminhamentos) ou indireta (fazendo barulho na imprensa) 59. demonstrar preocupação no caso com a preservação e recuperação da bacia do salgado. 60. Participação é técnica, dentro da câmara técnica de pesca e aqüicultura. Na minha percepção, ainda ta muito embrionária essa participação e o que é decidido pra ser levada a causa, ainda falta alguma celeridade, pra que as decisões do comitê sejam finalizadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é induzir ações de forma direta ou indireta. (A) ○ Participar é preocupar-se com as questões da bacia do salgado. (B) ○ Participação é técnica muito embrionária (B)
<p>A12. A compreensão da</p>	<p>61. no comitê seria a</p>	<p>○ Participar é ter</p>

<p>importância do cidadão nos processos decisórios das políticas públicas e <u>no comitê seria a consciência da presença proativa dos membros do comitê ela interfere diretamente na proposição da política de gestão dos rh. (B)</u> (ser proativo é ser atuante, colaborar nas decisões, ser presente com consciência crítica) <u>Tenho uma participação muito forte, ativa, estou sempre presente, propondo questões, (A)</u> especificamente no programa de 1 milhão de cisternas do governo federal e esse programa tem que ser discutido no comitê, infelizmente o comitê não se apropriou tanto quanto deveria, assim como outros programas, de outras políticas públicas, acaba se isolando um pouco de outras questões, parece que aquilo que não é proposto pela cogerh não é da ossada do comitê. É preciso se integrar com outros programas, outras políticas, até a bolsa família, pois parece não ter relação com a água, mas tem, mesmo que não diretamente, como a segurança alimentar e nutricional, a água também é alimento, então é preciso o comitê se apropriar mais de outras questões. <u>Participa de tudo desde o planejamento de todas as atividades, através de suas câmaras técnicas, trazendo o que é discutido em suas comunidades, então, eles participam na gestão do próprio comitê, debate, deliberam ações. (B)</u>O comitê é um meio para as discussões que devem ser socializadas. Em primeiro lugar <u>é necessário capacitação, que é imprescindível, pois a qualidade dessa participação se dá na medida em que se compreende o processo, e isso não deve chegar no comitê, que espera que todo mundo chegue pronto para isso, com formação</u></p>	<p>consciência da presença proativa dos membros do comitê ela interfere diretamente na proposição da política de gestão dos recursos hídricos.</p> <p>62. Tenho uma participação muito forte, ativa, estou sempre presente, propondo questões.</p> <p>63. Participa de tudo desde o planejamento de todas as atividades, através de suas câmaras técnicas, trazendo o que é discutido em suas comunidades, então, eles participam na gestão do próprio comitê, debate, deliberam ações.</p> <p>64. é necessário capacitação, que é imprescindível, pois a qualidade dessa participação se dá na medida em que se compreende o processo, e isso não deve chegar no comitê, que espera que todo mundo chegue pronto para isso, com formação específica na área, lapidado, não é assim, a participação se aprende e se conquista, mas isso deve ser facilitado a essas pessoas</p>	<p>consciência crítica com relação aos recursos hídricos, ser atuante.(B)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tenho uma participação ativa estou sempre presente, propondo questões. (A) ○ Participa de tudo desde a câmara técnica participam na gestão do próprio comitê (B) ○ A participação se aprende e se conquista para isso é necessário capacitação (B)
--	---	--

<p><u>especifica na área, lapidado, não é assim, a participação se aprende e se conquista, mas isso deve ser facilitado a essas pessoas. (B)</u></p>		
<p><u>A13. é observar os problemas, discutir em assembleias, aprovar, encaminhar as proposta, então participação é estar presente e depois ter retorno das discussões. (A)</u> <u>participação também envolve comunicação, porque você participa por uma instituição e não por você sozinho. (B)</u> <u>Os delegados atuam nas suas áreas, nas suas sub bacias, vendo os problemas, trazendo para o comitê as reivindicações na forma de requerimento para aprovação na reunião, quando aprovado a diretoria do comitê encaminha aquelas solicitações, então tem uma participação ativa todos participam, trazem as demandas a serem encaminhadas as propostas de resolução dos problemas. (C)</u> É muito importante porque é um colegiado misto, que a gente tem representantes de ONG, representantes governamentais, então <u>é muito importante porque todos somos fiscalizadores dos problemas relacionados aos recursos hídricos para tentar corrigir os problemas que possam trazer transtornos ao abastecimento, poluição das águas, então a partir da participação, fiscaliza os problemas para resolver os problemas que estão ocorrendo em relação aos recursos hídricos em determinada área da bacia. (C)</u></p>	<p>65. é observar os problemas, discutir em assembleias, aprovar, encaminhar as proposta, então participação é estar presente e depois ter retorno das discussões.</p> <p>66. participação também envolve comunicação, porque você participa por uma instituição e não por você sozinho.</p> <p>67. Os delegados atuam nas suas áreas, nas suas sub bacias, vendo os problemas, trazendo para o comitê as reivindicações na forma de requerimento para aprovação na reunião, quando aprovado a diretoria do comitê encaminha aquelas solicitações, então tem uma participação ativa todos participam, trazem as demandas a serem encaminhadas as propostas de resolução dos problemas.</p> <p>68. é muito importante porque todos somos fiscalizadores dos problemas relacionados aos recursos hídricos para tentar corrigir os problemas que possam trazer transtornos ao abastecimento, poluição das águas, então a partir da participação, fiscaliza os problemas para resolver os</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é estar presente, observar, discutir, aprovar, encaminhar propostas e ter retorno das decisões. (A) ○ Participar é comunicação envolvendo uma instituição e não seus interesses. (B) ✓ Os delegados trazem suas demandas tem participação ativa encaminham as propostas para resolução de problemas.(C) ✓ Somos fiscalizadores dos problemas relacionados aos recursos hídricos para corrigir (C)

	problemas que estão ocorrendo em relação aos recursos hídricos em determinada área da bacia.	
<p>A14. <u>É você trocar idéias, é você discutir idéias, opinar, é um processo no qual o conhecimento é fundamental, pois você só participa se tiver conhecimento do que vai representar e discutir. (A)</u></p> <p>Participação, portanto, envolve a necessidade de conhecer. Se nós fizéssemos realmente o papel que os delegados devem fazer, não que nós não estejamos fazendo nosso papel, mas eu acho muito pouco ainda, por uma série de fatores, então eu penso que <u>é muito importante para a gestão dos RH, eu acho um grande avanço a implantação do comitê de bacia, que é importantíssimo para a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada, (B)</u> mas ainda deixa muito a desejar.</p>	<p>69. É você trocar idéias, é você discutir idéias, opinar, é um processo no qual o conhecimento é fundamental, pois você só participa se tiver conhecimento do que vai representar e discutir</p> <p>70. é muito importante para a gestão dos RH, eu acho um grande avanço a implantação do comitê de bacia, que é importantíssimo para a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é conhecer a idéia de quem vai representar e discutir. (A) ○ Implantação do comitê de bacia é um grande avanço para a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada (B)
<p>A15. <u>Participação não é só estar presente nas reuniões, mas fazer parte das discussões, conhecer a realidade, observar essa realidade (B)</u> no caso do comitê observar os açudes, averiguar a situação dos ribeirinhos, então participação não é só na reunião, mas no dia-a-dia da comunidade. <u>Tem que observar os problemas, discutir para nas reuniões poder discutir melhor, opinar, ter propostas para encaminhar que seja viável para toda a comunidade. (A)</u></p> <p>Nós <u>Discutimos a alocação de água a partir da situação da bacia, e da situação dos</u></p>	<p>71. Participação não é só estar presente nas reuniões, mas fazer parte das discussões, conhecer a realidade, observar essa realidade.</p> <p>72. Tem que observar os problemas, discutir para nas reuniões poder discutir melhor, opinar, ter propostas para encaminhar que seja viável para toda a comunidade.</p> <p>73. Discutimos a alocação de água a partir</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Participar não é só estar presente nas reuniões do comitê é conhecer e discutir a realidade dos Recursos hídricos. (B) • Participar é conhecer os problemas, Discutir e encaminhar de acordo com a necessidade da comunidade. (A) ✓ Discutir a situação da bacia

<p><u>açudes, discutimos projetos relacionados a pesca, encaminhamos as propostas de cada grupo, a gente faz encaminhamentos a partir da realidade que a gente representa.</u> (C) todos fazem assim, tem que conhecer a sua realidade para poder encaminhar as propostas, então cada delegado coloca a realidade da área que representa no caso a gente representa a sociedade civil, principalmente no meu caso a realidade do açude Tomaz Osterne, rio granjeiro, rio salgado, a gente representa um grupo e não eu como pessoa. Porque a participação popular faz com que as políticas públicas que estão voltadas para o desenvolvimento da comunidade contribuam com o emprego e renda e <u>a partir da participação no comitê, representando a área de atuação, pode haver melhoria na qualidade de vida das pessoas, porque quem está reivindicando são pessoas simples que como eu convivem no dia-a-dia com as necessidades e dificuldades e as sugestões da gente são voltadas para o povo que convive lá na área de atuação da gente, lá no açude que a gente representa, defendendo nossa instituição.</u> (C)</p>	<p>da situação da bacia, e da situação dos açudes, discutimos projetos relacionados a pesca, encaminhamos as propostas de cada grupo, a gente faz encaminhamentos a partir da realidade que a gente representa.</p> <p>74. a partir da participação no comitê, representando a área de atuação pode haver melhoria na qualidade de vida das pessoas, porque quem está reivindicando são pessoas simples que como eu convivem no dia-a-dia com as necessidades e dificuldades e as sugestões da gente são voltadas para o povo que convive lá na área de atuação da gente, lá no açude que a gente representa, defendendo nossa instituição.</p>	<p>encaminhando propostas a partir da realidade do grupo que representa.(C)</p> <p>✓ a partir da participação pode haver melhoria na qualidade de vida as sugestões da gente são voltadas para o povo que convive lá na área de atuação da gente.(C)</p>
<p>A16. <u>Enquanto cidadão possa estar colocando quais são as ações que eu quero que seja desenvolvida de acordo com a realidade local, estas ações possam melhorar as condições de vida</u>(A) sejam do homem, da mulher, da juventude, da criança, <u>participar para mim significa não só ter um assento mas sim puder está propondo, é propor e ver desenvolver as ações.</u> (B)</p>	<p>75. Enquanto cidadão possa estar colocando quais são as ações que eu quero que seja desenvolvida de acordo com a realidade local, estas ações possam melhorar as condições de vida</p> <p>76. participar para mim significa não só ter um assento mas sim puder está propondo, é propor e</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é está se colocando enquanto cidadão com ações que possam melhorar a realidade local. (A) ○ Participar no comitê não é só ter um assento, mas propor ações e vê-las desenvolvidas.

<p><u>A nossa participação, minha e de todos os delegados, se dá através das reuniões, onde nós podemos está levando as propostas, os problemas e busca de soluções, o que nós queremos que seja realizado, e no comitê as propostas que são acatadas, serão encaminhadas ou para o Estado ou para onde for de responsabilidade.</u> (C) porque o bom do conselho é que ele é deliberativo e propositivo o que faz com que nós enquanto sociedade civil possa estar com mais firmeza, sem medo propondo e o mais interessante é que no comitê a gente vê resultado, eu vejo que a melhor coisa que tem na região em termos de organização, em gestão de RH é o comitê, é através do comitê que varias entidades, vários usuários de águas possam estar desenvolvendo melhor gestão para a região do cariri. A importância que eu vejo é que <u>a participação vai de encontro ao melhoramento da gestão dos recursos hídricos na região do cariri e melhorar a gestão ambiental, o mais interessante é que quem entra no comitê passa a valorizar mais as questões sociais, as questões culturais,</u> (C) porque eu acredito que gestão ambiental, gerenciamento de recursos hídricos não perpassa só água, tem várias essências dentro desse foco que é a questão da cultura, geração de emprego e renda, a questão da segurança alimentar, tudo isso está dentro do que nós consideramos comitê.</p>	<p>ver desenvolver as ações.</p> <p>77. A nossa participação, minha e de todos os delegados, se dá através das reuniões, onde nós podemos está levando as propostas, os problemas e busca de soluções, o que nós queremos que seja realizado, e no comitê as propostas que são acatadas, serão encaminhadas ou para o Estado ou para onde for de responsabilidade.</p> <p>78. a participação vai de encontro ao melhoramento da gestão dos recursos hídricos na região do cariri e melhorar a gestão ambiental, o mais interessante é que quem entra no comitê passa a valorizar mais as questões sociais, as questões culturais</p>	<p>(B)</p> <p>✓ Participação através das reuniões, levando propostas aos problemas na busca de soluções(C)</p> <p>✓ Participação e melhoramento da gestão dos recursos hídricos e gestão ambiental valorizando as questões sociais e culturais.(C)</p>
<p>A17. <u>É se reunir, discutir os assuntos, procurar a melhor</u></p>	<p>79. É se reunir, discutir os assuntos, procurar a</p>	<p>• Participar é discutir os assuntos</p>

<p><u>solução para o coletivo. (A)</u> sem se preocupar se o que foi discutido e aprovado vai afetar os poderosos. Ainda é <u>uma participação embrionária, precisamos nos reunir mais, discutir mais contribuir realmente com a resolução dos problemas, o comitê é muito só, precisa de mais peso e a representatividade política pode fortalecer o comitê. (B)</u></p> <p><u>A participação é extremamente importante para os processos de decisão da bacia. (C)</u></p>	<p>melhor solução para o coletivo.</p> <p>80. uma participação embrionária, precisamos nos reunir mais, discutir mais contribuir realmente com a resolução dos problemas, <u>o comitê é muito só, precisa de mais peso e a representatividade política pode fortalecer o comitê.</u></p> <p>81. A participação é extremamente importante para os processos de decisão da bacia</p>	<p>procurando soluções para a coletividade. (A)</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Participação no comitê é embrionária necessitando de uma maior representatividade política (B) ✓ participação e os processos de decisão da bacia (C)
<p>A18. <u>É discutir situações problemas para buscar a melhor solução, é apresentar alternativas para atender a demanda da população. (A)</u></p> <p>Entendendo que é muito difícil satisfazer a todos. Todos nós delegados <u>participamos através do debate, trazendo esclarecimentos, alternativas com sustentabilidade envolvendo a preservação dos RH, é feito votação para encaminharmos as decisões. (B)</u> É muito importante porque tudo que tem debate ajuda a <u>esclarecer a população, envolve decisão, ver alternativas com sustentabilidade para a preservação dos RH. (B)</u></p>	<p>82. É discutir situações problemas para buscar a melhor solução, é apresentar alternativas para atender a demanda da população.</p> <p>83. Participamos através do debate, trazendo esclarecimentos, alternativas com sustentabilidade envolvendo a preservação dos RH, é feito votação para encaminharmos as decisões.</p> <p>84. tudo que tem debate ajuda a esclarecer a população, envolve decisão, ver alternativas com sustentabilidade para a preservação dos RH</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar é discutir problemas buscando soluções que atendam as demandas da população. (A) ○ Debate e esclarecimento envolvendo a sustentabilidade e preservação dos RH. (B) ○ A participação através do debate ajuda a esclarecer a população (B)

Temas geradores e idéias centrais síntese para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC referente a 1ª questão

Primeira questão	Temas geradores	Idéias centrais síntese para a formulação do DSC
<p>Como o senhor(a) define participação? Poderia me explicar o que significa para o senhor (a)?</p>	<p>Participar é</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter várias formas; • Consciência social; • Representar a coletividade; • Ser ativo; • Ser atuante; • Ser informado para poder encaminhar; • Levar e trazer as questões; • Encaminhar e buscar soluções; • Ser informado para poder encaminhar; é estar presente e ativo; • Saber ouvir e discernir o melhor; • Estar coletivamente discutindo e falando; • É democracia; • Alcançar os objetivos; • Não precisa ser colegiado e organizado; • É esclarecer a população o motivo de estar ali; • É induzir ações de forma direta ou indireta; • É observar, discutir, aprovar e 	<p>Idéia central síntese do DSC 1 - Participação envolve consciência social, informação e comunicação em busca de soluções que representem a coletividade.</p>

	<p>encaminhar propostas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • É conhecer as idéias de quem vai representar e discutir; • É estar se colocando enquanto cidadão com ações para melhorar a coletividade; • É discutir os assuntos, soluções para a coletividade; • é discutir os problemas buscar soluções para a população. 	
	<p>Participar no comitê é</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Representar uma instituição; ○ É acreditar no que estar envolvido; ○ É estar a disposição para discutir os problemas; ○ É resolver problemas; ○ É estar envolvido nas questões ambientais; ○ É democracia; descentralização ○ Agir pela comunidade; ○ Representar o comitê compartilhando o interesse do grupo; ○ Não somente o ato de se expressar mas também o de calar; ○ É ter objetivo comum; ○ É preocupar-se com as questões da bacia; ○ É ser atuante; ○ É ter consciência crítica; ○ É comunicação; ○ É conhecer e discutir a realidade dos recursos hídricos; ○ Não só ter um assento no comitê mas propor ações e vê-las desenvolvidas. 	<p>Idéia central síntese do DSC 2 - Participação no comitê é representar uma instituição, conhecer e discutir a realidade dos recursos hídricos representando o interesse de todos.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Envolvimento na câmara técnica ○ Se apropriar dos problemas e buscar soluções ○ É resolver conflitos ○ É ter a compreensão que a água é um produto fundamental ○ Debate e esclarecimento envolvendo a sustentabilidade e preservação dos RH. ○ grupo qualificado do segmento mais humilde de usuários ao mais qualificado 	
	<p>A importância da participação no comitê é</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ é fundamental para o processo de gestão dos recursos hídricos. ✓ propostas para minimizar, melhorar e buscar soluções, pra toda a área do comitê defendendo interesse da coletividade ✓ Participação efetiva, consistente contribuindo para mudanças. ✓ a participação que faz com que as questões tenham resolução. ✓ a participação é fundamental para acontecer os encaminhamentos. ✓ a participação é fundamental para resolver os conflitos ✓ Através da participação reduziu o desperdício de água dos açudes ✓ influenciar nas decisões do comitê para beneficiar a comunidade, provocar mudanças ✓ A participação pode influenciar as mudanças é um processo de formação 	<p>Idéia central síntese do DSC 3 - A participação no comitê gera mudanças, resolução de problemas e conflitos.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Somos fiscalizadores dos problemas relacionados aos recursos hídricos para corrigir ✓ Implantação do comitê de bacia é um grande avanço para a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada ✓ participação e os processos de decisão da bacia ✓ a partir da participação pode haver melhoria na qualidade de vida as sugestões da gente são voltadas para o povo que convive lá na área de atuação da gente. ✓ Participação e melhoramento da gestão dos recursos hídricos e gestão ambiental valorizando as questões sociais e culturais ✓ A participação através do debate ajuda a esclarecer a população 	
--	---	--

2ª questão - Em sua opinião o que pode facilitar e/ou dificultar a sua participação e a participação dos demais delegados no comitê?

IAD2

RESPOSTAS	EXPRESSÕES-CHAVE	IDÉIAS-CENTRAIS
<p>A1. Posso dizer que uma facilidade é o apoio da instituição participar, a motivação pessoal, querer participar. Há responsabilidade individual, (D) ninguém é remunerado e tem que participar. A maior dificuldade é a locomoção. (E) O dia-a-dia das instituições emperra as ações, por que as vezes você tem uma reunião lá no Icó, tem que agendar o carro da instituição as vezes não tá disponível, porque a reunião foi avisada muito em cima, (F) e ninguém vai por conta própria, Dificuldade maior é como chegar às reuniões do comitê, é a instituição ou o delegado que vai por conta própria, tinha que haver uma estratégia do próprio comitê de assegurar ou</p>	<p>1. Posso dizer que uma facilidade é o apoio da instituição para participar, a motivação pessoal, querer participar. Há responsabilidade individual.</p> <p>2. A maior dificuldade é a locomoção.</p> <p>3. O dia-a-dia das instituições emperra as ações, por que as vezes você tem uma reunião lá no Icó, tem que agendar o carro da instituição as vezes não tá disponível, porque a reunião foi avisada</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilidade para participar, apoio da instituição, motivação pessoal e responsabilidade individual. (D) ➤ Dificuldade de locomoção (E) ❖ Dificuldade de comunicação (F) ➤ Dificuldade maior é como chegar às

<p>viabilizar a chegada das pessoas nos fóruns de discussão, transporte para que todos os delegados pudessem está presentes, (E) sem onerar as instituições ou associações que as vezes nem tem recurso, o comitê precisa investir talvez em um microônibus, para juntar todo mundo. A política diz que tem que participar, mas não garante esta participação. Ninguém é remunerado ali, tem essa dificuldade de como eu posso participar com o que eu disponho, “só por amor a natureza”? não dá. No âmbito do próprio comitê e da política estadual e nacional querem que haja participação, o Ceará é modelo. a capacitação está havendo, mas em nível de especialização em convênio com a UFC em gestão de RH, mas isso só chega a quem já tem graduação e os representantes das instituições e usuários que são pessoas simples? A linguagem usada que as pessoas não compreendem emperra o processo de participação, pois as pessoas votam e as vezes não compreendem o que foi aprovado. Falta linguagem apropriada. (F)</p> <p>As reuniões são distantes e o fator econômico às vezes impede a participação porque as pessoas não têm como chegar aos locais, não tem quem banque isso. (E) Se eu sou representante do CEFET o CEFET me dá um carro, do IBAMA tem carro, mas as pessoas das instituições comunitárias não tem isso, as vezes conseguem carona, as vezes não. Vejo como principal problema é a locomoção que se relaciona ao fator econômico. (E)</p> <p>Outro fator é a comunicação, a única correspondência entre comitê e instituição é a convocação para a reunião, mais nada dizendo o que foi avançado de uma reunião para outra, não tem resposta aos encaminhamentos feitos. Não recebemos respostas aos encaminhamentos feitos, dizendo como ficou. (F) As coisas são solicitadas, eu já vi usuário</p>	<p>muito em cima</p> <p>4. Dificuldade maior é como chegar às reuniões do comitê, é a instituição ou o delegado que vai por conta própria, tinha que haver uma estratégia do próprio comitê de assegurar ou viabilizar a chegada das pessoas nos fóruns de discussão, transporte para que todos os delegados pudessem estar presentes</p> <p>5. A linguagem usada que as pessoas não compreendem emperra o processo de participação, pois as pessoas votam e as vezes não compreendem o que foi aprovado. Falta linguagem apropriada.</p> <p>6. As reuniões são distantes e o fator econômico às vezes impede a participação porque as pessoas não têm como chegar aos locais, não tem quem banque isso. Vejo como principal problema é a locomoção que se relaciona ao fator econômico.</p> <p>7. Outro fator é a comunicação, a única correspondência entre comitê e instituição é a convocação para a reunião, mais nada dizendo o que foi avançado de uma reunião para outra, não tem resposta aos encaminhamentos feitos. Não recebemos respostas aos encaminhamentos feitos, dizendo como ficou.</p>	<p>reuniões do comitê (E)</p> <p>❖ a linguagem usada que as pessoas não compreendem emperra o processo de participação (F)</p> <p>➤ Dificuldade de locomoção associada ao fator econômico. (E)</p> <p>❖ Dificuldade de comunicação associado a ausência de respostas aos encaminhamentos. (F)</p>
--	--	---

<p>reclamando que não recebeu resposta, as respostas as vezes que vem não é o que agradaria ao usuário, vem resposta negativa e fica assim mesmo. A resposta até às vezes vem, mas a resposta vem dizendo vai ficar do jeito que está mesmo, não é a solução, não é o que agradaria aos usuários.</p>		
<p>A2. A facilidade que eu vejo é ter liberdade da instituição para assistir as reuniões, pois elas são itinerantes acontece em lugares diferentes e a instituição sempre me deixa participar, a regional me dá transporte, tenho liberdade para participar sempre que precisar. (D) A maior dificuldade é com os representantes da sociedade civil que estão na zona rural, tem dificuldade de locomoção para chegar aos locais das reuniões. (E) Todas as reuniões são enviadas cartas escrita, convite ou email, eu repasso para a coordenadora da regional para agendar o carro. No retorno na semana seguinte repasso tudo que foi debatido as definições em reunião. O grande e único problema que eu vejo é a questão da distância, o tamanho que é a bacia, muito longe é difícil a locomoção. Pois as reuniões são itinerantes. Outro problema é a comunicação, as informações quase não chegam aos usuários. Tinha um programa de rádio que o comitê criou e passava em vários municípios na abrangência da bacia, era uma forma de repassar para a sociedade, mas saiu do ar (F) agora acho que acabou o recurso.</p>	<p>8. A facilidade que eu vejo é ter liberdade da instituição para assistir as reuniões, pois elas são itinerantes acontece em lugares diferentes e a instituição sempre me deixa participar, a regional me do transporte, tenho liberdade para participar sempre que precisar. 9. A maior dificuldade é com os representantes da sociedade civil que estão na zona rural, tem dificuldade de locomoção para chegar aos locais das reuniões 10. Outro problema é a comunicação, as informações quase não chegam aos usuários. Tinha um programa de rádio que o comitê criou e passava em vários municípios na abrangência da bacia, era uma forma de repassar para a sociedade, mas saiu do ar</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter liberdade da instituição para assistir as reuniões. (D) ➤ Dificuldade de locomoção para chegar aos locais das reuniões (E) ❖ A comunicação e informação não chega aos usuários (F)
<p>A3. A consciência de querer mudar, querer participar é uma coisa que facilita a participação. (D) As vezes os municípios não dão a devida importância e não facilitam a participação de seus representantes, põe empecilho para a participação de seus representantes, não disponibiliza transporte para a</p>	<p>11. A consciência de querer mudar, querer participar é uma coisa que facilita a participação 12. As vezes os municípios não dão a devida importância e não facilitam a</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A consciência de querer mudar facilita a participação. (D) ➤ Locomoção principal problema. (E)

<p>locomoção dos delegados então é a locomoção o principal problema. (E)</p> <p>O fator econômico o fato de não terem recursos para chegarem às reuniões. É preciso sensibilizar os gestores para patrocinar os delegados. (E)</p> <p>Cada delegado leva suas demandas e o comitê encaminha o processo para onde for de direito como DENOCS, IBAMA, a própria COGERH, e o comitê não é subordinado ao estado, tem autonomia para manifestar todas as demandas. As demandas são aprovadas através de um requerimento que o delegado faz, discute, aprova e encaminha. (D)</p>	<p>participação de seus representantes, põe empecilho para a participação de seus representantes, não disponibiliza transporte para a locomoção dos delegados então é a locomoção o principal problema.</p> <p>13. O fator econômico o fato de não terem recursos para chegarem às reuniões. É preciso sensibilizar os gestores para patrocinar os delegados.</p> <p>14. o comitê não é subordinado ao Estado, tem autonomia para manifestar todas as demandas. As demandas são aprovadas através de um requerimento que o delegado faz, discute, aprova e encaminha.</p>	<p>❖ não terem recursos para chegarem às reuniões. (E)</p> <p>▪ Autonomia do comitê para manifestar as demandas. (D)</p>
<p>A4. Se o comitê tivesse recursos para por ex. financiar a atuação dos delegados, que favorece a freqüência maior em todas as reuniões, muitas vezes a gente não pode trabalhar sempre as questões do comitê porque a gente tem nossas atividades profissionais que garante nosso sustento e o comitê é voluntário, se o Estado desse infraestrutura, seria melhor. (E) Nós que participamos do comitê representamos nossa entidade, o meu caso eu faço parte de uma entidade ONG que não tem condições de transporte para a gente ir para as reuniões, a maioria das reuniões é distante fica difícil a gente se locomover apesar do comitê fornecer a alimentação. Então o fator econômico dificulta a locomoção por causa do transporte e fica difícil a gente se locomover, ter transporte, para que a gente possa participar mais ativamente. Porque o comitê é diversificado e todos têm o mesmo objetivo ambiental, da sustentabilidade e também</p>	<p>15. Se o comitê tivesse recursos para por ex. financiar a atuação dos delegados, que favorece a freqüência maior em todas as reuniões, muitas vezes a gente não pode trabalhar sempre as questões do comitê porque a gente tem nossas atividades profissionais que garante nosso sustento e o comitê é voluntário, se o Estado desse infraestrutura, seria melhor.</p> <p>16. tem a correspondência eletrônica e cada reunião é lida a ata da reunião anterior e todos os requerimentos de cada reunião é lido na reunião seguinte e é dado se foi deferido ou indeferido. Nós recebemos do secretariado do comitê</p>	<p>➤ Falta de recursos para participar (E)</p> <p>❖ A correspondência eletrônica não chega a todo mundo (F)</p>

<p>econômico para aquelas populações ribeirinhas, então todos tem esta mesma linha e objetivos o importante é a defesa ambiental e manejo adequado dos recursos hídricos.</p> <p>Tem a correspondência eletrônica e cada reunião é lida a ata da reunião anterior e todos os requerimentos de cada reunião é lido na reunião seguinte e é dado se foi deferido ou indeferido. Nós recebemos do secretariado do comitê comunicação via correio eletrônico de como anda os requerimentos, se foi aceito ou não. É muito difícil chegar a todo mundo. (F)</p>	<p>comunicação via correio eletrônico de como anda os requerimentos, se foi aceito ou não. É muito difícil chegar a todo mundo.</p>	
<p>A5. O desejo, a vontade de participar mesmo com as dificuldades financeiras, já que todos são voluntários. As reuniões têm acontecido a participação tem sido boa mesmo com as dificuldades financeiras. Mas há este questionamento em relação aos recursos para apoiar a participação, se o Estado favorecesse com recursos para apoiar a participação da sociedade, apoiaria muito o comitê, suas ações, acho que é possível, por ex. tem uma reunião em Icó, como as pessoas vão se deslocar de Porteiras, Brejo Santo, do Crato? O Estado tem que entender que tem que subsidiar esta questão. (E)</p> <p>Uma dificuldade que eu vejo é o fato das pessoas não terem como se deslocarem aos movimentos do comitê. Até a própria cogerh acha que os membros do comitê precisam ter custeio pelo menos para se deslocarem para as coisas do comitê, como as reuniões itinerantes, observação dos reservatórios e outras atividades que surgirem. É muito fácil o governo quer fazer gestão participativa, mas ele quer sem mexer na arrecadação, e a participação da sociedade é como voluntário, e como voluntário você representa a instituição, o Estado não colabora. (E) Se tivesse essa colaboração a participação seria melhor, não é porque a sociedade não queira muitas vezes é porque</p>	<p>17. se o Estado favorecesse com recursos para apoiar a participação da sociedade, apoiaria muito o comitê, suas ações, acho que é possível, por ex. tem uma reunião em Icó, como as pessoas vão se deslocar de Porteiras, Brejo Santo, do Crato? O Estado tem que entender que tem que subsidiar esta questão</p> <p>18. É muito fácil o governo quer fazer gestão participativa, mas ele quer sem mexer na arrecadação, e a participação da sociedade é como voluntário, e como voluntário você representa a instituição, o Estado não colabora.</p> <p>19. Além do desejo em participar a compreensão o entendimento de que a água precisa de uma gestão participativa, e já existe esta compreensão por parte dos delegados.</p> <p>20. A compreensão da</p>	<p>➤ A falta de recurso do Estado para favorecer a participação dos delegados (E)</p> <p>➤ A falta de recurso para favorecer a participação dos delegados (E)</p> <p>▪ A compreensão de que a água precisa de uma gestão participativa (D)</p> <p>▪ a compreensão da água como recurso finito favorece a participação (D)</p> <p>❖ falta capacitação para os usuários</p>

<p>não pode, as vezes a instituição que a pessoa representa não tem como bancar sua participação.</p> <p>Uma facilidade para participar além do desejo em participar é a compreensão o entendimento de que a água precisa de uma gestão participativa, e já existe esta compreensão por parte dos delegados (D)</p> <p>A compreensão da água como recurso finito, as pessoas (delegados) tem essa compreensão e isso favorece a participação, querer manter o equilíbrio ecológico para manutenção desse ambiente. (D)</p> <p>Falta mais capacitação dos delegados, principalmente dos usuários, não é a escolaridade é capacitação na área, já tem cursos de gestão de recursos hídricos mas não atinge todos os usuários, pois é especialização. (F)</p> <p>A falta de recurso para favorecer a participação dos delegados, alguém, ou o Estado a própria cogerh bancar a locomoção dos delegados que é muito complicada chegar as reuniões quando ela é distante e a pessoa tem que vir de vários municípios. (E)</p>	<p>água como recurso finito, as pessoas (delegados) tem essa compreensão e isso favorece a participação, querer manter o equilíbrio ecológico para manutenção desse ambiente ecológico para manutenção desse ambiente.</p> <p>21. Falta mais capacitação dos delegados, principalmente dos usuários, não é a escolaridade é capacitação na área, já tem cursos de gestão de recursos hídricos mas não atinge todos os usuários, pois é especialização.</p> <p>22. A falta de recurso para favorecer a participação dos delegados, alguém, ou o Estado a própria cogerh bancar a locomoção dos delegados que é muito complicada chegar as reuniões quando ela é distante e a pessoa tem que vir de vários municípios.</p>	<p>(F)</p> <p>➤ Dificuldade de infra-estrutura para repasse de informações a toda a população (E)</p>
<p>A6. No meu caso a disponibilidade da Cagece em me liberar para participar e os demais é estar disponível e suas entidades quererem que os eleitos participem representando o grupo. O fundamental é querer participar. (D)</p> <p>Não vejo dificuldades, mas o fator econômico pode interferir na locomoção dos delegados, principalmente os da sociedade civil, que as vezes não tem transporte para chegarem as reuniões, pegam carona com as instituições para poder estarem presentes. (E) Acho que já faz parte da cultura fazer parte de conselho de comitê, então todos querem participar, tanto que é muito difícil eleger os delegados,</p>	<p>23. é estar disponível e suas entidades quererem que os eleitos participem representando o grupo. O fundamental é querer participar.</p> <p>24. o fator econômico pode interferir na locomoção dos delegados, principalmente os da sociedade civil, que as vezes não tem transporte para chegarem as reuniões, pegam carona com as instituições para poder estarem presentes</p>	<p>▪ Estar disponível, as entidades querem que os delegados participem. (D)</p> <p>➤ o fator econômico pode interferir na locomoção, não tem transporte (E)</p> <p>▪ faz parte da cultura do povo ser representante em um conselho</p>

<p>porque são muitas entidades e todo mundo querendo entrar, então não dificulta a participação, faz parte já da cultura do povo fazer parte ser representante em um conselho, é conselho de saúde, de educação de meio ambiente e agora o comitê. (D) Agora o fator econômico, esse sim, porque as pessoas são voluntárias, suas entidades não tem como bancar sua idas as reuniões e eles muitas vezes não tem como se bancar. (E)</p>	<p>25. faz parte já da cultura do povo fazer parte ser representante em um conselho, é conselho de saúde, de educação de meio ambiente e agora o comitê. 26. as pessoas são voluntárias, suas entidades não tem como bancar sua idas as reuniões e eles muitas vezes não tem como se bancar.</p>	<p>(D)</p> <p>➤ ser voluntário e a entidade não ter recurso para patrocinar é uma dificuldade de participar (E)</p>
<p>A7. A diretoria do comitê tem que trabalhar focado nos delegados, os requerimentos que ele fizer têm que ter resposta imediata ou de sim ou de não porque as vezes a gente fica sem saber o que dizer pra comunidade por que não tem resposta dos encaminhamentos, (F) então para facilitar a participação seria bom que a gente tivesse resposta imediata dos requerimentos encaminhados ou que sim ou que não, mas ter uma resposta. O que os delegados enviarem ser cumprido, o comitê encaminhar e dar retorno aos usuários, se não, não tem cobrança. A grande dificuldade está ligada ao fator econômico que é a dificuldade de se locomover para as reuniões. A principal dificuldade que eu vejo é a falta de transporte para os delegados. (E) Também uma dificuldade é a falta de respostas as reivindicações que são feitas pela comunidade. Acho que deveríamos ter mais um apoio por parte do governo, ou da parte dos órgãos que administram as águas. Mas o comitê é um avanço, porque antes do comitê, o administrador colocava água só para os mais ricos, sem regra ou norma com o comitê isso mudou, reduziu o desperdício de água, esse controle se deu através da participação no comitê.</p>	<p>27. A diretoria do comitê tem que trabalhar focado nos delegados, os requerimentos que ele fizer têm que ter resposta imediata ou de sim ou de não porque as vezes a gente fica sem saber o que dizer pra comunidade por que não tem resposta dos encaminhamentos. 28. A grande dificuldade está ligada ao fator econômico que é a dificuldade de se locomover para as reuniões. A principal dificuldade que eu vejo é a falta de transporte para os delegados.</p>	<p>❖ Falta de respostas aos encaminhamentos (F)</p> <p>➤ Dificuldade de locomoção ligada ao fator econômico (E)</p>
<p>A8. O comitê sempre se preocupa</p>	<p>29. . O comitê sempre</p>	<p>▪ Reuniões em</p>

<p>em mudar o local das reuniões para deixar mais próximo dos delegados, e isso é uma das facilidades, (D) mais quando ajuda um, dificulta pro outro, já fui necessário ir em reuniões em Mauriti, Icó, mais num tem essa em qualquer local a gente vai, muita gente deixa de participar por ser difícil de chegar. Com o comitê é uma mudança grande, antes não tinha participação de ninguém, hoje qualquer usuário pode participar, trazer propostas, e o que for decidido no comitê a Cogerh acata. (D)</p> <p>Nós pagamos as despesas, alimentação, transporte, hospedagem, então eu acho que o comitê deveria ter uma verba específica para esses gastos. A renda e o transporte, diretamente, o comitê não tá percebendo ainda, mas eu acredito que em um pequeno espaço de tempo ele vá perceber. Essa é uma dificuldade grande, principalmente o transporte.</p> <p>No início os grandes latifundiários influenciava, porque eles precisavam da água e não aceitavam dessa forma que o comitê ia definir, mas o comitê é uma coisa séria então tanto faz ser grande latifundiário, ou pequeno produtor tem o mesmo direito lá no comitê e aí a gente deixa de lado o fator político, a água tem que beneficiar a todos indistintamente. Uma preocupação é a poluição dos rios e açudes, a destruição da mata ciliar dos açudes das nascentes.</p> <p>Nós temos dentro do comitê um espaço que é chamado de informações do comitê, tudo que acontece entre uma reunião e outra que o comitê fica integrado, eles repassam para o delegado, como também antes de terminar todas as reuniões nós temos um espaço para reivindicar as coisas que a gente quer. O comitê não ocorre interferência, isso é uma</p>	<p>se preocupa em mudar o local das reuniões para deixar mais próximo dos delegados, e isso é uma das facilidades,</p> <p>30. Com o comitê é uma mudança grande, antes não tinha participação de ninguém, hoje qualquer usuário pode participar trazer propostas, e o que for decidido no comitê a Cogerh acata.</p>	<p>locais diferentes para facilitar a participação.(D)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ o comitê é uma mudança grande, antes não tinha participação de ninguém, hoje qualquer usuário pode participar (D)
---	--	--

<p>das razões que fazem as pessoas ficarem mais integrados com os delegados, porque o que acontece nas outras regiões todos os delegados fazem, os usuários que não fazem parte é simples, é só procurar o representante, porque como nós temos várias atividades aqui, não temos condições de sair de usuário a usuário passando as informações, mais se ele quiser saber de qualquer uma informação é só procurar a gente, que estamos informados repassamos rapidinho.</p>		
<p>A9. Facilitar eu não sei se é a palavra correta porque o mecanismo de conhecimento simplificado para que ele participe está sendo trabalhado de forma deficiente, mais ele precisaria de infra-estrutura mais adequado e de maior autonomia para permitir que o comitê chegue até o segmento que esteja interessado, mobilizá-lo para essa participação, prestar informação suficiente e dá a ele condição, por exemplo financeira porque o representante da sociedade civil que é de uma colônia de pescadores que está na ponta da bacia distante 100 km da sede do comitê, ou agente dá uma colaboração pra ele ter condição de participar, ou ele vai ter dificuldade de vir, porque a instituição que ele representa dificilmente vai ter condição de bancar, (E) ao fato que esse aparelhamento e fortalecimento da infra-estrutura sofre resistência do estado, porque ele sente perder poder sobre a gestão dos RH, a medida que ele cria uma estrutura tão forte quanto poderia ser o comitê. (E)</p> <p>A questão econômica, de ter maior apoio para que as pessoas possam</p>	<p>31. precisaria de infra-estrutura mais adequado e de maior autonomia para permitir que o comitê chegue até o segmento que esteja interessado mobilizá-lo para essa participação, prestar informação suficiente e dá a ele condição, por exemplo financeira porque o representante da sociedade civil que é de uma colônia de pescadores que está na ponta da bacia distante 100 km da sede do comitê, ou agente dá uma colaboração pra ele ter condição de participar, ou ele vai ter dificuldade de vir, porque a instituição que ele representa dificilmente vai ter condição de bancar</p> <p>32. fortalecimento da infra-estrutura sofre resistência do estado, porque ele sente perder poder sobre a gestão dos RH, a medida que ele cria uma estrutura tão forte quanto poderia ser o</p>	<p>➤ precisaria de infra-estrutura mais adequado. (E)</p> <p>➤ fortalecimento da infra-estrutura sofre resistência do estado (E)</p> <p>▪ qualquer delegado, qualquer cidadão pode ir ao comitê fazer uma denúncia, uma reclamação. (D)</p>

<p>chegar as reuniões, infra-estrutura da gerência do comitê para ele atuar de forma satisfatória.</p> <p>O comitê é uma instância política que tem essa execução na política de RH e que tem o órgão que é a COGERH, que executa essa política esse nível de planejamento ele atinge os usuários de modo geral através de processos administrativos, qualquer delegado, qualquer cidadão pode ir ao comitê fazer uma denúncia, uma reclamação, o comitê aprova ou não aquela denúncia e instrui o processo com um elemento técnico e depois encaminha, se tratar de um crime ambiental, encaminha para a polícia federal, se tratar de falha no sistema agente vai encaminhar para o órgão responsável, (D) o modo de comunicação mais efetivo se dá nos campos de reuniões, nos boletins informativos que o comitê entrega e através de um programa que agente fez nas ondas do rádio (F) que era divulgando informações elementares e resultados, esse é um mecanismo que agente precisa ampliar, criar um site com maiores informações e aos poucos agente vai aumentando essa cultura., esse é um mecanismo que agente precisa ampliar, criar um site com maiores informações e aos poucos agente vai aumentando essa cultura. (F) Outra forma de divulgação deveria ser através das associações, grupos, entidades, mais a representação enquanto responsabilidade de cada instituição é relativa, o segmento da sociedade civil, isso é uma opinião pessoal, eu creio que eles divulgam entre si com mais qualidade a informação do que é proposto lá, porque eles tem</p>	<p>comitê.</p> <p>33. qualquer delegado, qualquer cidadão pode ir ao comitê fazer uma denúncia, uma reclamação, o comitê aprova ou não aquela denúncia e instrui o processo com um elemento técnico e depois encaminha, se tratar de um crime ambiental, encaminha para a polícia federal, se tratar de falha no sistema agente vai encaminhar para o órgão responsável,</p> <p>34. comunicação mais efetivo se dá nos campos de reuniões, nos boletins informativos que o comitê entrega e através de um programa que agente fez nas ondas do rádio (...) é um mecanismo que agente precisa ampliar, criar um site com maiores informações e aos poucos agente vai aumentando essa cultura.</p>	<p>❖ Comunicação através de reuniões, boletins informativo programa de rádio é um mecanismo que precisa ser ampliado (F)</p>
--	--	---

<p>outros fóruns então eles acabam passando para eles lá, no segmento da pessoa jurídica, no segmento dos poderes públicos, no segmento empresarial isso dificilmente chega lá, porque esses órgãos funcionam mal, é deplorável, o funcionamento por exemplo do DNOCS, não tem aparelhamento, às vezes é uma pessoa pra cuidar de numa universalidade que ele não dá conta, então é muito grave a qualidade de funcionamento dessas instituições.</p>		
<p>A10. Seria ter infra-estrutura para garantir a participação daquele usuário que não tem condições. Relacionado a falta de infra-estrutura, recurso para facilitar a locomoção dos participantes. O comitê precisa de um financiamento público para garantir a participação das pessoas. (E) Por ex. Eu faço parte de um órgão com infra-estrutura, não tenho dificuldade de participar e o comitê financia alimentação, mas principalmente os movimentos populares, as ONG's. Não tem esta infra-estrutura para garantir a participação das pessoas. Esta falta de infra-estrutura eu aponto como uma dificuldade para a participação. (E) Precisamos avançar.</p> <p>A participação está ligada ao nível de esclarecimento da população, para isso a gente precisa buscar simplicidade do conhecimento, quando a gente usa o academicismo a gente espanta as pessoas. (F)</p>	<p>35. O comitê precisa de um financiamento público para garantir a participação das pessoas. Não tem esta infra-estrutura para garantir a participação das pessoas. Esta falta de infra-estrutura eu aponto como uma dificuldade para a participação.</p> <p>36. . A participação está ligada ao nível de esclarecimento da população, para isso a gente precisa buscar simplicidade do conhecimento, quando a gente usa o academicismo a gente espanta as pessoas.</p>	<p>➤ O comitê precisa de um financiamento público para garantir a participação (E)</p> <p>❖ O academicismo nas reuniões pode afastar as pessoas.</p>
<p>A11. Como tem vários atores, estes deveriam está mais comprometidos com suas</p>	<p>36. acho que uma facilidade é a motivação pessoal,</p>	<p>▪ Motivação pessoal em participar (D)</p>

<p>entidades, porque eles representam essa entidade, uns são mais freqüentes do que outros, o cara é voluntário, não tem recurso, a entidade dele também não, então como vai para as reuniões? acho que uma facilidade é a motivação pessoal, quem vai é quem gosta daquela atividade. (D)</p> <p>Faltam maiores informações sobre o comitê. É preciso ter sessões abertas ao público para eles se inteirarem melhor do processo. As entidades repassam em suas reuniões, mas é muito pouco este mecanismo de comunicação tem que ser mais efetivo. (F)</p>	<p>quem vai é quem gosta daquela atividade</p> <p>37. É preciso ter sessões abertas ao público para eles se inteirarem melhor do processo. As entidades repassam em suas reuniões, mas é muito pouco este mecanismo de comunicação tem que ser mais efetivo.</p>	<p>❖ As informações chegam aos usuários de forma insatisfatória é necessário sessões abertas ao público. (F)</p>
<p>A12. Uma dificuldade é a falta de capacitação, tem o curso de especialização, mas falta atingir todo mundo, tem que capacitar melhor os delegados, a capacitação das pessoas que estão lá, independentes do nível educacional, dos agricultores, membros das associações e todos os outros serem capacitados para a importância do comitê. (F)</p> <p>outra questão é quanto as organizações menores, que apresenta mais fragilidade, há dificuldades para que as associações, pequenas instituições possam ingressar no comitê, como por exemplo chegar ate as reuniões, as pessoas são voluntárias, então tem o interesse social em participar, mas precisa que o comitê tenha infra-estrutura como por exemplo garantir o transporte (E) é preciso ter um arranjo para levar as pessoas há reuniões, ir de carona com quem tem. Então uma associação comunitária distante acaba não indo porque não tem como chegar, se não conseguir se articular com a secretaria</p>	<p>38. Uma dificuldade é a falta de capacitação, tem o curso de especialização, mas falta atingir todo mundo, tem que capacitar melhor os delegados, a capacitação das pessoas que estão lá, independentes do nível educacional, dos agricultores, membros das associações e todos os outros serem capacitados para a importância do comitê.</p> <p>39. as pessoas são voluntárias, então tem o interesse social em participar, mas precisa que o comitê tenha infra-estrutura como por exemplo garantir o transporte. Tem que melhorar a infra-estrutura, as pessoas não podem tirar recurso do seu próprio bolso para participar quando também é dever do Estado garantir esta participação.</p> <p>40. Uma dificuldade é a</p>	<p>❖ Capacitação de todos os delegados do comitê (F)</p> <p>➤ O comitê precisa de infra-estrutura para garantir o transporte (E)</p> <p>❖ Comunicação interna e externa é muito falha (F)</p>

<p>municipal, vir a sede, ou fazer qualquer outro arranjo, ela acaba não indo porque não tem como chegar lá, é complicado para a associação ter investimento próprio pela própria carência deles. Tem que melhorar a infraestrutura, as pessoas não podem tirar recurso do seu próprio bolso para participar quando também é dever do Estado garantir esta participação. (E) Falta apoio governamental para dar esse apoio financeiro como contrapartida para a participação dessas pessoas. A própria Secretaria de Recursos Hídricos deveria investir mais nisso.</p> <p>Uma dificuldade é a divulgação do que foi feito, a publicização do que foi discutido, do que foi feito, a comunicação interna e externa é muito falha, as discussões do comitê acaba não chegando as populações ribeirinhas, (F) apesar do esforço da Cogerh, a população de modo geral acaba não recebendo essas informações, existe a edição de um programa de rádio em vários municípios, mas tem que ter outras formas de comunicação, ajudar na mobilização das pessoas.</p>	<p>divulgação do que foi feito, a publicização do que foi discutido, do que foi feito, a comunicação interna e externa é muito falha, as discussões do comitê acaba não chegando as populações ribeirinhas</p>	
<p>A13. O trabalho no comitê é voluntário, então é querer participar, por prazer. Você passa por um processo de eleição para ser delegado e puder participar. O usuário as vezes é um agricultor que as vezes ganha uma diária de 15 reais e tem que tirar do bolso deles para se deslocar para as reuniões, então a gente nota as vezes a ausência deles, eu já cheguei a cobrar na reunião de articuladores em Fortaleza, cheguei a cobrar da Cogerh o transporte para essas pessoas. A falta de recursos para chegar as reuniões, principalmente o</p>	<p>41. O usuário não tem quem custei o transporte deles, essa falta de transporte é uma dificuldade para a participação.</p> <p>42. Temos que fazer um trabalho maior de instrução principalmente para os usuários, porque eles estão na ativa, mas não tem muito conhecimento sobre o</p>	<p>➤ A falta de transporte é uma dificuldade para a participação. (E)</p> <p>❖ É preciso treinamento para melhor aperfeiçoar os usuários. (F)</p>

<p>usuário, já que todos somos voluntários. O usuário não tem quem custei o transporte deles, essa falta de transporte é uma dificuldade para a participação. (E)</p> <p>Temos que fazer um trabalho maior de instrução principalmente para os usuários, porque eles estão na ativa, mas não tem muito conhecimento sobre o que seja a função do comitê, eles devem ter um treinamento para melhor se aperfeiçoar, é preciso capacitação dos delegados principalmente dos usuários para que eles possam participar melhor, (F) mais direcionados para o que diz respeito ao comitê, pois nas reuniões agente nota através dos requerimentos principalmente dos usuários um pouco de distorção do que seja realmente o comitê.</p>	<p>que seja a função do comitê, eles devem ter um treinamento para melhor se aperfeiçoar, é preciso capacitação dos delegados principalmente dos usuários para que eles possam participar melhor.</p>	
<p>14. A comunicação é boa, mas seria interessante que a gente tivesse um site, para divulgar trabalho, nós somos comunicados por email ou convite, tem aqueles delegados que não tem email, os delegados das comunidades principalmente, deveria ter uma melhor forma de se comunicar. (F)</p> <p>A principal dificuldade é a econômica, depois a dificuldade de ter mais treinamento, mas tudo vem em decorrência do fator econômico, da falta de recurso. A dificuldade de transporte, as pessoas vão de carona com quem tem. O fator econômico é o principal, não tem recurso para reciclar, capacitar os delegados, para visitar os açudes para fiscalizar, não têm recurso, nós não conhecemos todos os açudes por um fator econômico, (E) é importante que a gente participe mais, que a gente possa produzir mais, dar maior contribuição, mas</p>	<p>43. nós somos comunicados por email ou convite, tem aqueles delegados que não tem email, os delegados das comunidades principalmente, deveria ter uma melhor forma de se comunicar.</p> <p>44. O fator econômico é o principal, não tem recurso para reciclar, capacitar os delegados, para visitar os açudes para fiscalizar, não têm recurso, nós não conhecemos todos os açudes por um fator econômico,</p> <p>45. A questão do repasse de informação é um ponto muito falho é fraquíssimo, porque</p>	<p>❖ deveria ter uma melhor forma de se comunicar. (F)</p> <p>➤ não tem recurso para reciclar, capacitar os delegados, para visitar os açudes para fiscalizar (E)</p> <p>❖ A questão do repasse de informação é um ponto muito falho (F)</p> <p>➤ Precisamos participar mais ter infra-estrutura para</p>

<p>sem esse apoio financeiro não temos como participar mais é preciso ter maior apoio.</p> <p>A questão do repasse de informação é um ponto muito falho é fraquíssimo, porque se houvesse um site que toda comunidade tivesse acesso, é repassado no jornal da cogerh mas é coisa pouca, as pessoas precisam ser mais informadas do que acontece no comitê, (F) eu penso que não está havendo esta divulgação bem concreta como deveria ser.</p> <p>Não há condição, por exemplo, de fiscalização, nós nunca pegamos um barco para descer um rio aqui na bacia do Salgado, mas principalmente nas questões de meio ambiente que são inúmeros problemas da região. Precisamos participar mais e ter condições de participar, ter infra-estrutura para que a gente possa participar mais, principalmente na fiscalização. (E)</p>	<p>se houvesse um site que toda comunidade tivesse acesso, é repassado no jornal da cogerh mas é coisa pouca, as pessoas precisam ser mais informadas do que acontece no comitê,</p> <p>46. não há condição, por exemplo, de fiscalização, nós nunca pegamos um barco para descer um rio aqui na bacia do Salgado, mas principalmente nas questões de meio ambiente que são inúmeros problemas da região. Precisamos participar mais e ter condições de participar, ter infra-estrutura para que a gente possa participar mais, principalmente na fiscalização.</p>	<p>fiscalizar. (E)</p>
<p>A15. A dificuldade de deslocamento, porque as reuniões são itinerantes, (E) hora os parceiros dispõem os carros como o IBAMA a COGERH, mas não é sempre isso dificulta a gente. Uma das dificuldades é dar resultado do que é encaminhado, falta as respostas dos encaminhamentos e poder transmitir as pessoas. (F) Essa resposta é muito lenta. Principalmente quando vai para Fortaleza, Brasília. O delegado é responsável de transmitir para sua instituição e as reuniões são documentadas em atas e todo mundo pode ter acesso. Os</p>	<p>47. A dificuldade de deslocamento, porque as reuniões são itinerantes</p> <p>48. Uma das dificuldades é dar resultado do que é encaminhado, falta as respostas dos encaminhamentos e poder transmitir as pessoas.</p> <p>49. Os delegados passam nas assembleias, eu transmito nas reuniões ordinárias da</p>	<p>➤ Dificuldade de deslocamento, reuniões itinerantes (E)</p> <p>❖ Faltam respostas aos encaminhamentos. (F)</p> <p>❖ Há falha na comunicação principalmente as pessoas do sítio que não estão em</p>

<p>delegados passam nas assembleias, eu transmito nas reuniões ordinárias da federação. Mas é muito falha essa comunicação principalmente as pessoas dos sítios, eles não estão muitas vezes nas associações. (F)</p>	<p>federação. Mas é muito falha essa comunicação principalmente as pessoas dos sítios, eles não estão muitas vezes nas associações.</p>	<p>associações. (F)</p>
<p>A16. A principal facilidade é ter força de vontade para participar, a solidariedade o compromisso e o respeito entre os delegados. (D)</p> <p>E a dificuldade é a questão de transporte, o comitê não tem transporte, ele é formado de varias entidades, tem associação que não tem como bancar as passagens de seus delegados, (E) mas como eu falei na solidariedade, existe aqui no comitê se tem uma entidade que tem transporte vai pegando as pessoas no caminho. Mas eu acho que o comitê por ser organizado a gente deveria ter transporte. O estado deveria dar mais assistência infra-estrutura para o comitê, se não fosse o comitê, a situação de RH e gestão ambiental seria diferente.</p> <p>Agora as informações, geralmente é repassado por email, eu vejo uma dificuldade, porque tem associação que não tem computador, não tem nem telefone, só sabe do que acontece através da ata. Então tem essa dificuldade de comunicação. (F)</p>	<p>50. A principal facilidade é ter força de vontade para participar, a solidariedade o compromisso e o respeito entre os delegados.</p> <p>51. E a dificuldade é a questão de transporte, o comitê não tem transporte, ele é formado de varias entidades, tem associação que não tem como bancar as passagens de seus delegados</p> <p>52. agora as informações, geralmente é repassado por email, eu vejo uma dificuldade, porque tem associação que não tem computador, não tem nem telefone, só sabe do que acontece através da ata. Então tem essa dificuldade de comunicação.</p>	<p>❖ A principal facilidade é ter força de vontade para participar, a solidariedade o compromisso e o respeito. (D)</p> <p>➤ A dificuldade é a questão do transporte (E)</p> <p>❖ Informações repassadas por email é uma dificuldade porque tem associação que não tem computador, não tem nem telefone. (F)</p>
<p>A17. A disposição das pessoas para participar, muito embora alguns fatores como a falta de recursos inibe esta participação. Os delegados participam, mas falta o retorno dos encaminhamentos, falta fazer</p>	<p>53. os delegados participam, mas falta o retorno dos encaminhamentos, falta fazer cumprir a legislação, a coisa é tratada com muito zelo para não afetar os</p>	<p>❖ falta retorno aos encaminhamentos e cumprir a legislação. (F)</p>

<p>cumprir a legislação, a coisa é tratada com muito zelo para não afetar os poderosos, não se cumpre a legislação. (F) Por exemplo, o projeto São José não tem previsão para esgoto o comitê tem que encabeçar este movimento. Os RH estão ameaçados, desmatamento, diminuição do índice de infiltração e o potencial hídrico ele é finito, tem que implementar a legislação.</p>	<p>poderosos, não se cumpre a legislação.</p>	
<p>A18. A facilidade é querer participar, estar disponível para tal. (D) A área da bacia é extensa, os delegados não conseguem ir a todas as reuniões, porque é distante, a gente recebe o convite da reunião em cima da hora. (F)</p>	<p>54. A facilidade é querer participar, estar disponível para tal.</p> <p>55. A área da bacia é extensa, os delegados não conseguem ir a todas as reuniões, porque é distante, a gente recebe o convite da reunião em cima da hora.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Querer participar, estar disponível (D) ❖ A área da bacia é extensa, os delegados não conseguem ir a todas as reuniões pois o convite chega em cima da hora (F)

Temas geradores e idéias centrais síntese para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC referente a 2ª questão

2ª questão	Temas geradores	Idéias centrais síntese para a formulação do DSC
<p>Em sua opinião o que pode facilitar e/ou dificultar a sua participação e a participação dos demais delegados no comitê?</p>	<p>Facilidades para a participação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilidade para participar, apoio da instituição, motivação pessoal e responsabilidade individual. (D) ▪ Ter liberdade da instituição para assistir as reuniões. (D) ▪ A consciência de querer mudar facilita a participação. (D) ▪ Autonomia do comitê para manifestar as demandas. (D) ▪ A compreensão de que a água precisa de uma gestão participativa (D) ▪ a compreensão da água como recurso finito favorece a participação (D) ▪ Estar disponível, as entidades querem que os delegados participem. (D) ▪ faz parte da cultura do povo ser representante em um conselho (D) ▪ Reuniões em locais diferentes para facilitar a participação.(D) ▪ o comitê é uma mudança grande, antes não tinha participação de ninguém, hoje qualquer usuário 	<p>Idéia central síntese do DSC 1 - A participação do comitê é favorecida pela motivação pessoal e ter o apoio da entidade que representa.</p>

	<p>pode participar (D)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ qualquer delegado, qualquer cidadão pode ir ao comitê fazer uma denúncia, uma reclamação. (D) ▪ Motivação pessoal em participar (D) ▪ A principal facilidade é ter força de vontade para participar, a solidariedade o compromisso e o respeito. (D) 	
	<p>São consideradas dificuldades para a participação</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dificuldade de locomoção (E) ➤ Dificuldade maior é como chegar às reuniões do comitê (E) ➤ Dificuldade de locomoção associada ao fator econômico. (E) ➤ Dificuldade de locomoção para chegar aos locais das reuniões (E) ➤ Locomoção principal problema. (E) <p>Falta de recursos para participar (E)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A falta de recurso do Estado para favorecer a participação dos delegados (E) ➤ falta de recurso para favorecer a participação dos delegados (E) ➤ Dificuldade de infraestrutura para repasse de informações a toda 	<p>Idéia central síntese do DSC 2 - As dificuldade do comitê no processo de participação é proveniente de falta de infra-estrutura das entidades para a locomoção dos delegados as reuniões e a não colaboração do Estado.</p>

	<p>a população (E)</p> <ul style="list-style-type: none">➤ o fator econômico pode interferir na locomoção, não tem transporte (E)➤ ser voluntário e a entidade não ter recurso para patrocinar é uma dificuldade de participar (E)➤ Dificuldade de locomoção ligada ao fator econômico (E)➤ precisaria de infraestrutura mais adequado. (E)➤ fortalecimento da infraestrutura sofre resistência do estado (E)➤ O comitê precisa de um financiamento público para garantir a participação (E)➤ O comitê precisa de infraestrutura para garantir o transporte (E)➤ A falta de transporte é uma dificuldade para a participação. (E)➤ não tem recurso para reciclar, capacitar os delegados, para visitar os açudes para fiscalizar (E)➤ Precisamos participar mais ter infraestrutura para fiscalizar. (E)➤ Dificuldade de deslocamento, reuniões itinerantes (E)➤ A dificuldade é a questão do transporte (E)	
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Dificuldade de comunicação (F) ❖ A linguagem usada que as pessoas não compreendem emperra o processo de participação (F) ❖ Dificuldade de comunicação associado a ausência de respostas aos encaminhamentos. (F) ❖ A comunicação e informação não chega aos usuários (F) ❖ A correspondência eletrônica não chega a todo mundo (F) ❖ falta capacitação para os usuários (F) ❖ Falta de respostas aos encaminhamentos (F) ❖ Comunicação através de reuniões, boletins informativo programa de rádio é um mecanismo que precisa ser ampliado (F) ❖ Falta ter uma capacitação ampliada. ❖ As informações chegam aos usuários de forma insatisfatória é necessário sessões abertas ao público. (F) ❖ Capacitação de todos os delegados do comitê (F) ❖ Comunicação interna e externa é muito falha (F) ❖ É preciso treinamento para melhor aperfeiçoar os usuários. (F) ❖ deveria ter uma melhor forma de se comunicar. 	<p>Idéia central síntese do DSC 3 – Falta de capacitação dos delegados, o modo de condução das reuniões e a falta de resposta aos encaminhamentos prejudicam a participação no comitê.</p>
--	--	--

	<p>(F)</p> <ul style="list-style-type: none">❖ A questão do repasse de informação é um ponto muito falho (F)❖ Faltam respostas aos encaminhamentos. (F)❖ Há falha na comunicação principalmente as pessoas do sítio que não estão em associações. (F) <ul style="list-style-type: none">❖ Informações repassadas por email é uma dificuldade porque tem associação que não tem computador, não tem nem telefone❖ falta retorno aos encaminhamentos e cumprir a legislação. (F)❖ A área da bacia é extensa, os delegados não conseguem ir a todas as reuniões pois o convite chega em cima da hora (F)	
--	---	--

APÊNDICE C

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Ao Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Salgado

Senhor Presidente,

Venho por meio desta solicitar a V.Sa. autorização para realizar uma pesquisa intitulada “**A compreensão de participação sob o olhar dos membros do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado**” a ser realizada junto aos representantes deste Comitê com o objetivo de “Compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado”. Os dados obtidos serão utilizados no estudo da Tese de Doutorado e divulgados junto à comunidade científica, visando a contribuir para a promoção da saúde da população. Entendemos, ainda, que trará contribuições ao desenvolvimento da Região do Cariri, fomentando a pesquisa para o crescimento sociocultural.

Certa de contar com sua atenção e com vosso valioso apoio, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria do Socorro Vieira Lopes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da
FFOE/DENF/UFC

Fortaleza, __ de _____ de 2007.

APÊNDICE D

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

A Gerência da Companhia de Recursos Hídricos – COGERH/Crato

Senhor Gerente,

Venho por meio desta solicitar a V.Sa. autorização para realizar uma pesquisa intitulada “**A compreensão de participação sob o olhar dos membros do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado**” a ser realizada junto aos representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Salgado, com o objetivo “Compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Salgado”. Os dados obtidos serão utilizados no estudo da Tese de Doutorado e divulgados junto à comunidade científica, visando a contribuir para a promoção da saúde da população. Entendemos, ainda, que trará contribuições ao desenvolvimento da Região do Cariri, fomentando a pesquisa para o crescimento sociocultural.

Certa de contar com sua atenção e com vosso valioso apoio, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria do Socorro Vieira Lopes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da
FFOE/DENF/UFC

Fortaleza, __ de _____ de 2007.

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a), Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Salgado e representante da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH:

Sou enfermeira e aluna de um curso de Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará – UFC e estou fazendo um estudo, que é importante para que eu possa concluir este curso. Os participantes do estudo serão os representantes deste comitê.

Convido-o(a) a participar do estudo, que tem como objetivo compreender a percepção que os representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salgado têm a respeito de sua participação nos recursos hídricos.

Neste sentido, solicito sua colaboração na participação dos seguintes momentos: de uma reunião que será realizada no mesmo dia e local da reunião desse comitê para apresentação e discussão do projeto da pesquisa; de uma entrevista, que são perguntas que eu faço e você me fornece respostas, com uma duração entre 30 a 50 minutos e será gravada mediante sua autorização, caso não concorde com a gravação, suas respostas serão anotadas; O resultado de tudo isto será apresentado ao curso de Doutorado em Enfermagem e depois publicado em livros ou revistas, para que outras pessoas possam conhecer acerca do nosso trabalho, respeitando o fato de que você em nenhum momento será identificado(a).

Informo ainda, que:

- _ você tem direito de não participar desta pesquisa, se assim o desejar;
- _ garanto-lhe sigilo quanto ao seu nome e quanto às informações prestadas. Não divulgarei seu nome, nem qualquer informação que possa identificá-lo(a);
- _ mesmo tendo aceitado participar, se por qualquer motivo, durante o andamento da pesquisa, resolver desistir, tem toda liberdade para retirar o seu consentimento;
- _ estarei disponível para qualquer outro esclarecimento pelo telefone: (85) 32271442.

_ o telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará é (85) 33668338.

Em face destes motivos, gostaria muito de poder contar com sua valorosa cooperação, a qual desde já agradeço.

Atenciosamente,

Maria do Socorro Vieira Lopes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da

FFOE/DENF/UFC

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, _____ RG no _____,
declaro que tomei conhecimento do estudo citado acima, realizado pela
pesquisadora, compreendi seus objetivos, concordo em participar da pesquisa.

Fortaleza, _____ de _____ de 200____.

Participante do estudo

Pesquisador responsável

coletor dos

dados

ANEXOS



Universidade Federal do Ceará
Comitê de Ética em Pesquisa

Of. Nº 132/08

Fortaleza, 14 de março de 2008

Protocolo COMEPE nº 19/ 08

Pesquisador responsável: Maria do Socorro Vieira Lopes

Deptº./Serviço: Departamento de Enfermagem/ UFC

Título do Projeto: "Água para consumo humano e saúde- a participação nos recursos hídricos e sua interface com a promoção da saúde"

Levamos ao conhecimento de V.Sª. que o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – COMEPE, dentro das normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e complementares, aprovou o projeto supracitado na reunião do dia 13 de março de 2008.

Outrossim, informamos, que o pesquisador deverá se comprometer a enviar o relatório final do referido projeto.

Atenciosamente,

Mirian Parente Monteiro

Dra. Mirian Parente Monteiro
Coordenadora Adjunta do Comitê
de Ética em Pesquisa
COMEPE/UFC